

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ELIANE DE MOURA MARTINS

O SENTIDO DO TRABALHO PARA JOVENS DE PERIFERIA
(Região Metropolitana de Porto Alegre)

PORTO ALEGRE
2014

ELIANE DE MOURA MARTINS

O SENTIDO DO TRABALHO PARA JOVENS DE PERIFERIA
(Região Metropolitana de Porto Alegre)

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do grau de Mestre em
Sociologia, pela Universidade Federal do Rio
Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Karl Monsma

Porto Alegre
2014

ELIANE DE MOURA MARTINS

Dissertação de Mestrado, com título “O sentido do trabalho para jovens de periferia (Região Metropolitana de Porto Alegre)” apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Aprovada em ____ de _____ de 2014.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Karl Monsma
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr^a Marilis Lemos de Almeida
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Carlos Gadea
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof. Dr. José Carlos dos Anjos
Universidade de Cabo Verde

Porto Alegre, 27 de junho de 2014.

AGRADECIMENTOS

A tarefa ou o privilégio de poder estudar em uma Universidade Pública é algo que por si só merece agradecimentos. Primeiro, por poder usufruir de um direito que, lamentavelmente, ainda não é acessível a todos. Segundo, por ter a oportunidade de frequentar o Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela excelência de seu corpo docente, em conjunto com as condições do ambiente de estudos acadêmicos.

É preciso também agradecer pelo lugar social das lutas do campo e da cidade onde esta estudante foi sendo forjada, nos últimos vinte anos. O ambiente da organização dos movimentos da Via Campesina e dos Movimentos de Desempregados e de Metalúrgicos envoltos todos no campo político e cultural do Projeto Popular para o Brasil. A esta escola coletiva, formada por homens e mulheres de grande valor, de alma grande, meus agradecimentos comprometidos com a esperança ativa de cada dia.

Aos meus colegas de trabalho da Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social, em especial as minhas colegas do Departamento do Trabalho, no qual atuo como Diretora e as três gerações de estagiários do curso de Políticas Públicas da UFRGS. Um muito obrigada.

Um agradecimento muito especial aos jovens e suas famílias que deram algumas horas de seus longos dias para sentar e resgatar suas trajetórias de vida junto a uma estudante desconhecida. Estudante essa em busca de vozes concretas, carregadas de historicidade, de sociabilidades de informações. Às famílias, em especial as mães desses jovens, as mulheres, as “Marias” que “[...] riem quando devem chorar e não vivem apenas aguentam, mas quem traz no corpo a marca Maria, Maria, mistura dor e alegria”.

Quanto ao professor orientador, Karl Monsma a experiência da orientação coletiva foi muito rica, quando orientando tem de explicar a si, aos seus colegas e ao professor, como está o desenvolvimento do seu trabalho, somente esse movimento já exige síntese e reflexão, o que foi muito interessante. Obrigada aos colegas desse processo e também aos colegas do curso, a maioria mais jovens e livres para as suas pesquisas. Esses me ensinaram mais a respeito a postura acadêmica.

Com especial carinho a minha família de humildes e sábios agricultores. Ao meu pai que, analfabeto das letras, mas que lê o mundo. A minha mãe, sócia da biblioteca municipal e sempre as voltas com empréstimos de livros. Vocês dois, sabiamente, sem saber, me ensinaram a amar o mundo, a natureza, a humanidade e isso ficou tão grande que o local de origem ficou pequeno e o mundo ganhou a estrada.

Por fim, quero agradecer a três homens que, nos últimos anos, ocupam todos os dias da minha vida. Obrigada aos pequenos Estêvão e Josué, filhos da carne, da alma e tomara, dos sonhos, como ajudá-los a desenvolver suas humanidades mais profundas em um mundo que anda azedo com as utopias? Eles sentiram falta da mãe e a mãe sentiu falta deles. E ao Flávio, meu amor, meu companheiro, meu camponês e filósofo preferido, capaz de segurar, entre tantas outras coisas, as presenças, ainda que ausentes.

RESUMO

Esta dissertação se propôs a compreender quais são as atribuições de sentido do trabalho e como eles vão sendo elaborados por jovens nascidos a partir da década de 1990. São filhos de trabalhadores de baixa renda, desempregados e/ou subempregados. A opção metodológica foi trabalhar com narrativas de histórias de vida, sob a perspectiva da educação popular, com um total de dezessete jovens, moradores da periferia metropolitana de Porto Alegre. O estudo foi amparado sob as reflexões da sociologia historicamente informada de Adalberto Cardoso que reconstitui a construção da sociedade do trabalho no Brasil. Nesse leito sociológico foi possível sistematizar, através das narrativas de vida, em falas significativas, que o sentido do trabalho para os jovens passa pelas necessidades de *sobrevivência* e pelo sentimento de *humilhação*. Esses sentidos estão transversalizados pela precarização do trabalho e da vida desses trabalhadores, por um processo de (des)continuidades e (des)institucionalização da vida, mas ao mesmo tempo estão eivados de estratégias de sobrevivência sob o esteio da figura materna.

Palavras-chave:

Sobrevivência; precarização da vida; humilhação; resistência;

ABSTRACT

This dissertation aims to understand what the meaning of work and how they are being developed by young people born from 1990. They are children of low-income, unemployed or underemployed workers. The methodological choice was working with life stories narratives, from the perspective of popular education, with seventeen young people who live in metropolitan periphery of Porto Alegre. The thesis was supported by the considerations about historically informed sociology of work in Brasil. In this theoretical approach, these life stories narratives made it possible to systematize that the meaning of work for this young people is related to the needs of surviving and the feeling of humiliation. These meanings are mainstreamed by the precariousness of the work and life of those workers and through a process of (dis)continuity and (de)institutionalization of life, but at the same time they are riddled with survival strategies under then mainstay of mother figure.

Keywords:

Survival. precariousness of life. humiliation. resistance.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH	Banco Nacional de Habitação
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CADÚNICO	Cadastro Único das Políticas Sociais
CI	Carteira de Identidade
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
CNBB	Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil
CONJUVE	Conselho Nacional da Juventude
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
CPF	Cartão da Pessoa Física
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional de Ensino Médio
EPTC	Empresa Pública de Transporte e Circulação
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FGTAS	Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NIS	Número de Inscrição Social
OBSERVAPOA	Observatório de Porto Alegre
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
OP	Orçamento Participativo
PBF	Programa Bolsa Família
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego

PIA População em Idade Ativa
PMPA..... Prefeitura Municipal de Porto Alegre
PRONATEC Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego
RI..... Relatório de Informações
SAGI.....Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SINE.....Tecnologia de Informação e Comunicação
SUSSistema Único de Saúde
TICs.....Tecnologia de Informação e Comunicação
UAB União de Associações de Bairro

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da cidade de Porto Alegre	72
Figura 2 – Mapa da cidade de Porto Alegre, com destaque para a distância entre o Centro e a Cruzeiro.....	75

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição das pessoas ocupadas por classes de rendimento nominal mensal em 2010.....	106
--	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo de dados referentes a população com vínculos em empregos formais e ou políticas de qualificação profissional institucionalizadas no município de Porto Alegre	67
Quadro 2 – Resumo de dados referentes a população com vínculos a empregos e ou políticas de qualificação profissional institucionalizadas no município de Porto Alegre dentro da Região do Orçamento Participativo: Cruzeiro	68
Quadro 3 – Jovens que realizaram as entrevistas de trajetórias de vida, na Vila Tronco e Morro Santa Teresa da Grande Cruzeiro em Porto Alegre (n=17)	82
Quadro 4 – Síntese da nova divisão de classes, organizada a partir da reportagem <i>População pobre é maior do que se pensa</i>	116

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 ITINERÁRIO DA REFLEXÃO TEÓRICA	23
2.1 A HISTÓRIA DO TRABALHO NO BRASIL	28
2.2 A SOCIEDADE DO TRABALHO NOS ÚLTIMOS ANOS.....	36
2.3 JUVENTUDE, POBRE E DE PERIFERIA	41
2.4 O ESPAÇO PERIFERIA	50
2.5 O PAPEL DA ESCOLA NA TRANSIÇÃO PARA O TRABALHO	53
2.6 IDENTIDADE DE TRABALHADOR E RECONHECIMENTO SOCIAL.....	59
3 METODOLOGIA E EMPÍRIA: UMA SINFONIA DE VOZES	64
3.1 O CONTEXTO SOCIAL E TERRITORIAL DA PESQUISA	66
3.2 APROXIMAÇÕES INICIAIS PARA COM OS SUJEITOS DO ESTUDO.....	69
3.2.1 A juventude no mercado de trabalho de Porto Alegre	72
3.2.2 A Grande Cruzeiro	75
3.2.3 Chegando na Vila Barracão	78
3.3 APRESENTANDO OS SUJEITOS DO ESTUDO EMPÍRICO	81
3.3.1 Os rapazes	83
3.3.2 As moças	86
3.4 AS VOZES DOS SUJEITOS ATRIBUINDO SIGNIFICADOS	89
4 TECENDO SÍNTESES	102
4.1 A PRODUÇÃO SOCIAL DOS PRECARIZADOS	104
4.2 (DES)CONTINUIDADE.....	109
4.2.1 Perda da memória histórica	110
4.2.2 Insegurança alimentar	111
4.2.3 Precariedades laborais e de aprendizagem	115
4.2.4 Ferramentas para a integração social	118
4.3 (DES)INSTITUCIONALIZAÇÃO.....	119
4.4 AS DIFERENTES FORMAS DE RESISTÊNCIA	124
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	131

REFERÊNCIAS	138
APÊNDICES	145
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO ELABORADO PARA A PESQUISA	145

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação apresenta os resultados do trabalho teórico e empírico sobre o tema: os sentidos atribuídos ao trabalho por jovens pobres da periferia da capital do Rio Grande do Sul, oriundos de famílias de trabalhadores informais, precarizados ou desempregados.

Do ponto de vista sociológico, parte-se da posição de que a pobreza e a riqueza conviveram e convivem contraditoriamente. Uma sociedade onde a luta pela sobrevivência e pela reprodução social de um setor da população trabalhadora que vive em condições precárias torna-se um modo de vida em si.

Existem diferentes paradigmas de análise sobre esse fenômeno social brasileiro, desde leituras culturalistas, positivistas e críticas. Enfim, mira-se o tema de diferentes dimensões teóricas. Neste estudo o ponto de partida do olhar analítico é a realidade objetiva, processada de modo histórico e contraditório, articulada com a teoria. A intencionalidade desse esforço passa por aproximações a uma análise abrangente dos fenômenos em questão, embora se reconheça os limites teóricos, práticos e analíticos dessa predisposição.

Dito isso, o tema é posicionado primeiro por suas condições históricas e objetivas de produção e reprodução social da base material da vida dos sujeitos em questão. Contudo, o pressuposto das condições materiais de vida não é exclusivo para definir as condições de seu espaço social, cultural e político em sociedade. Desse modo, as relações entre infraestrutura e superestrutura se articulam, na reflexão acerca da atribuição de sentidos ao trabalho.

Com essas referências de análise, olhar para uma parcela da juventude brasileira sob o aspecto do trabalho é um movimento que percorre dois sentidos. Primeiro, a problemática da juventude em relação ao trabalho não está colocada somente para o Brasil, como recupera Antunes (2005) ela está em diversos lugares do mundo, em especial na Europa. As tensões relacionadas aos altos índices de desemprego, muitas vezes vem acompanhadas de uma “análise”, onde a atribuição desse problema é dos jovens e dos trabalhadores mais velhos que não estão capacitados para atender as novas exigências dos postos de trabalho.

O segundo sentido, vem da intencionalidade em refutar a linha analítica que tematiza a juventude como um problema social, em especial os jovens oriundos das periferias urbanas. Esse setor da população, segundo Abramo (1997) tem sido visibilizado, sobretudo pelos meios de comunicação em duas direções, ou na forma de consumidores de uma longa lista de mercadorias modernas ou na forma de “delinquentes”, “infratores”, envolvidos com a

criminalidade. Caso esse setor da população esteja aparecendo como consumidor ou como criminoso, significa que o conjunto dos outros aspectos de suas vidas estão invisibilizados.

Uma invisibilidade verificada inclusive na falta de espaços e instituições de discussão, construção e negociação de suas demandas, assim como espaços políticos de participação direta. Logo, sua voz e sua leitura do mundo são desconhecidas, silenciadas por uma espécie de cortina de fumaça que também reforça um tipo de rebaixamento desse setor da população, social, política e culturalmente.

Cabe perguntar por que no Brasil questões dessa natureza são tratadas de modo tão difuso e obscuro e essa pergunta exige um movimento de contextualização histórica da sociedade do trabalho no Brasil. Com esse movimento é possível agregar elementos que ajudam a compreender não uma árvore isolada na floresta, mas a árvore em relação à floresta.

Com a motivação de transpor a cortina de fumaça, fizeram-se necessários livros, ônibus e tempo para chegar próximo aos jovens. Isso para visitá-los, conhecê-los, escutá-los, tendo presente a realidade de como esse setor da população vive, em quais postos de trabalho e em que medida seus filhos absorvem as precariedades objetivas e subjetivas dessas condições de trabalho e reprodução social a que estão submetidos.

Nesse caso, a categoria trabalho é retomada desde uma concepção ontológica, onde Lessa (2007) retoma que o trabalho compõe a humanização do homem como ser genérico, mas que, por ser uma categoria histórica, vive transformações objetivas e subjetivas as quais, para cada época, reelaboram, socialmente, padrões éticos e morais. Do ponto de vista histórico e sociológico o trabalho é situado no Brasil pela ótica de Cardoso (2010) que sistematiza a inserção desigual das massas de trabalhadores na incorporação à sociedade capitalista.

A temática que quer articular a relação entre sujeitos, jovens, pobres, com o universo do trabalho, localiza esses sujeitos em um território, que são as periferias urbanas de uma metrópole. Esse espaço é um dos lócus de reprodução das desigualdades sociais, no Brasil. Essa articulação coloca-se como um desafio por que abre vários aspectos transversais de possíveis estudos exigindo, portanto, uma permanente vigilância na construção do tema e de seus objetivos.

Com o tema contextualizado e percebendo várias dificuldades em perfurar a cortina de fumaça que torna opaca a fala da juventude em questão, optou-se metodologicamente por uma reconstituição das experiências e das trajetórias de vida dos jovens que vivem os efeitos da marginalização, da humilhação social e da precarização do trabalho. Esse caminho busca a

compreensão dos movimentos e contradições produzidos na esfera da socialização primária em especial nas suas famílias, na relação com a escola e nas próprias relações de trabalho.

Reconstruir as trajetórias de vida tem como objetivo olhar os jovens como sujeitos e não como vítimas que precisam ser salvas do risco iminente de desintegração social, como provoca as reflexões de Abramo (1997). A autora aponta que ao tratar os jovens como problema social fica impossível enxergá-los enquanto sujeitos sociais, cidadãos de direitos e que essa postura é mais uma forma de desqualificá-los. Eles são sujeitos e tem o que dizer sobre suas necessidades, sobre suas demandas, interagindo e propondo ações de mediações com sua realidade, porém onde estão os espaços políticos para essas mediações na atual sociedade brasileira?

Nesse sentido, olhar os seus rostos e ouvir suas vozes dá outros significados aos dados, pesquisas e estudos como a que o IPEA publicou em maio de 2008 com o título “Juventude e Políticas Sociais no Brasil” cujos números são impactantes e tem uma importância não só teórica, mas também política. As estatísticas dizem que desde 1985 a taxa de desemprego na população entre 15 a 29 anos não parou de crescer, ou seja, o encontro dos jovens pobres com o mercado de trabalho é tenso, contraditório, extremamente desigual e seguramente há explicações para isso.

O referido estudo afirma que nessa faixa etária 46,6% esteve desempregado, porém a concentração desta porcentagem estava entre os moradores de periferia, com baixa escolaridade, agravado nas jovens mulheres, sobretudo aquelas que já têm filhos. Em outras palavras, as mães jovens da periferia são o segmento mais afetado pelo desemprego.

O estudo também apontou que a população entre 15 e 29 anos corresponde a 50 milhões de pessoas, ou seja, 25% do total dos 200 milhões de brasileiros e que destes 31% é pobre, vivendo em famílias com renda per capita de até meio salário mínimo. Em termos educacionais os dados também não são alentadores, os jovens entre 15 e 17 anos que deveriam, de acordo com a idade, estar no ensino médio, estão 52% fora da escola. Entre os jovens de 18 a 24 anos o quadro é ainda pior, 69% estão fora da escola, e nessa faixa de idade apenas 13% está no ensino superior.

No Brasil, uma parte importante da população ficou nas distantes franjas dos setores dinâmicos da economia, distante dos direitos garantidores do passaporte para a cidadania, na afirmação de Bauman (2005) existe um refúgio humano e ele é um produto e um acompanhante inseparável da modernidade. Em 1995, no auge da implantação das políticas neoliberais no Brasil, 43% dos jovens entre 16 e 24 anos estavam na pobreza absoluta e desses 20% na

indigência. Aquela geração hoje adulta se reproduziu e seus filhos devem estar em grande medida, figurando nessas novas estatísticas.

Recentemente¹ em outubro de 2013, o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE apresentaram dados atualizando a leitura das estatísticas em torno dos jovens brasileiros e o mercado de trabalho. Os dados demonstram que mesmo com as recentes mudanças econômicas, com o aquecimento do mercado de trabalho, a juventude de baixa renda segue com dificuldades de acesso e permanência no mercado formal de trabalho.

A pesquisa parte dos dados gerais de uma economia que nos últimos dez anos cresceu em média 3,5% ao ano, onde o desemprego pesquisado nas seis regiões metropolitanas da PED² demonstra que em 2002 a taxa de desemprego era de 11,9% e que em julho de 2013 foi de 5,6%, dentro dessa porcentagem os jovens entre 15 e 24 anos compõem 46% dos desempregados.

Os argumentos mobilizados pelos técnicos da OCDE para explicar esse fenômeno passam pelo: aumento do número de mulheres no mercado, o próprio bônus demográfico, ou seja, o Brasil está no ápice da disponibilidade da força de trabalho juvenil, seguido do argumento sobre as mudanças na estrutura produtiva. Esta última por ter se deslocado dos setores industriais para o setor de serviços o qual é muito afetado pelo processo de rotatividade da mão-de-obra.

A própria OCDE faz referência a uma terminologia utilizada em especial pelos meios de comunicação de massas que é a situação “*nemnem*”, nem trabalho, nem estudo, nem treinamento, sendo que essa situação evidenciase fortemente no universo feminino. Os argumentos da OCDE evidentemente podem ser problematizados e criticados com elementos que tratam da precarização do mundo do trabalho, como a informalidade, a rotatividade, conceitos importantes para o exercício da contextualização de quais postos de trabalho estão abertos e em quais condições para os jovens de periferia.

As *motivações* em torno desse tema estão em compreender o que está por das estatísticas sistematizadas por técnicos especialistas em bancos de dados. Trata-se de milhares

¹ Em 22 de outubro de 2013, ocorreu o II Seminário “Transição da Escola para o Trabalho: Experiência brasileira em relação a outras economias emergentes e membros da OCDE”. O evento divulgou as principais conclusões do Relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE “Investindo na Juventude: Brasil”.

² A PED: Pesquisa de Emprego e Desemprego, realizada mensalmente em sete regiões metropolitanas do país é uma metodologia de pesquisa primária que fornece oficialmente informações ao Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no Brasil.

de pessoas, individualizadas ou organizadas em seus coletivos, vivendo lutas diárias, enfrentando estigmas e empreendendo esforços para melhorar de vida, pagar as contas, como dizem todos. As motivações, intenções, inquietações em torno do pensamento desses sujeitos não nasceram de abstrações ou de leituras de dados estatísticos, elas fazem parte dos elementos da história de vida desta pesquisadora.

A própria experiência vivida na juventude também é uma fonte de estímulos, como filha de trabalhadores rurais sem terra, agregados, vivendo intensos estigmas, em função da precária condição econômica, da origem rural e do gênero. A família não conseguia entender porque a filha queria tanto estudo, sendo que para o ofício de dona de casa: lavar roupas, cozinhar alimentos, cuidar de filhos, marido e casa, tendo a 8^o série do primeiro grau, já era um estudo mais do que suficiente.

Depois de adulta, foi possível compreender sociologicamente que o ambiente de reprodução social, dessa família comum, ocorreu às custas dos minguados recursos auferidos do trabalho análogo à escravidão do pai, nos grandes latifúndios da região de Cruz Alta, no interior do Rio Grande do Sul.

Também estão imbricadas nas motivações, as vivências junto a alguns movimentos sociais como: Movimento dos Trabalhadores Desempregados – MTD, Via Campesina, Mulheres da Via Campesina, Levante Popular da Juventude, Rede de Educação Popular e a Articulação Popular de enfrentamento à Extrema Pobreza. Por dentro desses movimentos e dessas redes de articulação, mobilização e lutas por direitos de cidadania foi possível, nos últimos vinte anos, compartilhar estudos, angústias e muitas tensões e reflexões.

Algumas imagens do cotidiano ficaram gravadas na memória, como as lidas com as crianças, adolescentes e jovens em acampamentos de desempregados e em comunidades de periferia. Ver muitas vezes as crianças sendo tratadas como um fardo, em famílias que pareciam esvair-se no esforço, pela pura sobrevivência biológica, foram produzindo questões para além das carências econômicas. Cenas de surras, cenas com palavras agressivas, o não olhar, o não ouvir, o não revisar o caderno, o não banhar o não cuidar das feridas. Conviver com isso e não julgar as atitudes é uma difícil aprendizagem, somente possível sob o esforço de muitas reflexões, leituras, individuais e coletivas.

Nesses vinte anos foi possível observar os rumos desses meninos e meninas, agora jovens, mergulhados em sua maioria em imensas dificuldades de desenvolvimento humano geral. Eles parecem travados em busca de alguma coisa que sequer conseguem explicar ou pronunciar o que seja. Suas famílias melhoraram no geral suas condições econômicas, porém

os seus filhos jovens seguem um movimento de matrícula e evasão escolar, seguem uma rotina de rotatividades em empregos precários no setor de serviços gerais e no setor da construção civil.

Nesse universo de vivências ocorreram muitos esforços de leituras e tentativas de compreensão dessa realidade, desenvolvidas em uma perspectiva ampla e informal. Isso produziu um jeito de estudar e escrever que, seguramente, não é o mais comum no mundo acadêmico. Logo, esse estudo está exigindo uma autodisciplina e uma vigilância acadêmica permanente. Sabidamente há de se encontrar um ponto de equilíbrio, algo como uma escrita que possa ser acadêmica e ao mesmo tempo engajada.

Retomando os objetivos e as hipóteses desse estudo em um primeiro plano o objetivo principal está envolto em compreender *quais* são as atribuições de sentidos do trabalho e *como* eles vão sendo elaborados por jovens nascidos a partir da década de 1990. Filhos de trabalhadores de baixa renda, desempregados e/ou subempregados.

Essas compreensões problematizadas e refletidas poderão aportar subsídios a elaborações de pautas, propostas e/ou programas sintonizados com as necessidades desse setor da juventude, capazes de contribuir com os desafios por ela levantados. Especificamente também se buscou:

- Compreender como os sentidos do trabalho derivam das condições objetivas, das trajetórias de vida, como estas condições estão organizadas e como se dá a transmissão;
- Identificar quais expectativas, desejos, talentos, projetos de realização humana e quais as perspectivas estranhas a seus desejos;
- Compreender o papel atribuído à escolarização e como a escola se posiciona com o processo de transição para o trabalho;
- Analisar elementos que compõe uma matriz de valores em torno da identidade de trabalhador a quais posições do mundo do trabalho têm acesso;
- Analisar como esses valores se relacionam com elementos de reconhecimento social do meio em que vivem materiais e simbólicos dos quais querem aproximar ou afastar-se;
- Mapear os principais desafios para a busca de uma efetivação das perspectivas levantadas, traçando um quadro indicativo com as questões que competem aos jovens, as suas famílias, ao Estado, à sociedade e instituições de defesa dos trabalhadores.

Sentido também é sentimento. Compreender como os sentidos são construídos é uma tarefa que envolve as disciplinas que atuam no campo da subjetividade, porém esse trabalho

parte da concepção de Freire (2002), de que o homem é um ser da práxis, ou seja, ação, reflexão, ação, e que as condições objetivas de vida inclusive advindas do seu exterior provocam reações, apesar de suas vontades, desejos e anseios. Essa objetividade é capaz de desenvolver “sentimentos”, emoções, identidades, reconhecimentos ou não, construções simbólicas capazes de produzir sentidos os quais norteiam as ações humanas.

Dito de outro modo, as construções de sentidos na esfera humana são profundamente sustentadas pela esfera da linguagem e dos signos que produzem representações e simbologias que dizem como cada um se situa em seu meio. Deste lugar econômico, social, político e cultural e desse conjunto entrelaçado de relações atribui-se sentidos ao trabalho, à escola, à família, enfim, ao universo das relações humanas.

Essa relação entre objetividade e subjetividade é compartilhada socialmente. Então esse homem da práxis que é ação e reflexão, pode perceber o mesmo fenômeno de modo completamente distinto, de indivíduo para indivíduo. Tendo presente essas mediações, foram levantadas algumas hipóteses de referência para orientar o horizonte do estudo.

- Do ponto de vista material e pragmático as famílias pobres, moradoras de periferia, necessitam desde muito cedo encaminhar seus filhos para ocupações remuneradas ainda que precárias, sacrificando a escolarização para que esses contribuam com a elevação da renda doméstica.
- As famílias de baixa renda e baixos níveis de escolarização e formação profissional vivem do trabalho, embora precário, informal, nas franjas da economia. Ao introduzirem seus filhos nessa ciranda de precariedades, repetem uma espécie de círculo vicioso.
- A juventude pobre encontra-se em famílias, em ambientes de moradia, em escolas, cercados de limites materiais e subjetivos que interceptam o desenvolvimento de seu vir a ser. Logo, a articulação de todos esses fatores compõe um conjunto de contradições que podem desenvolver ou reforçar uma visão de mundo de impotência diante desse contexto.
- A educação (tradicional) para os sentidos do trabalho, que ocorre na forma de um sistema de ordenamento de responsabilidades, cobranças, disciplinas, orientações, enquadramentos, valorização do padrão de ser humano, autocontrolado, racional ideal para o mercado de trabalho, não acontece de forma rígida nessas famílias. Logo essa geração pode estar vivendo outro ritmo, diverso do padrão de disciplinas e controles do

mundo do trabalho atual, desencontrando-se das oportunidades da conjuntura econômica e ao mesmo tempo com expectativas em relação a ela;

- O mercado de trabalho seleciona os mais “adaptados” e preparados candidatos aos melhores postos de trabalho. Essa geração que viveu na infância uma espécie de vácuo dos sentidos auto realizadores do trabalho poderá, consciente ou não, desenvolver, na família, na escola, uma espécie de resistência à disciplina, às cobranças, ao ritmo acelerado e intenso do trabalho.

No que tange à metodologia, o pressuposto metodológico está centrado no diálogo entre os elementos empíricos e o conhecimento humano sistematizado. Neste exercício compreender o problema a partir das posições dos sujeitos e os aportes da teoria, percebendo como ocorre a reprodução das precariedades, da coisificação humana, problematizando a construção social desses processos, para com esse caminho aproximar-se da identificação da atribuição de sentidos ao trabalho.

Também no âmbito metodológico, os princípios norteadores da pesquisa empírica têm no campo teórico da Educação Popular suas premissas, com inspiração, sobretudo em Paulo Freire (2002) que lembra que a realidade não é estática, que os homens estão em movimento, em ações em relação a sua condição econômica, social, política e cultural. Porém a realidade exige uma mediação reflexiva através de categorias de análise que problematizam articulando realidade e teoria, *prática – teoria – prática resulta na práxis humana*. Enfim, uma concepção de educação que segundo Paulo Freire.

[...] se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres ‘vazios’ a quem o mundo ‘encha’ de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicamente compartimentada, mas nos homens como ‘corpos conscientes’ e na consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo (FREIRE, 2002, p. 67).

Esse horizonte metodológico compartilha da posição de Abramo (1997) que afirma que tematizar a juventude como problema social, como fonte de medo e perplexidade, como sujeitos incompletos é uma posição que impede de ver qualquer positividade nas figuras juvenis. Essa posição se relaciona com outro princípio da educação popular que é a capacidade de escuta. Uma escuta atenta capaz de identificar as contradições, as resistências, à construção de identidades em meio ao movimento dialético da realidade do outro.

Com esses pressupostos e princípios, foram realizadas dezessete escutas de trajetórias de vida, com jovens moradores, de um bairro popular da cidade de Porto Alegre denominado de Grande Cruzeiro. Dos dezessete jovens, nove são rapazes e oito são moças. Embora tenham sido visitados e articulados um número maior, viabilizou-se esse volume de escutas, cuja síntese está organizada no referencial metodológico.

O exercício de sistematização das trajetórias de vida elencou um conjunto de indicadores que se repetiram em falas com conteúdos significativos. Essas falas significativas foram organizadas em quatro eixos temáticos que se articulam ao objetivo de responder aos elementos de compreensão das atribuições de sentidos ao trabalho, expressados pelos jovens.

O primeiro eixo vai tratar de uma espécie de produção de um ser social precarizado, que ao vender sua precária força de trabalho no mercado, transfigura-se também em um produto necessário dentro do mercado de trabalho. Para ilustrar essa situação se propõe a imagem de uma espiral, cujas bordas são ocupadas por uma massa de trabalhadores precarizados.

O segundo eixo o da (des)continuidade, sistematiza um conjunto de elementos que compõe as trajetórias de trabalho, fragmentadas, rotativas e instáveis. Os dois primeiros eixos temáticos articulam-se com o terceiro que sistematiza os conteúdos em torno da (des)institucionalização dos sujeitos diante das estruturas institucionais do Estado. Por fim, o eixo da resistência ou das estratégias de sobrevivência, como formas racionais de atuar nesta estrutura de mundo.

Em resumo, esta dissertação está organizada para além desta introdução, com mais cinco capítulos. O capítulo dois aporta as reflexões teóricas, sobretudo aquelas que contextualizam o tema e o problema de pesquisa, na forma de um resgate historicamente informado, especialmente inspirado nos estudos de Cardoso (2010). Esse autor é uma das principais referências para situar longitudinalmente a questão e a própria atribuição social de significado ao trabalho, em especial ao trabalho manual no Brasil.

Outros autores também nacionais estão inseridos na reflexão teórica e esta foi uma questão deliberada, por ser uma realidade de traços muito próprios do Brasil e de suas opções políticas de desenvolvimento econômico. Nesse sentido, Ricardo Antunes (2000), Giovanni Alves (2011), Jessé de Souza (2004), José de Souza Martins são autores com contribuições e reflexões de suma importância para a análise e compreensão do tema. Também aporta ao estudo, ainda que modestamente, a teoria do reconhecimento social de Axel Honneth (2003), como elemento para pensar as posições dos jovens diante de suas realidades laborais.

O terceiro capítulo trata das questões teóricas da metodologia e como esses são desenhados empiricamente na operacionalidade do trabalho de campo. O trabalho de campo aporta em suas falas significativas o conteúdo para a sistematização a qual é desenvolvida na organização de um conjunto de quatro eixos temáticos, que compõe o quarto capítulo.

Dos conteúdos dos eixos temáticos emanados das sinfonias de vozes dos jovens é possível organizar uma síntese de elementos relevantes, que orbitaram o tempo todo em torno da temática e dos seus objetivos e hipóteses que mereceram destaque. Essa síntese articula-se com o sexto capítulo, o qual aponta para considerações finais.

Por fim, foi possível considerar que as atribuições de sentidos foram compreendidas em duas direções. Uma direção objetiva, racional, articulada com a *sobrevivência* individual e familiar. A expressão dessa sobrevivência racionalmente aparece na forma de ganhar algum dinheiro e de forma subjetiva, cuja palavra chave foi *humilhação*.

2 ITINERÁRIO DA REFLEXÃO TEÓRICA

Estudar um fenômeno particular inserido em uma totalidade é um exercício denso e que exige a permanente relação entre aquilo que é estrutural e aquilo que é conjuntural. Nesse aspecto, um primeiro exercício é indicar alguns pressupostos para mediar contradições e determinações de partes de uma complexa totalidade. Sobre esse exercício de reflexão mais geral, projetar o objeto de estudo e suas particularidades.

O pressuposto principal está baseado no pensamento clássico de Karl Marx cujo ponto de partida é a materialidade da vida, elemento central para a análise dos fenômenos sociais. Entenda-se elemento central no sentido de que existe uma regularidade, porém não são leis naturais. Marx parte da base material para explicar o trabalho, categoria chave nesse estudo e a partir do trabalho explicar os fundamentos da vida humana.

Marx (1988), ao enfrentar, fortemente, em sua época, o pensamento idealista, vai defender que a consciência parte da atividade humana e que a relação homem-natureza e homem-homem na história das sociedades humanas é a relação do próprio trabalho.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça, mãos, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele mesmo e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita ao jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 1988, p. 142).

O trabalho nesta concepção coloca-se como uma categoria ontológica do ser humano, como um ato que responde as suas necessidades e possibilidades históricas capaz de produzir um ser social que irá reproduzir-se socialmente através deste. Sérgio Lessa (2007) sistematiza que:

O trabalho é pois, a categoria fundante do mundo dos homens porque, em primeiro lugar, atende à necessidade primeira de toda a sociabilidade: a produção dos meios de produção e de sua subsistência sem os quais nenhuma vida social poderia existir. Em segundo lugar, porque o faz de tal modo que já apresenta, desde o seu primeiro momento, aquela que será a determinação ontológica decisiva do ser social, qual seja a de que, ao transformar o mundo natural, os seres humanos transformam a sua própria natureza, o que resulta na criação incessante de novas possibilidades e

necessidades históricas, tanto sociais como individuais tanto objetivas quanto subjetivas (LESSA, 2007, p. 142).

Nesse estudo interessa situar como essa concepção de trabalho articula-se na sociedade capitalista ainda que de modo geral, suas transformações e sua estruturação no Brasil. Dessa leitura sócio histórica buscar uma aproximação da construção de sentidos atribuídos hoje ao trabalho pelos filhos e filhas dos homens que constituem a periferia da produção e do acesso civilizatório dessa mesma sociedade.

Ainda sobre o seu sentido ontológico Frigotto (2001) defende a dimensão fundante das necessidades e trata a segunda dimensão como sendo um princípio educativo;

[...] o princípio educativo [...] por ser elemento criador da vida humana é um direito e um dever. Um dever a ser aprendido, socializado desde a infância. Trata-se de apreender que o ser humano enquanto ser da natureza necessita elaborar a natureza, transformá-la, pelo trabalho, em bens úteis para satisfazer suas necessidades vitais, biológicas, sociais, culturais, etc. Mas é também um direito, pois é por ele que pode recriar, reproduzir permanentemente sua existência humana. Impedir o direito ao trabalho, mesmo em sua forma de trabalho alienado sob o capitalismo, é uma violência contra a possibilidade de produzir minimamente a própria vida (FRIGOTTO, 2001, p. 74).

O trabalho nas sociedades capitalistas em Marx (2004) na forma de atividade produtiva, tanto o seu produto como o ato de produção aparece como alheio, estranhado, ou seja, o objeto não pertence necessariamente a quem o produziu, disto decorre uma impotência e uma castração em sua energia espiritual. A atividade que é o martírio para um homem pode ser a fruição, a alegria de outro homem, o dono da produção e do produto, o homem que não é livre se submete, ao domínio, a violência de outro homem. Ainda que nestas condições, o trabalho é um direito, como afirma Frigotto (2001), pois este modelo de sociedade é cindido entre proprietários dos meios e instrumentos de produção e proletários que precisam vender sua força de trabalho.

Os homens não engendram apenas a produção e a forma de fazê-la, mas também seu domínio, seu controle, sua apropriação (não é própria dele), nesse aspecto a propriedade privada é o resultado, a consequência do trabalho estranhado, da produção que não pertence a quem produziu.

Nisso está o metabolismo social do capital, segundo Antunes (1999) metabolismo entendido como um sistema que se retroalimenta, nascido como um filho da divisão social do trabalho, onde o trabalho passa a ser subordinado estruturalmente ao capital, em um processo

construído historicamente. Se o capital subordina o trabalho então o que se entende por homem livre? Livre de quê?

Nas sociedades capitalistas o homem livre é aquele ser que não possui nada além de sua própria força de trabalho, ele é livre dos meios de produção e precisa vender sua força a um capitalista que lhe pagará um quantum mínimo para que sua existência seja garantida em alguma medida de tempo, esta pode ser horas, dias, semanas ou um mês. A venda de sua força de trabalho aparece na forma de assalariamento, de estranhamento, de fetiche, e suas medidas de tempo servem em especial como elemento de coação, facilitando o processo de disciplinamento do homem “livre”.

Antunes (2000), ao refletir sobre os sentidos do trabalho, se pergunta se é possível uma vida cheia de sentidos fora do trabalho, sem uma vida dotada de sentidos dentro do trabalho.

Não é possível compatibilizar trabalho assalariado, fetichizado e estranhado com tempo verdadeiramente livre. Uma vida desprovida de sentidos no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentidos fora do trabalho. Em alguma medida, a esfera fora do trabalho estará maculada pela desafetivação que se dá no interior da vida laborativa (ANTUNES, 2000, p. 175).

O centro da relação capital-trabalho na teoria marxiana é explicado pelo conceito de classes sociais, o qual é um dos mais complexos em sua teoria. Para efeitos de examinar o diálogo do objeto deste estudo com a categoria trabalho, cabe elencar alguns aspectos desse conceito com o apoio da reflexão de Lessa (2007).

Classes Sociais se distinguem e se determinam pela forma como cada uma participa na estrutura produtiva, embora isso também dependa da forma como os indivíduos que a compõe as compreendem no âmbito da consciência, logo a questão ideológica é central. Encontram-se entrelaçadas as questões objetivas e subjetivas no ser social histórico, porém a base material da produção é o espaço principal.

Desse lugar classicamente emergem dois grandes grupos humanos: o proletariado (aqueles que apenas têm sua prole) a classe que produz a riqueza material e a classe dominante. No caso, a burguesia, que se apropria dessa riqueza produzida pela relação da propriedade privada.

Porém desse universo da produção material da riqueza emergem outras posições, porém em Marx predomina a ideia de *trabalhadores produtivos*, como sendo todos aqueles que para existirem direta ou indiretamente não exploram outra classe, de modo geral esses não tem nada a perder com a extinção da exploração e da propriedade privada.

A classe burguesa também chamada de classe dominante se insere na estrutura produtiva articulando a sua manutenção, alimentando ideologicamente a afirmação da necessidade sempre superior de valorização do capital a custas de muita alienação e diferentes formas de coação. A burguesia limita-se a encontrar permanentemente novas formas de organizar a produção, elevar a produtividade do trabalho, desde que estas não superem as suas contradições principais.

Essa relação contraditória entre as classes sociais possibilitou e possibilita através da intervenção de indivíduos e coletivos políticos, possibilidades de luta de classes. Essa, por sua vez, depende da totalidade do desenvolvimento histórico, suas tendências, crises, expansões econômicas e das relações destas com as posições ideológicas que propõe um constante movimento de criação de espaços de negociação de significados, um movimento clássico dos processos de luta de classes.

Em termos teóricos os marginalizados produzidos pela esteira do modo capitalista de organizar a produção ganharam outras determinações como: exército de reserva e mesmo a denominação de *lumpemproletariado* um conceito debatido na tese de doutorado de Ferraz³ (2010), com a qual há concordância, no sentido de que esse termo foi usado de modo preconceituoso pelo pensamento conservador e pelo pensamento crítico. Compartilhando da síntese feita pela autora, a qual defende que:

[...] conceitos de lumpemproletariado, exército de reserva, classes sociais são abstrações do concreto, as quais importa delimitar, desvelar, apreender em situações reais, com sujeitos reais, sem querer subsumir toda uma complexidade de relações em uma síntese cognitiva (FERRAZ, 2010, p. 80).

Isto posto como pano de fundo, cujos elementos dos conceitos mobilizados irão perpassar o caminho das reflexões desse estudo, sobretudo a própria constituição, produção física e ideológica da mercadoria força de trabalho, despossuída de qualquer propriedade. Cabe retomar, nesse momento, Max Weber (2010) que, ao expor a pergunta de por que o capitalismo surge apenas no ocidente, vai organizar os fundamentos dessa questão na importância da categoria trabalho e no desenvolvimento da racionalidade capitalista ocidental. Essa racionalidade, por sua vez, teve suas bases fixadas em instituições modernas como o mercado e o Estado centralizado, monopolizando a violência e a disciplina.

³ O debate realizado pela doutoranda Deise Ferraz, aporta considerações sobre esta terminologia as quais tem referência em um conjunto de obras de Marx e Engels. A tradução literal de lumpemproletariado é: “os trapos do proletariado”.

Weber vai encontrar na Reforma Protestante o ponto de partida de uma nova concepção de ser humano. Uma concepção que vai contrariar a visão hegemônica até então na Europa Ocidental, de ser humano contemplativo deste mundo, disperso em tradições, ocupado com costumes. O novo tipo humano que se viabiliza com o processo histórico da revolução burguesa vai desenvolver a noção de cálculo, a auto responsabilidade, o auto controle, a auto disciplina, o domínio da razão sobre a emoção.

O novo tipo humano adequado à nova racionalidade burguesa sacraliza o trabalho, condena o desperdício, organiza economias e com estas posturas materiais e morais se torna digno de reconhecimento social, valorizado como tipo humano ideal. Essa concepção de homem e de trabalho, reconhecidos por *Deus* através das práticas humanas terrenas tornou o homem trabalhador o homem ideal e o parâmetro que passou a definir moralmente o ser social ideal para a sociedade capitalista.

Simbolicamente disciplina e desempenho tornaram-se princípios reconhecidos, legitimados na ordem capitalista, pedagogicamente difundidos sob diferentes formas, via Estado, política, escola, polícia, família, fábricas, igrejas. Cabe ressaltar que os indivíduos que não reproduziram e não reproduzem esse perfil, são estigmatizados como vagabundos facilmente caindo na condição de marginais.

Desse lugar países como o Brasil já nascem integrados e dependentes das economias centrais, nascem como parte do processo da grande modernização, como defende Jessé de Souza (2004).

[...] a naturalização da desigualdade social e a conseqüente produção de ‘subcidadãos’ como um fenômeno de massa em países periféricos de modernização recente como o Brasil, pode ser mais adequadamente percebida como consequência, não de uma suposta herança pré-moderna e personalista, mas precisamente ao contrário, ou seja, como resultante de um efetivo processo de modernização de grandes proporções que se implanta paulatinamente no país a partir de inícios do século XIX. [...] nossa desigualdade e sua naturalização na vida cotidiana é moderna posto que vinculada a eficácia de valores e instituições modernas a partir de sua bem-sucedida importação ‘de fora para dentro’ (SOUZA, 2004, p. 79-80).

Nesse sentido cabe, sobretudo com o apoio da reflexão sociológica nacional, partir com Adalberto Cardoso (2010), o qual está comprometido em compreender como se deram as engrenagens de constituição das desigualdades sociais e suas formas de reprodução nos últimos 150 anos no Brasil. Com o apoio de Cardoso buscar então a gênese dos sujeitos (jovens) caracterizados como pobres e de periferia.

Sobre esse quadro de ordem mais histórica compor outro, de ordem mais conjuntural, compreendendo com o apoio de Ricardo Antunes, Giovanni Alves e Nádia Guimarães, como

nos últimos trinta anos no Brasil o mundo do trabalho foi sendo equacionado e como uma massa de trabalhadores, *a nova classe que vive do trabalho*, está participando na e da periferia do sistema econômico e político.

Finalizando esse primeiro conjunto de elementos mais diretamente articulados ao universo do trabalho cabe buscar o apoio de Jessé de Souza e Marilena Chauí, que são autores que vem provocando formas e conteúdos de reflexão sobre a composição de uma nova classe trabalhadora. Seus contornos, formas de expressão e consciência, assim como os recentes termos para designá-la como: subproletariado, batalhadores, precariado ainda carentes de análise. Mesmo sob imprecisões conceituais a realidade da juventude pobre e desempregada no Brasil poder ser problematizada e confrontada com estas provocações teóricas.

2.1 A HISTÓRIA DO TRABALHO NO BRASIL

Na obra *A Construção da Sociedade do Trabalho*, de Adalberto Cardoso (2010) o autor mobiliza toda uma ampla literatura nacional historiográfica que vai desde Joaquim Nabuco a José de Souza Martins, para definir a sociabilidade capitalista brasileira. O autor chama seu investimento teórico de uma sociologia historicamente informada, definindo a construção do processo da sociabilidade capitalista brasileira como um conjunto de relações que se cruzam a partir de forças que se estruturam e atuam em sociedade. Sendo esta uma sociedade capitalista, a força principal é a que ordena e opera a clássica distribuição desigual dos recursos materiais, simbólicos e de poder. Nas palavras do autor:

Sociabilidade então, são as trocas materiais e simbólicas, ao mesmo tempo estruturadas pelo que denomino de linhas de força da ordem social e estruturantes dessas linhas, trocas que, por essa mesma razão, interpelam constantemente as subjetividades, já que a todo momento exigem tomadas de posição, escolhas e decisões conducentes, de modo menos ou mais estruturado, à construção de identidades individuais e coletivas. Enquanto tal a sociabilidade é o momento da construção de múltiplos nós e outros significados, da atualização, da verificação e do confronto intersubjetivos de valores, percepções de mundo e de identidades [...] sempre situada espacial e temporalmente (CARDOSO, 2010, p. 50).

Nessa perspectiva por que as desigualdades sociais se deram de modo tão intenso no Brasil? A resposta que Cardoso elabora vem no sentido de dizer que; *foi pela forma como os trabalhadores foram incorporados na sociedade capitalista*. Para essa resposta ter sentido um dos argumentos mobilizados é a construção de uma ética degradada do trabalho, fruto da

longevidade da escravidão. Logo, esse argumento interessa para refletir e compreender as origens de diferentes significados atribuídos ao trabalho, os quais estão vivos até hoje na sociedade brasileira.

Uma ética degradada do trabalho remete a uma atribuição de significados construídos socialmente em um campo de forças. Um campo de forças primeiramente polarizado entre senhor e escravo onde a ideia de degradação do trabalho em especial do trabalho manual remete a um dos elementos herdados da escravidão. Escravidão esta justificada sob vários ângulos. Teologicamente os escravos eram seres pagãos, heréticos, bárbaros, portanto, impuros. Logo, deviam espiar seus pecados pelo trabalho árduo.

Racionalmente eram tratados como coisas, mercadorias, compradas e vendidas sobre as quais não havia compromissos de proteção e manutenção da vida. Justificações mantidas sob intensas formas de violência, renovadas cotidianamente, onde os negros não tinham nome, identidade, rosto e com o tempo eles foram se tornando uma cor, associada ao trabalho bruto, pesado e condenado.

Dessa maternidade nasce o racismo que associado à cor, associou a violência, a repressão, pelo medo de que este elemento se revoltasse e se juntasse aos seus, ameaçando a estrutura de poder. Somada a essa degradação do trabalho manual juntou-se a imagem depreciativa do povo ou segundo Cardoso (2010) do elemento nacional cujos patamares de vida material por séculos foram exclusivamente a miséria total.

Conviviam trabalhadores livres e escravos, porém os patamares materiais de vida não tinham diferenciais, ambos eram miseráveis. Os trabalhadores livres viviam de uma relação de extração dos mínimos vitais da natureza e eram vistos pelas elites como uma gente de vida preguiçosa, uma gente sem mentalidade moderna e sem disciplina para o trabalho.

A ética degradada do trabalho pode ser medida na passagem em que Cardoso (2010) situa o pensamento das forças sociais e o ambiente sócio cultural do início do século XX.

Num polo, tínhamos elites embaladas por ideologias racistas de toda ordem, para quem o povo brasileiro carregava a marca da degeneração, da degradação, do vício, do atraso intelectual, da incivilidade, da brutalidade, da preguiça. Uma elite para a qual o povo era uma massa amorfa a ser moldada, civilizada, controlada e contida pela polícia, pelo trabalho árduo e redentor e também por políticas de saneamento, saúde pública, que tentavam incutir um estilo de vida civilizado, europeu (CARDOSO, 2010, p. 148).

A sociabilidade capitalista na ex-colônia Brasil não passou por um processo de rupturas sociais como ocorreu nos países centrais. A transição do Brasil colônia, escravista, para a

ordem moderna segue um caminho onde as massas trabalhadoras ou o povo de modo geral não configurou nenhum protagonismo político. Na sequência o autor:

No outro polo estavam os nacionais, aos quais se negava parte da modernidade emergente, obrigados a construir meios de vida que a elite pareciam vagabundagem, ócio, vício ou crime [...] desocupados ou subocupados, competindo pelo escasso emprego disponível [...] deu origem a relações de trabalho predatórias, com baixos salários e altas taxas de rotatividade [...] nas piores ocupações (CARDOSO, 2010, p. 148).

O ingresso no século XX, da era moderna, na sociabilidade clássica capitalista, arrastou intactas as elites agrárias e suas visões conservadoras, positivistas, higienistas, disciplinadoras de repressão ao povo. Esse, por vez, migrou da miséria do mundo rural, onde estava vetado o acesso à terra para centros urbanos em uma economia precária, cujas forças produtivas eram pouco desenvolvidas, submetidos a longas jornadas, baixos salários que os jogaram no campo dos significados do trabalho predatório.

Se fosse possível sintetizar em algumas linhas, os legados dos primeiros quatrocentos anos da história do trabalho no Brasil poderia se chegar a dois grandes significados. Primeiro o trabalho, especialmente o trabalho manual, moralmente foi significado como degradante, por ser digno de seres inferiores e, segundo, ele inaugura a sociabilidade capitalista pela forma predatória, tirando tudo o que é possível ser tirado das forças produtivas devolvendo-lhes o mínimo possível. Em ambos os momentos a violência, sobretudo do Estado, foi central para efetivar essa equação.

Ainda no rastro de Cardoso, é nesse contexto que nas primeiras décadas do século XX Getúlio Vargas irá inaugurar um novo período na sociabilidade do trabalho no Brasil, porém sem enfrentar o patrimonialismo das elites agrárias. Uma nova sociabilidade que vai manter racismo, a discriminação da população nacional e elementos como os baixos níveis de remuneração da mão-de-obra. Nesse cenário, especialmente no sudeste, ganha força o processo de europeização da força de trabalho no polo dinâmico da economia.

Não é possível desconsiderar o contexto internacional da época a grande crise do sistema capitalista do início do século XX. Um conjunto de revoluções tecnológicas em expansão como: combustão, eletricidade, telefone pressionando a abertura de novos mercados consumidores, por parte das economias centrais agravadas pela queda da bolsa de valores em 1929. Nesse contexto, agregam-se as experiências revolucionárias socialistas do leste Europeu, que começam a dividir o mundo em dois grandes blocos de poder político e econômico.

Além das efervescências internacionais no Brasil, a sociedade colonial terá de lidar com os ventos da modernidade, simbolicamente vividos através da Semana de Arte Moderna de 1922. Além da fundação do partido comunista e das intensas atividades sindicais anarquistas que vieram junto com o imigrante europeu, branco e civilizado. Os imigrantes eram conhecedores dos princípios modernos do capitalismo, tinham o conhecimento da moderna disciplina industrial do trabalho e traziam consigo os desejos em ganhar dinheiro e “*em fazer a América*”.

Essa mão-de-obra irá ocupar os melhores postos no incipiente mercado de trabalho industrial e, por consequência, terão acesso às melhores remunerações, enquanto os nacionais cingidos pela escassez e pela miséria ficarão presos às franjas desse novo padrão de desenvolvimento. Politicamente, Getúlio Vargas se propõe a compor um projeto de promoção integral do homem brasileiro por meio do que mais tarde foi categorizado como cidadania regulada, uma espécie de promessa de inclusão através dos direitos sociais, coisa que até então era um tema inconstitucional. Nas palavras de Santos (1979) fica bem definido o conceito de cidadania regulada.

[...] são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. A extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo de direitos associados a estas profissões [...] a cidadania esta embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece (SANTOS, 1979, p. 75-76).

Nisso a concepção do que deveria ser um tipo ideal de trabalho ou a construção social de significados em torno desse, passou a ser o trabalho protegido pelos direitos, centrado nos parâmetros de: salário mínimo, descanso semanal, férias, abono natalino e de previdência social. Ingressar nesse universo era, no entanto, um caminho difícil e cartorial. Para os emigrados dos campos, da pobreza, o acesso ao trabalho protegido poderia ser uma corrida de obstáculos a começar pelo acesso ao registro civil.

Confecionar a carteira de trabalho exigia um conjunto de informações documentadas e ou duas testemunhas com carteiras feitas. Os analfabetos precisam de três testemunhas sendo que uma assinava a papelada, também tinham que provar suas habilidades profissionais via cartas de recomendação e por fim pagar um valor alto diante do que era o salário mínimo. Não ter certidão de nascimento, não ser bem casado, não provar habilidades profissionais era igual ao fracasso pessoal.

Em meados do século passado a promessa de inclusão pelo trabalho regulado urbano era um alento, uma esperança em melhorar de vida. Com isso, nos anos de 1950, migraram 24% da população do meio rural para as cidades. Já nos anos de 1960 foram mais 36% e nos anos de 1970, cerca de 40% da população rural se dirigia às grandes cidades. Uma rápida mudança geopolítica em busca de educação, saúde e, sobretudo, em busca de carteira de trabalho assinada ainda que na indústria, nos anos de 1940, apenas 7,7% dos brasileiros empregavam-se com registros em carteira de trabalho.

Cabe ressaltar que a CLT não foi uma invenção de Getúlio Vargas e sim foi fruto das contradições da época e da pauta de lutas dos trabalhadores. Ela foi incorporada pelo estado que não tinha efetividade em cumpri-la, tanto é que a CLT vai efetivar-se em grande medida nos tribunais do trabalho. Mesmo que a promessa de incorporação social das massas nunca tenha se tornado universal no Brasil, ela passou a ocupar, simbolicamente, os espaços de referência do que poderia vir a ser a forma de trabalho ideal, protegido e mediado pelo Estado.

No desenrolar do século XX, essa promessa teve mais ou menos força conforme iam sendo desenhados os movimentos do modelo de desenvolvimento econômico. Nesse caso, concordando com Celso Furtado (2000), no sentido em que se tratou de um tipo de capitalismo heterogêneo, desigual, porém profundamente integrado, ou seja, o desenvolvimento da indústria no sudeste só foi possível pelo aporte de força de trabalho do nordeste e ambos se retroalimentaram, onde as elites souberam equacionar a distribuição do poder econômico e político.

Uma economia que foi e ainda é financiada pelo Estado, que não investiu no mercado interno de consumo até recentemente, que optou por importar tecnologia, portanto não gerou seu próprio progresso técnico, produzindo um saldo fenomenal de concentração de riqueza. Uma opção das elites de relação subordinada ao sistema capitalista mundial na economia e na política, na designação de Furtado (2000), um *capitalismo bastardo* que produziu como consequência uma dinâmica oscilante de crises.

Isso levou os brasileiros a encontrarem, ao longo de décadas, no ambiente urbano, um conjunto de oportunidades precárias, instáveis e mal remuneradas em termos médios. Isso também revela que o tema da Reforma Agrária efetivamente nunca se efetivou como pauta de reformas estruturais e políticas do país.

No final dos anos de 1970, a solução encontrada para o crescimento econômico, advinda da era da ditadura militar baseada na importação de indústrias, via multinacionais, encontra seus estertores. O ingresso do Brasil nos anos de 1980 foi o de um país mergulhado em uma dívida externa fabulosa, com altos níveis de inflação e um movimento popular nas ruas

demandando uma espécie de repactuação social, a qual se concretizou na Constituição Cidadã de 1988.

Os anos de 1990 viram as lutas populares perderem várias batalhas políticas e econômicas, viram estagnadas as conquistas auferidas pela constituição cidadã. Cabe resgatar nesse contexto do agravamento das condições de vida dos trabalhadores com altos índices de desemprego, perda de rendimentos, novas estratégias ofensivas do mercado de trabalho sobre os trabalhadores.

Os argumentos mais comuns que justificavam a crise do mercado de trabalho passavam pelo nível de qualificação da força de trabalho. Nesse sentido os níveis de escolaridade e habilidades profissionais eram os argumentos correntes na década dos anos de 1990. Aproveitando essa janela histórica da crise estrutural do mercado de trabalho, deste período é oportuno agregar outro componente histórico importante da formação da sociedade do trabalho brasileira, o tema do racismo que em uma conjuntura desta natureza ganha novas tonalidades.

Para situar teoricamente o conceito de racismo, sobretudo no Brasil, cabe ainda que brevemente agregar alguns elementos em torno das primeiras reflexões sobre esta questão no país. O trabalho escravo foi um dos componentes fundamentais do *espírito mercantil* como destacou Nogueira (1985). Para o autor os europeus penetraram nos continentes e ilhas impondo e implantando um processo de produção e exploração, baseado no latifúndio com produção agrícola exportável.

A plantação ou latifúndio implica uma hierarquização social dos elementos humanos que relaciona, com o branco (europeu ou descendente), dono da terra e do estabelecimento, no topo, e, no outro extremo praticamente sem elos intermediários, os negros, nativos e mestiços, na condição de escravos ou de “administradores” e, posteriormente, na condição de trabalhadores rurais – camaradas, colonos, parceiros, etc (Nogueira, 1979, p. 70)

Sob esta condição de inércia social a mobilidade e a integração dos elementos de cor da população para Nogueira (1979) eram inacessíveis exigindo, portanto desta situação o reconhecimento do preconceito racial. Além de reconhecer o preconceito racial, era necessário identificar sua intensidade e qualidade, o que levou o autor a conceituar o preconceito racial como:

Uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido a aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando tomo por pretexto para as suas manifestações, os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico, para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem. (Nogueira, 1979, p. 78-79)

O autor está discutindo a qualidade da manifestação do racismo no Brasil, como sendo de marca e o racismo nos Estados Unidos como sendo de origem, isto em condições “puras” e ou abstratas. Nogueira é contemporâneo de Floresta Fernandes e ambos estão elaborando e refletindo este conceito ao redor dos anos de 1950.

Floresta Fernandes (2008) abrirá na sociologia o debate teórico em torno do destino do ex-escravo na sociedade moderna industrial, sobretudo em São Paulo, desmistificando o ideal de democracia racial, demonstrando que esta não passava de uma forma ideológica de mascarar os fatos. O autor também afirma que o preconceito racial não se expressa de modo aberto, em suas palavras:

É sempre mais fácil descrever manifestações aparentes. Ora, o Brasil, nas suas constituições, leis, imprensa, proclama altamente a sua repulsão a todo e qualquer ataque à dignidade do homem negro. É mais fácil descobrir o que pode estar oculto sob a indiferença, as omissões ou as faltas. Será preciso recorrer, muitas vezes, não à análise de comportamentos, mas à da ausência de comportamentos (Fernandes, 2008, p. 156)

A discussão proposta por Floresta Fernandes está em sintonia com os debates em torno do racismo no interior da teoria crítica, embora esta em suas primeiras elaborações, no final do século XIX e início do século XX, tenha tratado o conceito pelo viés das questões nacionais, ou pela contradição das relações entre metrópoles e colônias. A teoria crítica também inicialmente irá reduzir o tema do racismo a condição de classe social.

Pela condição apenas de classe o racismo aparecia como um mecanismo de divisão de classes voltado para a super-exploração dos trabalhadores. Sob esta ótica a explicação do fato de os negros ocuparem os espaços de trabalho mais desqualificados, com menos especialidades, com menor remuneração e ainda serem hostilizados e inferiorizados pelos brancos, não abarcava a realidade objetiva.

Nesse sentido a teoria crítica passa a buscar as dimensões ideológicas, preconceituosas e discriminatórias como elementos-chaves para compreender um conjunto de mediações que operam na legitimação da tríade composta por: dominação, opressão e exploração. No campo da própria sociologia brasileira ao longo de décadas a sociedade do trabalho é “inaugurada” a partir da imigração europeia a qual esteve voltada para atender as novas necessidades do capitalismo moderno industrial, surgido em São Paulo no início do século XX.

Cardoso (2008) problematiza a dinâmica das disciplinas que ordenam os estudos sobre a escravidão na chave das “relações raciais”, desarticulando e rompendo assim todo o período e o processo do passado da escravidão, da chave de estudos do trabalho moderno. O autor retoma o senso demográfico de 1872, para afirmar que 75% da população já não eram escravos em 1750.

Esse grupo heterogêneo, mestiço, majoritariamente miserável, disperso pelo território nacional e afeito a migração em busca de meios de vida, não participava diretamente de setores dinâmicos da economia (que então se deslocava para as lavouras de café em São Paulo), mas era parte da dinâmica social mais geral. (Cardoso, 2008, p. 76-77)

O autor defende que a não incorporação desta massa de miseráveis como mão-de-obra, deveu-se a questão que movia as elites paulistas, as quais questionavam se o elemento nacional “vadio” iria vender sua força de trabalho sob pena de prisão ou de castigos físicos. Em ambas as situações seria necessário um efetivo repressivo policial em escala, porém não havia capital para isso.

Além deste argumento relacionado à questão do controle da força de trabalho o autor defende a permanência da herança escravista no pensamento da elite governante a qual:

Resistia em incorporar o elemento nacional à lavoura de café por meio da combinação de incentivos monetários e repressão a vadiagem. A resistência combinava preconceito racial e desprezo pelo trabalhador livre nacional, visto como preguiçoso, inconfiável e privado de mentalidade moderna (burguesa acumulativa) já que se contentava com muito pouco, de modo que não podia ser submetido ou disciplinado por incentivos pecuniários. Ademais, boa parte do elemento nacional tinha cor, e homem de cor, assim imaginava a elite paulista, só se submetia pela força e pelo látego. (Cardoso, 2008, p. 78)

Este conjunto de dimensões pelas quais perpassa o racismo no Brasil vai desembocar na agenda política dos anos de 1980, por conta das reformas constitucionais, as quais apontam possibilidades de reparações, de reconhecimentos de direitos. Porém essa agenda, segundo Hooker (2006) avança com a inclusão das demandas indígenas e recua ou exclui a agenda de demandas dos afro-descendentes.

A autora defende que os dois grupos sofreram exclusões, são os mais pobres, os menos escolarizados, mas o elemento que determinou avanços nas conquistas, passa pela posse de uma identidade cultural distinta e pelas diferentes formas em que os dois grupos foram racializados. Os afro-descendentes tiveram um nível reduzido de identificação grupal, um caráter mais urbano e uma pauta política antirracista, com combate a discriminação, incomodando consequentemente as elites e seus mitos como o da democracia racial.

Os afro-descendentes estão ainda em desvantagens em relação aos grupos indígenas para reivindicar direitos coletivos, já que o modo diferente pelo qual os dois grupos foram historicamente racializados afeta as respectivas capacidades para afirmar uma identidade cultural de grupo distinta. Nem todos os afro-descendentes se consideram um grupo étnico ou são percebidos pelas elites nacionais e a opinião pública como possuidores de uma “identidade étnica” que mereceria ser protegida por direitos coletivos especiais. (Hooker, 2006, p.101)

Observa-se que no campo da teoria o século XX produziu importantes reflexões conceituais, as quais estão em um processo de permanente revisitar, em função das dinâmicas que vigoram na arena das lutas sociais, políticas, econômicas e culturais. O tema do racismo

talvez seja um dos temas que mais exponha as contradições das sociedades capitalistas modernas. Uma das contradições mais explícita passa pelo fato de que o reconhecimento cultural desvinculado de conquistas coletivas, de avanços em direitos não resolve o problema das desvantagens reais vividas pelos sujeitos concretos.

A realidade que afeta a massa de trabalhadores precarizados, do subemprego, do desemprego, do trabalho informal, é informada pelos dados oficiais como tendo gênero, raça e geração bem definidos. Em outras palavras, seguem afetados por uma imobilidade social, as mulheres, sobretudo as mulheres negras, as pessoas mais velhas e mais jovens. Quando agregasse o seu território, novamente estes dados se reencontram, como percebe-se nos próximos itens.

2.2 A SOCIEDADE DO TRABALHO NOS ÚLTIMOS ANOS

Aproximando-se do contexto das últimas décadas em que as contradições históricas se aprofundaram em complexidade, a filósofa Marilena Chauí (2013), ao se referenciar em análises para entender a atual composição da classe trabalhadora, vai se reportar à leitura da crise da social democracia que propôs a economia keynesiana e o Estado do Bem-Estar Social. Um ciclo econômico iniciado após a II Guerra Mundial, sob os princípios fordistas de organização da produção, ou seja, planejamento funcional, produção em massa, formação de grandes estoques, produção centralizada e verticalizada.

O modelo fordista articulava-se do ponto de vista da remuneração da força de trabalho com o Estado que assegurava salários indiretos como seguro desemprego, aposentadoria, férias, moradia, serviços públicos de educação e saúde. Também o Estado desempenhava o papel de regulação do mercado via empresas estatais ou na forma de uma legislação impositiva às empresas privadas. Esse modelo econômico político, na década de 1970, desemboca em uma crise que envolve desde o acesso e o controle a fontes de energia, em especial o petróleo, além de inflações e dívidas públicas.

O sociólogo Giovanni Alves (2011) caracteriza a atual crise como de caráter estrutural, uma crise de superprodução em que o ciclo fordista não acompanhou as exigências de mais e novos mercados, da intensa concorrência internacional, elementos que elevaram à queda das taxas de lucro, impondo limites a formação de novos capitais. O autor defende que, sob a mundialização do capital, a produção das mercadorias foi reestruturada, enfraquecendo os

princípios rígidos fordistas, que foram dando lugar ao padrão flexível de produção, exploração da força de trabalho e acumulação de valor.

Alves enfatiza que o novo padrão de acumulação da reestruturação produtiva vai além da concepção da produção, nas palavras do autor.

A produção como uma totalidade social, integra hoje, com mais intensidade e amplitude e, portanto numa dimensão qualitativamente nova, inovação tecnológica, organizacional, e sociometabólica como momentos constitutivos do ‘todo orgânico’ da produção do capital [...] numa perspectiva de conceber a produção do capital cada vez mais como produção social, ou ainda produção de subjetividades as avessas por meio de novas mediações tecnológico-organizacionais (ALVES, 2011, p. 36).

O desemprego estrutural, fruto do complexo da reestruturação produtiva, vai aportar o conceito de flexibilidade. Esse, claramente antagonizando com o conceito de rigidez da produção fordista. Suas características principais passaram a ser expressas segundo Alves (2011), como estratégia corporativa que busca enfrentar as condições críticas do desenvolvimento capitalista na etapa da crise estrutural sobre acumulação, mundialização e de um novo momento do imperialismo.

Nesse contexto, uma importante decorrência desse processo passa pelo enfraquecimento dos estatutos do trabalho, desmontando seu poder organizativo. As altas taxas de desemprego facilitarão o abatimento da capacidade sindical de reação ao modelo flexível de acumulação. Somado a isso, a constante e rápida mudança de requisitos de habilidades via a revolução tecnológica e os ganhos rebaixados tornaram a flexibilidade do trabalho um fator da luta de classes. “A flexibilidade do trabalho, compreendida como sendo a plena capacidade de o capital tornar domável, complacente e submissa a força de trabalho, caracteriza o momento predominante do complexo da reestruturação produtiva” (ALVES, 2011, p. 19).

Os elementos da reestruturação produtiva e da flexibilidade do trabalho são importantes para caracterizar a crise do conceito de desemprego nessa conjuntura. Um conceito trabalhado em Guimarães (2002) que reflete sobre o desemprego clássico cuja composição tinha basicamente dois vértices. Um deles era o vértice ocasional, o que eximia o ser social da designação de desqualificado, ineficiente, fraco ou ainda preguiçoso, o segundo vértice era o desemprego involuntário o que também diferenciava o desempregado daqueles enquadrados como irresponsáveis, indisciplinados. Nessa conjuntura, o desemprego era legitimado socialmente como transitório e involuntário, portanto não afetava o valor tradicional ético do trabalho.

O desempregado, até a década dos anos de 1990, não era um ser social estigmatizado. Havia uma ideia de transitoriedade e de retorno a um emprego. Porém, na década de noventa,

no ambiente urbano brasileiro, o que não foi diferente em outras partes do mundo, o desemprego passa a ser de longa duração e isso acarretou num esforço teórico e simbólico de ressignificação para poder ser legitimado diante da sociedade do trabalho.

Guimarães (2002), quando discute a construção social do desemprego, afirma que ser desempregado significa ser *institucionalmente* reconhecido, contabilizado e considerado como tal, mas, ao mesmo tempo, importa em, *subjetivamente*, definir-se, reivindicar-se e considerar-se como tal.

A questão é que para serem contabilizados precisam reconhecer-se como desempregados e com isso buscar a sua institucionalização. Fora disso não há ferramentas claras de mensuração dessa parcela da força de trabalho. Para esse passo há de se ter um reconhecimento subjetivo, há de se assumir a condição e uma identidade de desempregado.

No Brasil, a construção social do desemprego foi e ainda é marcada pelo rompimento do que classicamente significa privação do emprego, além disso, segundo Guimarães (2002)

O que parece estar em jogo quando se toma em conta esta multiplicidade de formas de subutilização do trabalho? O fato de que o desemprego não apenas aumenta o seu volume e diversifica a sua forma, mas atinge desigualmente os indivíduos segundo as suas características de sexo, idade, categoria socioprofissional e escolaridade, variáveis tão caras à análise sociológica e sociodemográfica das desigualdades. Ou seja, o desemprego, além de involuntário, como queria o nosso modelo clássico de cultura normativa do trabalho, é hoje fortemente seletivo, visto que as chances de emprego estão desigualmente distribuídas entre os diferentes grupos sociais (GUIMARÃES, 2002, p. 6).

O argumento para ressignificar o desemprego utilizado por Guimarães (2002) é que, sobretudo a partir dos anos de 1980, as lutas e as negociações da proteção social dos trabalhadores da base da divisão social do trabalho vão ganhar espaços mais eficazes de conquistas de suas reivindicações em outras chaves de identidade social. As lutas e conquistas explicitadas na constituição de 1988 deram aos sem saúde, sem escola, sem transporte, sem-teto, sem-terra, via a organização em movimentos sociais, mais chances de conquistas do que a identidade de desempregado, embora a maioria desses também fosse sem emprego.

Para a autora, também no campo teórico, o tema dos desempregados não institucionalizados ficou fragilizado. A maior parte dos estudos estava e está voltada aos que sobreviveram ao processo de implantação da reestruturação produtiva. É possível localizar desempregados mobilizando-se em torno de critérios de seleção, na forma de qualificações pessoais e sociais, critérios esses elencados pelos empregadores.

Os desempregados não institucionalizados irão compor o mundo do trabalho informal, temporário, cujo volume, forma e perfil não contam com dados oficiais, organizados e nem

pesquisas empíricas robustas. O argumento da autora é perceptível nos últimos trinta anos, porém ela mesma reconhece que há um universo amplo entre as categorias emprego e desemprego a serem investigados.

No campo teórico, esse conjunto de transformações desencadeou um grande debate que na década de 1990 foi tematizado como: *o fim da sociedade do trabalho*. As teses sobre o fim da centralidade dessa categoria, dita a partir de vários autores⁴, tema que esse texto não irá retomar, foram justificadas sob vários ângulos. No Brasil, Antunes (2005) vai rebater sistematicamente essas teses, afirmando a perenidade e também a superfluidade do presente e do futuro do trabalho. Alguns argumentos de Antunes interessam e dialogam com a realidade da juventude em questão e para tal cabe trazê-los.

Antunes não nega as mudanças profundas no sistema do capital, mas ele propõe a sua compreensão e dentro desse movimento ele propõe que se aprofunde a leitura, o conteúdo e as formas da nova morfologia do trabalho. O autor caracteriza essa nova morfologia como sendo multifacetada, polissêmica e polimorfa. Porém, essa nova morfologia tem um núcleo central que segue sendo o trabalho produtivo, mas agrega a importância do trabalho no campo dos serviços.

Nessa lógica de reflexão de Antunes (2000), que segue o raciocínio geral de Marx, a classe trabalhadora é composta por todos aqueles que vendem sua força de trabalho em troca de um salário e não vivem da exploração de outra classe. Logo, dentro desse princípio, no contexto da reestruturação produtiva, a classe que vive do trabalho pode ser: proletário industrial, rural, assalariados dos serviços, terceirizados, temporários, informais, desempregados estruturais. Antunes ainda chama a atenção para o processo de feminilização da força de trabalho e com ela além de uma nova divisão sexual do trabalho, uma maior exploração em termos de renda e espaços de comandos, além da conhecida duplicação da jornada de trabalho.

Considerando as provocações de Antunes, de examinar de modo mais cuidadoso o multifacetado e polissêmico mundo do trabalho e a classe que vive do trabalho como sendo amplos, cabe apontar um foco dentro dessa heterogeneidade e complexidade, para os fins desse estudo. Cabe um olhar para uma parcela da juventude brasileira, filha da classe trabalhadora precarizada e flexibilizada, que nascia na década da implantação da reestruturação produtiva no Brasil.

⁴ Os autores mais destacados nesse debate: André Gorz com o texto *Adeus ao proletariado*, Claus Offe defendeu a retração do trabalho e Habermas que defendeu a força da razão e da esfera comunicativa.

Jessé de Souza (2004), sobre o tema dos trabalhadores que ocupam a periferia do sistema produtivo, diz que, no caso brasileiro, a herança dos significados do trabalho degradado, predatório e de poucos direitos via cidadania regulada, desde a *Era Vargas*, deixa atrás de si milhares de trabalhadores *inaptados*. Dito de outro modo, deixa atrás de si uma massa de pobres, miseráveis, extremamente miseráveis. Enfim, um rastro de desigualdades. Já o reverso dos *inaptados* para o autor é descrito como:

[...] ‘cidadão completo’ e também reconhecível, pois somente por meio da categoria do ‘trabalho’ é possível assegurar sua identidade, autoestima e legitimação social. Nesse sentido, o desempenho diferencial no trabalho tem de se referir a um indivíduo e *só pode ser conquistado por ele próprio*. Apenas quando essas condições estão dadas é que o indivíduo pode obter sua identidade pessoal e social de forma completa (SOUZA, 2004, p. 88, grifos do autor).

Souza (2004) argumenta que a legitimação da desigualdade além do princípio da propriedade privada e do próprio trabalho disciplinado se vale da ideologia do desempenho. Esse, centrado na meritocracia, estabelece que o reconhecimento do ser trabalhador vem pela qualificação que valoriza os conhecimentos e que legitima as diferenças de acesso e apropriação dos bens. Vem pela posição na hierarquia social e pelo seu nível salarial, logo o cidadão completo é o trabalhador que, pelo seu esforço e mérito, merece seu lugar no campo das legitimações sociais.

Quem está no nível da precariedade está no campo da marginalização, da criminalização, passando a ser uma espécie de subproduto, um sub-cidadão, uma sub-gente, um sub-homem. Evidentemente que isto não é pronunciado com essas palavras e o autor defende que isto é implícito, não transparente. Inclusive tem manifestações no corpo físico daqueles homens e mulheres que se quer conseguem erguer os olhos.

Não se trata de intencionalidade. Nenhum brasileiro europeizado de classe média confessaria, em sua consciência, que considera seus compatriotas das classes baixas não-europeizadas ‘subgente’. Grande parte dessas pessoas vota em partidos de esquerda e participam de campanhas contra a fome e coisas do gênero. A dimensão aqui é objetiva, subliminar, implícita e não transparente. Ademais, ela não precisa ser mediada pela linguagem nem simbolicamente articulada; implica, como a ideia de *habitus* em Bourdieu, toda uma visão de mundo e uma hierarquia moral que se sedimentam e se mostram como signo social de forma imperceptível a partir de signos sociais aparentemente sem importância, como, por exemplo, a inclinação respeitosa e inconsciente do indivíduo ‘inferior’ na escala social quando encontra com um ‘superior’, pela tonalidade da voz mais do que pelo que é dito etc. (SOUZA, 2004, p. 92, grifo do autor).

Cardoso (2010) usou a expressão pré-cidadão para aqueles que estavam na fila da cidadania regulada, Souza (2004) denomina de sub-cidadãos aqueles não possuidores das

credenciais materiais e simbólicas da racionalidade capitalista. As denominações dos autores de pré-cidadão ou sub-cidadãos reiteram que na história do Brasil um contingente importante de homens e mulheres vivenciaram e vivenciam relações socialmente rebaixadas de trabalho as quais refletem na condição de cidadania.

2.3 JUVENTUDE, POBRE E DE PERIFERIA

A categoria juventude surge historicamente com o advento da racionalidade moderna ocidental, segundo Philippe Ariès (1978), a qual se estabelece sob a presença e força de instituições como o mercado capitalista e o Estado centralizador. Instituições que junto a outras como a religião e a família irão forjar um tipo humano, cujos fundamentos como disciplina, autocontrole e senso de responsabilidade devem ser incorporados às células sociais mais profundas. Fundamentos esses voltados para atender as necessidades produzidas pela sociedade industrial, alicerçada na centralidade ética do trabalho.

A sociedade concorrencial vai demandar um lugar ideal para cuidar da formação e da reprodução desses fundamentos, os quais passaram a ser o ambiente privado, em especial o ambiente doméstico, o espaço íntimo da nova família burguesa, agora responsável pela existência e manutenção de seus filhos. A família, constituída e alicerçada sobre o casamento monogâmico, passa a ser o ambiente privilegiado para a reprodução do que deveria ser os papéis dos homens e os papéis das mulheres, assim como o papel da infância e da juventude.

Para situar o casamento monogâmico, Leonor Leacock (2010)⁵ expressa que a principal característica desse passa pela transformação da família nuclear na unidade econômica básica da sociedade, dentro da qual a mulher e seus filhos se tornam dependentes de um homem individual. Um homem individual que reproduz a lógica do poder patriarcal que por sua vez está articulado com a manutenção e a reprodução da propriedade privada, elemento basilar do ordenamento hierárquico do poder material e ideológico.

Sendo o surgimento desse modelo de casamento e família um fato histórico desenvolvido junto à revolução burguesa, os seres sociais começam a ter espaços e papéis diferentes em sociedade. Para Sérgio Lessa (2012), as relações de produção vão ocupar os

⁵ Eleanor Burke Leacock é uma escritora feminista estadunidense, cujos textos não foram traduzidos para o português. No livro *A origem da família*, da propriedade privada e do estado de Friedrich Engels, editado em 2010 pela editora Expressão Popular, contem um Posfácio o qual trata-se da Introdução a edição estadunidense.

espaços públicos, e junto com elas as relações de poder, de decisão sobre as grandes questões da humanidade. Esse será o espaço racional, ocupado pelo universo masculino.

No campo das relações de reprodução da vida social, Lessa (2012) resgata que as atividades que não geravam propriedade privada como preparar alimentos, cuidar da moradia, cuidar de filhos passaram a ser exercidas no mundo privado, no âmbito doméstico, pelas mulheres. As mesmas que sob essa divisão sexual do trabalho foram distanciando-se das esferas públicas de poder o que as colocou junto com as crianças em uma espécie de isolamento social.

As crianças vão conhecer, na sociedade capitalista, um tipo de educação baseada na violência física, nos castigos e punições, os quais desempenharam o papel de domesticar (domar em casa) ou adestrar, desde muito cedo, a ordem hierárquica e a obediência. O conjunto das atribuições dos papéis sociais privados e públicos de homens e de mulheres, desenvolvidos inicialmente na classe burguesa, vão sendo disseminados e incorporados as degradadas e promiscuas classes populares, sobretudo através dos códigos morais, religiosos, da cultura da ideologia e do próprio processo de produção social da vida.

No seio do desenvolvimento das sociedades capitalistas nasce a categoria juventude a qual pela sistematização do francês Philippe Ariès (1981) decorre das exigências advindas do novo padrão de organização familiar, esse sendo o núcleo responsável em garantir as condições de existência e de futuro de seus filhos. Ariès (1978) e Lessa (2012) recuperam que a família nuclear historicamente vai substituir as relações coletivas de transmissão de informações às crianças e jovens.

Os autores também reforçam que depois da família a segunda esfera de socialização passa a ser a escola, embora nos séculos XVII e XVIII esse espaço fosse restrito apenas aos jovens filhos das famílias burguesas. As gerações de crianças, adolescentes e jovens serão apartadas do convívio familiar para o ambiente institucionalizado dos liceus e depois das escolas de modo geral, onde estarão dadas as condições objetivas e subjetivas de introjeção, naturalização e reprodução das hierarquias. Hierarquias essas reproduzidas nas funções de mando e gestão executadas pela geração pertencente e instruída da classe dominante e as funções de operação das atividades produtivas realizadas pelo universo de trabalhadores.

No século XIX, sobretudo nos países pioneiros da Revolução Burguesa, na Europa, esses princípios modernos vão sendo disseminados nas classes médias e baixas, produzindo uma espécie de institucionalização das diferentes fases da vida. Esse processo tendo como ponto de partida as necessidades de reprodução e manutenção do poder da classe burguesa, porém sendo operacionalizados pelas esferas do Estado.

No século XX, do ponto de vista sociológico, serão produzidas análises e estudos sobre o tema com linhas de pesquisa e posicionamentos diversos. É importante registrar que serão produções a partir da realidade europeia, afetada pelas guerras. Um dos pioneiros foi o sociólogo húngaro Karl Mannheim (1893-1947) o qual exilado na Inglaterra vai desenvolver uma teoria sociológica das gerações a qual centralmente vai defender que nos jovens há uma reserva de possibilidades latentes possíveis de serem mobilizadas para a revitalização das sociedades.

Em um dossiê sobre o conceito de gerações, realizado por Feixa (2010) evidencia-se que Mannheim vai desenvolver uma análise a qual buscou afastar-se das posições biologistas do positivismo. O autor vai defender que uma geração experiência, compartilha os mesmos elementos históricos do seu tempo, com esse olhar vai se distanciar da análise de classes que traria para o centro do debate a esfera econômica. O compartilhar é definida por Mannheim em duas situações; uma trata das situações de descontinuidades que marcam um antes e um depois na vida de um grupo e a outra situação é aquela em que as experiências são vividas e registradas como pertencimento daquele tempo histórico.

Algumas décadas depois, Philip Abrams (1982) vai aprofundar o conceito de Mannheim aportando que o tempo dos indivíduos e o tempo social se cruzam e se fundem e nesse sentido produzem identidades próprias de um tempo histórico. Abrams (1982) define identidade como a consciência da conexão entre a dimensão individual e a social através de elementos significantes em cada tempo histórico.

Os autores reforçam que não se trata de uma definição temporal, cronológica, para a sociologia, geração é um conceito que faz parte de um conjunto de significados, vivos e vividos que definem quando uma geração começa e termina. Logo, nessa perspectiva se trata de identificar as sintonias entre os tempos de vida e as experiências históricas presentes nesse tempo.

Na sociologia a perspectiva que enfrenta as posições que defendem os cortes temporais para definir uma geração e mais especificamente a categoria juventude terão em Pierre Bourdieu (1983) uma posição muito clara “[...] a juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos. As relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas” (BOURDIEU, 1983, p. 113). O autor defende que essa questão está no âmbito de uma luta por definir qual é o sentido atribuído à categoria que perpassam manipulações e disputas por definir fronteiras que separam jovens, adultos e velhos e que essas disputas estão inseridas na dimensão das relações de poder.

Já no interior da teoria sociológica, a temática juventude foi sendo desenvolvida em duas grandes chaves de estudo. Uma que a tratou como fase transitória de vida e outra que tratou como problema social. Um grupo de pesquisadores, a partir dos anos de 1930, na Escola de Chicago, vai produzir estudos sobre as gangues, os imigrantes e formatou o tema como problema social, pelos seus índices de delinquência, relações com drogas, atitudes de risco, propondo como solução que o Estado atuasse de modo tutelar, repressivo ou coercitivo. Esses estudos, segundo as antropólogas Ruth Cardoso e Helena Sampaio (1995), trataram a delinquência juvenil como um subproduto das “classes baixas” as quais estavam negando os valores das “classes médias”.

O campo que tratava o tema da juventude como transição, partia do ponto de vista de que a vida tem etapas a serem vencidas mais ou menos nessa ordem: vida escolar, experiências afetivas sexuais, trabalho, saída da casa dos pais para a vida adulta. Seguindo essa “lógica” cartesiana a vida teria um futuro estável. Um caminho possível somente às classes médias, porém bem menos linear e bem mais tortuoso para as camadas populares.

Sociologicamente está posto que não se trata de definir uma demarcação temporal, no sentido de demarcar quando começa e quando termina a fase da vida denominada juventude. Porém, do ponto de vista da definição de critérios necessários para demarcar o campo de pesquisa empírica, faz-se necessário contornar, ou definir mais precisamente, o sujeito a ser pesquisado.

Nesse sentido, para além de um intervalo de tempo entre a infância e a vida adulta, ocorre um conjunto de processos biológicos que também produzem suas maturidades, intelectuais, físicas, sexuais e sociais. As fontes de estudos nesse caso perpassam as disciplinas da psicopedagogia, a psicologia, a genética e a própria ordem civil jurídica.

A tese⁶ de Weisheimer (2009) apresenta uma sistematização atraente, a partir de posições de um conjunto de autores. Essa questão, a qual inspira também esse estudo, por não se colocar como uma formulação dura e sim composta por elementos do biológico, do social e do econômico: o *início* da juventude, pode ser associado com o pós-desenvolvimento cognitivo da infância, isto por volta dos 15 anos quando o sujeito tem estrutura mental própria de abstração. Biologicamente, essa fase é chamada de puberdade, onde os corpos entram em outro estágio físico os quais já exigem novas posturas sociais, novos papéis e demarcações sexuais. Uma fase permeada de sentimentos contraditórios entre as posturas da infância e as novas experiências.

⁶ A tese de Nilson Weisheimer problematiza o trabalho e a reprodução social da juventude rural, de jovens agricultores, porém o autor retoma um conjunto histórico de conceitos que dialogam com a temática geral da juventude.

Socialmente, nesse processo de maturação, os jovens vão construindo através das relações interpessoais, com seus pares a sua própria identidade, organizando seus espaços de pertencimento social e histórico, através da socialização de significados e também do seu lugar no mundo material. Nas camadas populares comumente inicia-se a inserção em esferas do mundo do trabalho, incorporando elementos do mundo dos adultos como responsabilidades, opiniões, direito a voz no espaço familiar.

Já para a ideia de *encerramento* da fase da juventude, as características sociais ou cívicas conforme cada sociedade são as que ganham força na demarcação da maioridade civil. Responsabilidades com o trabalho e com a construção de uma profissão articulada ou não com a formação escolar, estabelecimento de uma relação conjugal estável e a sustentação de uma família são os elementos clássicos da passagem à vida adulta. Porém, em uma sociedade desigual como a brasileira, essa transição não é linear nem ordenada como quer uma visão conservadora de mundo e sim heterogênea e complexa, permeada por diferentes padrões de socialização.

Situada ainda que brevemente a categoria juventude do ponto de vista de sua construção histórica e seus conteúdos e demarcando as necessidades operacionais de definição de um corte temporal por conta da pesquisa empírica, cabe ainda situar o conteúdo e o percurso dessa categoria no Brasil. Para esse exercício, Helena Abramo (1997) apresenta um resgate de como o tema aparece na sociedade brasileira sob vários ângulos.

A autora destaca que o tema *juventude* é muito recente no Brasil, diferente da longa tradição europeia e norte americana, tanto no debate como na elaboração de programas, desenvolvimento de instituições para tratar das questões desse setor de suas populações. No Brasil, enquanto políticas públicas, mal chegou o acesso à educação formal, quanto mais ações, políticas, programas articulados para atender as demandas específicas desse público.

Já a visibilidade dada à juventude pelos meios de comunicação de massas aparece sob dois ângulos ou como consumidores de produtos ou de mercadorias dirigidas a esse recorte de público ou como um problema social ligando-os a situações de violência, drogadição, gravidez precoce, seguido de opiniões a cerca de como enfrentar e conter tais problemas.

A problematização da juventude como problema social é uma questão sociológica abordada também na forma de “desvio”, em especial pelo autor estadunidense Becker (2008) que compreende ser esta uma categoria extremamente heterogênea. Uma categoria dessa natureza precisa ser situada sempre em sociedades modernas como as atuais, compreendendo que diferentes grupos humanos convivem, criam regras, as impõe ou não, definindo o que é certo ou errado. Para o autor mais do que definir as características dos desviantes, os quais

acabam rotulados e isso tem um custo as suas vidas, interessa compreender o processo que produz e ou cria esses rótulos.

Para Becker (2008) a concepção de desvio passa por uma infração de alguma regra geralmente aceita e ainda os

[...] grupos sociais criam desvios, ao fazer as regras, cuja infração constitui desvio e ao aplicar estas regras a pessoas particulares e rotula-las como outsiders. Desse ponto de vista o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros das regras e sanções a um 'infrator'. O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal (BECKER, 2008, p. 22).

Na sociedade brasileira, em sua complexidade e diferenças, assim como em qualquer sociedade moderna, não há um tipo único de regras, diante de tantos grupos sociais, étnicos e culturais diferentes. Existem as regras formais e gerais dirigidas a todos, porém existem as regras apropriadas a situações e territórios, como por exemplo as regras criadas em espaços controlados pelo tráfico de drogas. São regras específicas, articuladas a elementos de sobrevivência física. Cumpri-las é uma questão objetiva ainda que outros grupos sociais considerem aceitar e conviver com essas regras, infrações, ilegalidades, apoio ou coisas do gênero.

Do ponto de vista dos estudos acadêmicos nacionais, o tema juventude aparece mediado pelas instituições que deveriam desenvolver sua socialização primária como família, escola e os sistemas penais. Nesse aspecto, Abramo (2007) corrobora as dificuldades encontradas na recente busca em bancos oficiais de pesquisas e artigos publicados no Brasil, os quais ofertam uma gama significativa de títulos no eixo referido pela autora. Ainda no campo da gestão de políticas públicas e, portanto no campo dos direitos sociais, também se repete a mesma postura dicotômica existente no conjunto da sociedade.

[...] o foco central do debate concentra-se na denúncia dos direitos negados (a partir da ótica dos adultos), assim como a questão da participação só aparece pela constatação da ausência. Ou seja, os jovens só estão relacionados ao tema da cidadania como privação e mote de denúncia, e nunca – ou quase nunca – como sujeitos capazes de participar dos processos de definição, invenção e negociação de direitos (ABRAMO, 2007, p. 78).

Nessa busca por referências em pesquisas empíricas articulando juventude com o mundo do trabalho a obra; *Aprendendo a ser Trabalhador: Escola, Resistência e Reprodução Social* do inglês Paul Willis (1991), realizada no início dos anos setenta, aporta um modelo de método de pesquisa com jovens do sexo masculino, filhos de operários em um bairro operário

inglês. Tanto o método como a análise do trabalho são pertinentes, profundamente marcados pelos séculos de revolução industrial daquele país. O estudo de Willis (1991) tratou de desnudar como se dava a formação de uma nova geração de operários os quais eram forjados para o contexto ainda fordista de produção, da Inglaterra.

Willis (1991) estava exercitando um movimento interessante de dar voz ao seu “objeto” de estudo, estava convivendo com ele para compreender a construção de atitudes e de símbolos do universo masculino daquele grupo, eles estavam se preparando para ingressar na rudeza do trabalho fabril. Uma pesquisa e uma análise cujo pano de fundo é a herança da história da revolução industrial inglesa, logo com traços muito próprios.

Na busca por estudos locais, destacam-se duas teses, a de Nilson Weisheimer (2009) que, embora aborde os projetos profissionais de jovens da agricultura familiar, faz uma boa retomada de conceitos e da construção da categoria juventude na sociologia. Já a tese de Denise Cordeiro (2008) pesquisa as relações de jovens com a escola, o trabalho e a moradia em territórios de precariedade. Ela enfatiza e aporta, sobretudo no aspecto do papel do território como locus de vida de experiências, de socializações, de relações e também de promessas de políticas públicas não cumpridas.

Aceitando as provocações de Abramo (2007), de que sejam buscados de modo mais sistemático, estudos que aprofundem os porquês que levaram a sociedade brasileira a manter uma linha de desqualificação da atuação política para com a juventude, tanto pelo pensamento conservador como pelo pensamento de esquerda, buscando evitar rótulos pré-estabelecidos. Um exemplo de rótulo é a geração dos anos de 1960 e de 1970 que lutou pela democratização do país, a qual foi desqualificada pelo viés conservador tratando-a como idealista, radical, inconsequente e desqualificada pelo viés da esquerda que a tratou como alienada ou de radicalidade pequeno burguesa.

A autora analisa que somente na década seguinte essa visão será reelaborada dando a essa geração uma significação generosa, criativa, ligada a uma percepção utópica e a uma dimensão transformadora da sociedade. Logo o conteúdo dessa releitura passa a ser a própria definição do sinônimo de juventude, ou seja, essa categoria etária passa a ter uma “essência” própria de rebeldia, que se canaliza para a transformação social. Essa releitura novamente problemática ao tratar um setor da população, desligando-o de seus contextos objetivos e subjetivos.

Essa releitura vai olhar para os jovens dos anos de 1980, percebendo-os como patológicos, consumistas, individualistas, apáticos e desinteressados pelas grandes questões políticas do país. Pode-se dizer que se trata de um novo julgamento moral, que descontextualiza

a juventude de seu tempo histórico. Os anos de 1980 viveram uma conjuntura afetada por picos inflacionários, altas taxas de desemprego e grandes negociações políticas que culminaram na carta constituinte de 1988. Uma década que foi vivida em um contexto de abertura democrática, diferente dos *anos de chumbo* da ditadura militar.

Chegando aos anos de 1990, o conteúdo visibilizado em torno do tema juventude não é mais de apatia política, retorna a agenda novamente como problema social através das questões da violência urbana, dos desregramentos, desvios manifestados pelos grupos de meninos de rua, gangues, galeras, vandalismos. Na sequência dos anos 2000, essa perspectiva praticamente foi mantida, acumulando um novo adjetivo, o *nemnem*, esse sim dirigido abertamente aos jovens, pobres, de periferia metropolitana, como aqueles que nem estudam, nem trabalham, nem buscam qualificação.

Traçando um paralelo do setor *nemnem* com os *outsiders* analisados por Becker (2008) ambos são tratados como “desvios”. Eles não corroboram com as regras gerais que compartilham que os jovens devem estudar e trabalhar. Porém a inquietação de Becker em querer compreender o processo de afirmação destes rótulos de desviantes é um exercício adequado a compreensão sociológica de por que uma parcela tão expressiva da juventude não frequenta a escola e não ocupa postos de trabalho.

Essa situação, no entanto, vem sendo pautada por setores organizados da juventude que reivindicam ações objetivas e efetivas do Estado brasileiro, o qual respondeu em 2005 com a criação da Secretaria Nacional da Juventude, ligada ao Gabinete da Presidência da República e a criação do Conselho Nacional de Juventude, o CONJUVE com o apoio da OIT. Uma resposta reativa a demandas reprimidas, impeditivas do exercício dos direitos à educação e ao trabalho, capazes de comprometer o presente e o futuro de milhares de brasileiros.

Pelo que se acompanha ter institucionalizado um setor da juventude não resolveu o problema de espaços de negociação política das demandas da juventude que em meados de 2013 ocupa aos milhares as ruas do país, para dizer que precisa mais, muito mais política pública, em quantidade, qualidade e velocidade. Deste percurso analítico de Abramo (2007) e dos acontecimentos políticos com relação à juventude no Brasil é possível compartilhar parcialmente da análise da autora que mobiliza argumentos como: uma situação de falência das instituições de socialização, aprofundamento da cisão das desigualdades sociais no Brasil seguido de um estímulo crescente e extremo do individualismo. Seus argumentos parecem mais consequências de um problema, cabe perguntar por que as desigualdades sociais aprofundaram-se de modo tão intenso, com altas taxas de desemprego, violência, surgindo com força a

categoria excluídos a qual também é permeada de contradições? Essas questões em diálogo com a autora serão retomadas ao longo do estudo.

Ainda nesta sessão é importante explicar por que designar juventude, pobre, por que esse termo e não a designação baixa renda? Por duas razões: uma delas tem origem nos dados oficiais do Brasil, onde a população de zero a três salários mínimos é recortada como o público alvo das políticas públicas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. O recorte de renda é o principal fator que determina a localização e inscrição de famílias com esse perfil no Cadastro Único⁷ das Políticas Sociais o qual é realizado pelas secretarias municipais de assistência social das prefeituras, coordenado pelo Estado e gerido pela União.

Segundo o IBGE a população geral do Rio Grande do Sul, pelo censo de 2010, é de 10.695.535 pessoas. A população de baixa renda em números segundo a SAGI do MDS através RI que tem por base os dados do censo do IBGE de 2010, aponta um total de 1.038.720 famílias inscritas no Cadastro Único em janeiro de 2013 no RS. Considerando a média de quatro pessoas por famílias, entende-se que no RS pouco mais de 4 milhões de pessoas compõe o Cadastro Único.

O relatório também aponta que deste total, 423.376 famílias tem renda per capita de até R\$ 70,00 definidas como extremamente pobres, outras 690.145 famílias tem renda per capita de até 140,00 definidas como pobres ou de baixa renda, logo estes dois grupos de famílias no RS devem acessar o PBF. Ocorrem ainda 908.688 famílias com renda per capita de até meio salário mínimo as quais também compõe o universo de programas sociais como Minha Casa Minha Vida, PRONATEC, tarifa social da energia elétrica e da telefonia fixa.

Sintetizando, uma das razões da linguagem juventude pobre é de cunho objetivo, pelos dados mensurados e disponibilizados publicamente cujo critério principal que é a renda. Outra razão é de ordem político pedagógica, na sociedade ocorre uma disputa de conceitos e visões de mundo, inclusive pela linguagem. O contrário de pobreza é riqueza, a intenção é explicitar o abismo social, econômico, cultural, técnico entre jovens de um mesmo tempo histórico de uma mesma geração.

⁷ O Cadastro Único forma um grande banco de dados com um conjunto importante de informações a cerca das condições sócias econômicas, educacionais, habitacionais, de saúde de famílias divididas em faixas como: baixa renda, pobreza e extrema pobreza, ambas com base na renda per capita, o mesmo na atualidade é utilizado por cerca de quatorze políticas públicas.

2.4 O ESPAÇO PERIFERIA

Os territórios metropolitanos são como todo espaço social, segundo Milton Santos (2000) eivado de interações, intercâmbios, identidades, modos de viver, em condições de moradia precárias e com difícil acesso aos serviços públicos, elemento esse que faz parte de um importante eixo de reconhecimento social, conceito que será discutido adiante.

Relembrando que, a urbanização brasileira nasceu sob os auspícios da industrialização tardia, porém a vida urbana aproximava a possibilidade de promessa integradora na cidadania regulada conforme ajuda a resgatar Cardoso (2010) o que fez com que milhares de miseráveis rurais migrassem em busca de proteção social através dos direitos trabalhistas.

O próprio Getúlio Vargas temia o drama da urbanização, mas sua aliança de classes com as elites agrárias, não lhe permitia pautar a questão da reforma agrária. Pode-se dizer a grosso modo, que a não reforma agrária expressou-se no caos urbano, metropolitano, periférico. A força de trabalho rural, sem terra, *pré-cidadã* migrou para mais perto da cidadania. Nesse movimento uma parte foi integrada satisfatoriamente e outra estacionou nas bordas do mundo regulado e formal do trabalho e fisicamente nas bordas das grandes cidades.

Retomando Guimarães (2002) que afirmou que a construção social do desemprego no Brasil deslocou-se para o espaço de negociação de direitos sociais com possibilidades de conquistas como os sem-teto, embora esses também sem emprego. Talvez fosse mais acessível conquistar um precário teto do que um emprego regulado em determinadas conjunturas, porém nesse caso a questão é como a periferia explicita fortemente os níveis da desigualdade social desse país e como isso reflete na construção da identidade de trabalhador de um jovem que se vê rodeado de necessidades legítimas e sabedor em tese de que é um sujeito de direitos e deveres.

Historicamente, as periferias ou as favelas, segundo Zaluar (1999), são um paradoxo, pois podem ser consideradas como um esforço de branqueamento da população e ao mesmo tempo um ambiente de criatividade cultural e política. Nas palavras da autora:

[...] a favela ficou registrada oficialmente como área de habitações irregularmente construídas, sem arruamentos, sem plano urbano, sem esgotos, sem água, sem luz. Dessa precariedade urbana, resultado da pobreza de seus habitantes e do descaso do poder público, surgiram as imagens que fizeram da favela o lugar da carência, da falta, do vazio a ser preenchido pelos sentimentos humanitários, do perigo a ser erradicado pelas estratégias políticas que fizeram do favelado um bode expiatório dos problemas da cidade, o 'outro', distinto do morador civilizado (ZALUAR, 1999, p. 7-8).

Dito de outro modo, a periferia é a oposição ou o afastamento do centro. O centro urbano sendo o *locus*, da política, da infraestrutura pública, dos acessos às informações, da participação e atuação política, dos espaços de cultura. Enfim, o ambiente civilizado das práticas da cidadania. Em oposição a tudo isso está o mundo da precariedade, da opacidade, da falta de recursos e acessos a serviços públicos. O mundo temido pelas elites desde os primórdios da história brasileira por ser o habitat dos incivilizados, degradados, vagabundos e criminosos.

Para a reflexão sociológica, as cidades também podem ser a expressão da divisão social do trabalho, uma teia de relações sociais que Kowarick (1983) chamou de espoliação urbana em função dos movimentos dos grandes investimentos privados. Esses controlam o acesso e o uso do solo assim como a distribuição dos recursos de infraestrutura nas cidades.

A periferia como fórmula de reproduzir nas cidades a força de trabalho é consequência direta do tipo de desenvolvimento econômico que se processou na sociedade brasileira das últimas décadas. Possibilitou de um lado, altas taxas de exploração de trabalho e de outro, forjou formas espoliativas que se dão ao nível da própria condição urbana de existência a que foi submetida a classe trabalhadora (KOWARICK, 1983, p. 41).

Outro aporte interessante das ciências humanas aos sentidos sociais, econômicos, culturais e políticos ao espaço, território advém da psicologia social que oferece o conceito de humilhação social. O autor Filho (1998) elenca um conjunto de fatores que compõe a expressão física de um bairro pobre, como algo pior que um bairro atacado por uma guerra. Segundo o autor, um ambiente atacado pela guerra tem em seus escombros, a memória, as raízes e muitas vezes uma grande energia para reerguer-se dessa condição.

A humilhação social conhece, em seu mecanismo, determinações econômicas e inconscientes. Deveremos propô-la como *uma modalidade de angústia disparada pelo enigma da desigualdade de classes*. Como tal, trata-se de um fenômeno ao mesmo tempo psicológico e político. O humilhado atravessa uma situação de impedimento para sua humanidade, uma situação reconhecível nele mesmo – em seu corpo e gestos, em sua imaginação e em sua voz – e também reconhecível em seu mundo – em seu trabalho e em seu bairro (FILHO, 1998, p. 3, grifos do autor).

Um bairro que se constitui pobre carrega em todos os ângulos as imagens de obras inacabadas, provisórias, arrançadas, apertadas, cujas linhas e formas não conseguiram ser. A expressão por todos os lados é a manifestação dos poucos recursos materiais como se as capacidades humanas, desenvolvidas no pensamento e operacionalizadas na transformação da natureza através do trabalho, fosse uma obra interceptada, impedida de ser. A evidência da falta

de instrumentos, de meios de produção, de conhecimentos matemáticos, estéticos capazes de dar ao trabalho humano o status de cultura naturaliza a precariedade ou não, amplia a indiferença com a sociedade descompromissada com seus membros.

Sob a paisagem com aspecto de perene improvisação, abriga-se a desapropriação da memória de famílias migrantes, que nas idas e vindas em busca de melhores condições de sobrevivência vai perdendo seus pertences históricos. Os pertences “superficiais”, ligados a recordações de suas origens como; fotos, retratos, objetos de família que guardam memórias, símbolos. A mobilidade urbana usurpa a memória da população mais pobre que vai se desligando do passado, ancorando-se em um constante e urgente presente, vivenciado de modo intenso pelos jovens.

Essa condição de perda dos registros da memória, das raízes, somada às emergências da sobrevivência podem ser o fermento da produção de rupturas com a família, com a escola, com o trabalho. Nesse ir e vir, as experiências de solidariedade podem se tornar opacas, pela desarticulação e pela fragilidade dos contatos, criando ou reforçando um ambiente social onde os seres refugados, irrelevantes ou supérfluos, podem não encontrar razões maiores para projetar o futuro.

Para Ermínia Maricato (2013), grande parte da população somente tem lugar nas cidades enquanto trabalham, mas depois do trabalho o transporte e a moradia são tratados como apêndice. Isto como parte da herança do desprestígio do trabalho no Brasil e como elemento constituinte das históricas desigualdades sociais. Para a urbanista, esse problema não advém da falta de leis, ainda que 50% dos domicílios no país estejam ilegais. Mesmo com a construção democrática do Estatuto das Cidades quem determina a ocupação dos espaços urbanos são os interesses imobiliários, especulativos econômicos, como já apontou Kowarick (1983).

Os espaços designados como Territórios Metropolitanos, do ponto de vista da gestão pública, após a Constituição de 1988, passaram a ter uma gestão estadualizada, porém fragmentadas, sem instancias responsáveis pela gestão, sem orçamentos e com poucos ou nenhum instrumento de participação e planejamento. Essa realidade oriunda da gestão pública da substância à posição de Maricato ao dizer que os trabalhadores somente tem lugar nas cidades enquanto trabalham.

2.5 O PAPEL DA ESCOLA NA TRANSIÇÃO PARA O TRABALHO

Os elementos que compõem o debate sobre o papel da escola e/ou da educação na transição para o trabalho, oferecem um amplo leque de reflexões teóricas. Para efeitos de aportes a este estudo interessa agregar três aspectos; primeiro, situar, em linhas gerais, em quais condições o que se convencionou chamar de escola foi introduzido no Brasil; segundo, contextualizar brevemente as duas grandes concepções de educação e, por último, elencar algumas dimensões de atribuição de sentido atuais juvenis à escola.

Segundo o resgate histórico realizado por Ferraro (2009), a educação formal no Brasil começa a ser implantada na colônia onde por quase duzentos anos esteve a cargo da Companhia de Jesus. Esses, juntamente com o projeto da Coroa Portuguesa, estavam imbuídos de propagar a fé cristã entre o povo pagão logo sem alma e incivilizado. Com a expulsão dos jesuítas da colônia por volta de 1759 o pouco existente em termos de educação foi sendo desmantelado.

Com a vinda da família real, em 1808, algumas estruturas escolares foram incentivadas, embora a educação permanecesse em um plano distante. Apenas em 1930, no início da Era Vargas, é criado o Ministério da Educação e a abertura das primeiras universidades públicas no país. O que quer dizer que, efetivamente, o complexo institucional do mundo da educação no Brasil tem pouco mais de oitenta anos.

O censo de 1890, segundo Ferraro (2002), constava que cerca de 80% da população acima de cinco anos era analfabeta. Porém, isso não era visto como um problema à época, inclusive o acesso à leitura e à escrita eram vedados, pois não fazia nenhum sentido a mão-de-obra escrava ser letrada. Essa questão passou a ser percebida como um problema de ordem política e não econômica com a questão eleitoral em 1882. Definiu-se que os analfabetos não votariam, por serem incapazes, dependentes, ignorantes. Logo, a jovem República não poderia universalizar esse direito. O tema da proibição do voto dos analfabetos vigorou por mais de um século, sendo revogado definitivamente em maio de 1985.

O analfabeto era e ainda é um estigmatizado, era o nacional com as marcas etnoraciais, mantidos afastados dos espaços de decisão política.

Ao longo do século XX a República e a ditadura vão elaborar um conjunto sucessivo de políticas de erradicação do analfabetismo segundo o MEC como: Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (Eurico Gaspar Dutra 1947); Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (Juscelino Kubitschek 1958); Movimento de Educação de Base (Conferência Nacional de Bispos do Brasil-CNBB, 1961);

Programa Nacional de Alfabetização, valendo-se do método Paulo Freire (Governo João Goulart 1964). Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral (1968-1978 Ditadura Militar); Fundação Nacional de Educação de Jovens e Adultos- Educar (1985, José Sarney); Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania-Pnac (1990, Fernando Collor de Mello); Declaração Mundial de Educação para Todos (assinada, em 1993, pelo Brasil em Jomtien, Tailândia); Plano Decenal de Educação para Todos (1993, Itamar Franco), o Programa de Alfabetização Solidária (1997, Fernando Henrique Cardoso) e vigorando o Programa Brasil Alfabetizado dos governos Lula e Dilma, a partir de 2003 (MEC/INEP, 2005, p. 12).

Toda essa lista de políticas, operacionalizadas ao longo do século XX, foram formas ou receitas de erradicação, ou seja, o problema do analfabetismo é um mal que deveria ser arrancado pela raiz, como analisa criticamente Paulo Freire.

A concepção, na melhor das hipóteses, ingênua do analfabetismo o encara ora como uma ‘erva daninha’ – daí a expressão corrente: ‘erradicação do analfabetismo’ –, ora como uma ‘enfermidade’ que passa de um a outro, quase por contágio, ora como uma ‘chaga’ deprimente a ser ‘curada’ e cujos índices, estampados nas estatísticas de organismos internacionais, dizem mal dos níveis de “civilização” de certas sociedades. Mais ainda, o analfabetismo aparece também, nesta visão ingênua ou astuta, como a manifestação da ‘incapacidade’ do povo, de sua ‘pouca inteligência’, de sua ‘proverbial preguiça’ (FREIRE, 2001, p. 15).

Paulo Freire (2001), ao tratar esta linguagem como ingênua ou astuta, remete a questão ideológica e sua carga de estigmas sobre os sujeitos analfabetos, onde os indivíduos são os culpados pelo seu próprio atraso. Esses programas, por outro lado, refletem as relações de mediação entre a educação e as formas de organizar e controlar a produção material. Revela que a educação não cumpre apenas um papel ideológico, mas também cumpre com um papel técnico de seleção entre os estratos da classe trabalhadora de quem poderá cumprir com as funções de comando e de quem cumprirá com as funções braçais.

Para Frigotto (2011), o projeto de modernização de capitalismo dependente estabelecido no Brasil, sobretudo no século XX, estabeleceu programas e políticas para as grandes massas de desvalidos, com a função de harmonizá-las com os interesses da classe dominante. Frigotto segue defendendo que a ideia de política de melhorias na educação não alterou essa herança histórica. “[...] que atribuiu caráter secundário à educação como direito universal e com igual qualidade. Não só algo secundário mas desnecessário para o projeto modernizador e de capitalismo dependente aqui viabilizado” (FRIGOTTO, 2011, p. 242).

As relações entre a educação e os interesses das classes dominantes, segundo a ótica de Mészáros (2005), é da natureza da ordem estabelecida, é parte das determinações estruturais fundamentais da sociedade capitalista como um todo. O autor explicita que as determinações que articulam as formas de produção com os modelos educacionais não são negadas no campo

analítico teórico. O máximo que se permite neste aspecto são operações de posições reformistas que ao longo de um século de exercícios bem intencionados, não alteraram a perpetuação do domínio do capital sobre o trabalho, nas palavras do autor.

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver alternativa a gestão da sociedade, seja na forma ‘internalizada’ (isto é, pelos indivíduos devidamente ‘educados’ e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente imposta (MÉSZÁROS, 2005, p. 35).

Sob a ótica de Frigotto (2011) e Mézáros (2005), percebe-se o movimento dessa relação nos diferentes tempos históricos do Brasil. No período colonial, permeado pela relação de produção escravista, a força de trabalho permaneceu analfabeta, em uma situação de negação completa do escravo da sua condição de sujeito, de ser humano.

Na Era Vargas a escola, embora tenha iniciado seu processo de institucionalização vai ser alicerçada, segundo Frigotto (1984), sob a metodologia positivista, tecnicista. Essa metodologia estava baseada na memorização de conhecimentos voltados a atender as demandas de formação do trabalhador taylorista fordista para o modelo *desenvolvimentista*.

Esse modelo, segundo Cardoso (2010), importou tecnologia, com isso o Estado não investiu em pesquisas, em estudos nacionais, dispensando com isso o uso da inteligência local. Nesse sentido o papel da escola, da educação formal, seguiu não se constituindo como um pré-requisito determinante para conseguir um emprego, em função de que a grande massa de empregos exigia poucas aptidões em termos de formação educacional.

A partir da década de 1990, com o contexto da reestruturação da produção e todas as ofensivas sobre os direitos do trabalho, afetando, flexibilizando e precarizando seus estatutos, ocorre algo similar na educação pública. Conceitos semelhantes aos do universo da produção foram aplicados à educação como a precarização da escola e as necessidades de reduzir custos, enxugá-la, torná-la produtiva.

Essa nova realidade da produção, baseada na microeletrônica, na informática, na automação, passa a exigir um novo tipo de trabalhador. Esse, agora necessita de maiores níveis de conhecimento formal. Para Alves (2011), passa a ser exigido o máximo dos trabalhadores, de sua força de trabalho, da energia de sua mente, da subjetividade engajada, da negociação ou relativização de seus valores e de seus princípios. Portanto, esse contexto vai novamente

problematizar o atual papel da escola, cobrando agilidade a que esta se adeque para atender as necessidades do mercado.

Quanto ao aspecto das concepções, na relação entre a educação e o desenvolvimento econômico, Demerval Saviani (1983), posiciona esse debate em dois grandes campos: o tradicional e o crítico. Ambos buscaram interpretar e explicar porque muitas crianças, ao longo do século XX, não tiveram acesso à escola, ou as que acessaram muitas vezes desertaram, ou não conseguiam alfabetizar-se e seguir uma trajetória de escolarização.

O campo tradicional elaborou a tese de que a sociedade é harmoniosa e que possíveis elementos marginalizados em função de sua ignorância são problemas individuais que podem e devem ser corrigidos e que a educação é a grande ferramenta para isso. Nesse caso, a educação repassa os conhecimentos acumulados, via o professor, que domina esse saber sistematizado, ao aluno disciplinado, que absorve essa transmissão. Nessa concepção, a educação opera na sociedade como se possuísse autonomia, vida própria. A sua atuação aparece como corretiva e agregadora de uma sociedade interessada em agregar seus membros.

Frigotto (1984) argumenta que trata-se de compreender que mediações a escola produz entre a infraestrutura e a superestrutura de forma dialética. Para exemplificar isso, o autor resgata a concepção de educação necessária no período do milagre econômico, onde o modelo taylorista/fordista, baseado na eletroeletrônica, exigia um tipo de conhecimento mecânico, instrumental, baseado na repetição. Nesse contexto, coube a introdução da teoria do capital humano a qual foi e ainda é defendida pelo campo teórico tradicional.

O autor defende que o campo tradicional evita o debate contextualizado, aceitando que o problema da pobreza pode ser dirimido com a formação escolar, profissionalizante, negando a reflexão de que a questão da pobreza não está no mérito do acesso e do sucesso escolar e sim no acesso ou não na divisão social dos bens.

Em síntese, para Frigotto (2003), a educação é compreendida como uma prática social que se define, nos múltiplos espaços da sociedade, na articulação com os interesses econômicos, políticos e culturais dos grupos ou classe sociais. Na concepção do autor, a educação é compreendida como elemento constituído e constituinte crucial de luta hegemônica pela distribuição do poder econômico, político, cultural, situada em contextos estruturais e conjunturais.

Já no que tange a relação teórico-prática entre a educação e o trabalho, Saviani (2007) argumenta que esta inicia desde o ensino fundamental, embora de modo implícito e indireto:

[...] a escola elementar não precisa, fazer referência direta ao processo de trabalho, porque ela se constitui basicamente como um mecanismo, um instrumento, por meio do qual os integrantes da sociedade se apropriam daqueles instrumentos, também instrumentais, para a sua inserção efetiva na própria sociedade. Aprender a ler, escrever, contar e dominar os rudimentos das ciências naturais e das ciências sociais constituem pré-requisitos para se compreender o mundo em que se vive, inclusive para entender a própria incorporação pelo trabalho dos conhecimentos científicos no âmbito da vida e da sociedade (SAVIANI, 2007, p. 160).

Em Saviani (2007), é no ensino médio que a relação entre educação e trabalho se torna explícita, demonstrando as relações do conhecimento, das ciências, em potência no processo de produção:

O papel fundamental da escola de nível médio será, então, o de recuperar essa relação entre conhecimento e a prática do trabalho [...] tal explicitação deve envolver o domínio não apenas teórico, mas também prático sobre o modo como o saber se articula com o processo produtivo (SAVIANI, 2007, p. 160).

Nessa reflexão, a escola é um lugar de mediar os domínios da escrita, leitura, cálculo, condutas e, sobretudo, é um lugar especial para selecionar aqueles trabalhadores que terão funções diretivas no interior do processo produtivo. Ainda no campo dos debates teóricos em torno das concepções, na atualidade, observa-se que o centro do debate entre o campo tradicional e crítico passa pela concepção de “capital humano”.

No bojo desse debate que perpassa as teses hegemônicas de afirmação da vitória capitalista sobre a história, decorrem outras categorias do discurso neoliberal como: “sociedade do conhecimento”, “educação para a competitividade” e “formação abstrata ou polivalente”. Nesse contexto, Frigotto (2011), argumenta que a perspectiva crítica nas últimas duas décadas fragmentada e dispersa, ficou observando o governo assumir uma *pedagogia de resultados* como denominou Saviani (2007).

Considerando que este aspecto tem a função apenas de situar o contexto teórico dos debates de concepção de educação no papel da transição da escola para o trabalho é possível sintetizar que em sociedades de capitalismo dependente como a brasileira, a relação entre escola e trabalho compõe a estrutura e os papéis das classes sociais.

Quanto ao terceiro aspecto da transição da escola para o trabalho sob a ótica dos jovens, Abrantes, (2003), embora foque no tema das identidades juvenis, aporta elementos interessantes. O autor está atento ao método e ao modelo de análise, que tenha destaque a importância da observação do contexto escolar, com as experiências e posições dos jovens no cotidiano interagindo com a escola.

Desse lugar metodológico, Abrantes identifica o sentido principal atribuído à escola, *como esta sendo um espaço de trocas afetivas, de amizades, as quais permitem várias ações, interações e escolhas que afetarão o futuro*. Há ainda o destaque para as contradições vivas na escola centradas entre conservar e romper.

Conservar práticas de: segregação de turmas e estudantes, tidos como ‘problema’, seletividade na orientação dos alunos. Rompendo ao mesmo tempo com propostas de inovações capazes de potencializar os jovens, espaços para experiências e estudos de ciências, novas bibliotecas, espaços culturais. Nesses ambientes acontecem trocas mutuas, capazes de sensibilizar o conjunto de dinâmicas ali existentes (ABRANTES, 2003, p. 120).

O autor conclui que as relações professor e estudante são decisivas na atribuição de sentidos à escola e a delimitação de projetos futuros, além de ser a escola o lugar privilegiado para estabelecer as redes de sociabilidade, principalmente nos grupos econômicos empobrecidos.

A equação de atribuição de sentidos à escola também passa pela reflexão de Freire (2003), ao analisar que a sociedade nos últimos anos está em transição, da rigidez para a flexibilidade. Nessa transição, os sujeitos e a sociedade estão esvaziados de tarefas e conteúdos, sujeitos massificados, desenraizados, espectadores do mundo, destemporalizados, presos no presente, minimizados pelas condições materiais, consumindo modelos idealizados de corpos, de produtos, alienantes, distantes das condições de vida do povo.

O pedagogo Dayrell (2007) acompanha a lógica da reflexão de Freire defendendo que não se trata de identificar a crise da escola em sua relação com a juventude em análises lineares, para o autor:

[...] as tensões e os desafios existentes na relação atual da juventude com a escola são expressões de mutações profundas que vêm ocorrendo na sociedade ocidental, que afetam diretamente as instituições e os processos de socialização das novas gerações, interferindo na produção social dos indivíduos, nos seus tempos e espaços (DAYRELL, 2007, p. 1106).

A proposta de reflexão do autor passa por um esforço de compreensão das condições culturais, das demandas e das necessidades da juventude. Nesse movimento de compreensão das práticas e simbologias dos jovens ocorre uma inversão de olhar, no sentido de que a proposta é identificar os desafios que a juventude está trazendo.

De outro modo, porém em direção semelhante, Gadea (2005), ao refletir sobre esse esvaziamento dos sentidos da escola para o mundo jovem, propõe como possível explicação,

um conjunto de dificuldades presentes ao buscar a compreensão do mundo dos jovens. Em outras palavras, ocorre uma dificuldade em exercitar uma interculturalidade.

O autor se refere ao conteúdo da interculturalidade nas relações entre os jovens, dos jovens com os adultos, nos espaços educativos do cotidiano onde as relações educativas ganham ou perdem legitimidade, produzindo reações que inclusive perpassam por práticas de violência. No debate teórico constituído em torno desse tema, a solução por parte do campo que trata de modo homogêneo a questão de enfrentá-la passa pela recomposição de novos conteúdos nos currículos.

Gadea (2005) chama essa solução de *mito político*, refletindo que o problema não está nos conteúdos e sim na maneira, no método em que se estrutura e se processa a aprendizagem.

Não é possível continuar pensando na prática educativa sem levar em conta que esta se dirige a sujeitos concretos, heterogêneos, portadores de uma diversidade de competências linguísticas e culturais, além de gostos e critérios próprios e diferenciados. Dirigir-se a sujeitos presumivelmente homogêneos, a partir de programas e desenhos pedagógicos limitados, não faz mais que gerar mecanismos de exclusão, apesar de acreditar-se no potencial integrador de códigos educativos concretos e da própria tecnologia (GADEA, 2005, p. 5).

Nessa problematização que aponta o método educativo como questão central e não a questão de novos conteúdos não são menos importante elementos como o contexto do mundo dos jovens, suas diferentes formas de dar significados e ler o mundo, suas formas próprias de comunicação.

Nos referidos autores fica evidente que não se trata de uma questão simples, desconstruída do contexto estrutural da sociedade. Diante disso, o aspecto da atribuição de sentidos à escola, pelos jovens, passa tanto por suas condições materiais, históricas e políticas onde a produção social da juventude se desenvolve, como por sua dimensão simbólica, passando por recortes de gênero, etnia e classe.

2.6 IDENTIDADE DE TRABALHADOR E RECONHECIMENTO SOCIAL

Tratar de identidade e reconhecimento social é fundamental para o entendimento empírico do que seja a atribuição de sentidos ao trabalho, sobretudo em se tratando de jovens. O conceito de identidade possui uma enormidade de estudos, procedimentos metodológicos de conceituação, construídos a partir de um conjunto de disciplinas das ciências humanas,

aportando, portanto, um arsenal de elaborações. Diante dessa amplitude, além de estudos da sociologia da educação, alguns elementos da psicologia social oferecem posições e sistematizações pertinentes a esse estudo.

A identidade humana se desenvolve de modo permanente entre o indivíduo e o social, portanto não é estanque e sim dinâmica. O indivíduo, ao nascer, encontra uma forma de sociedade historicamente constituída, o que o torna imediatamente um ser social, ele pertence a uma família, situada em um espaço geográfico, político, econômico, cultural, social, religioso, comunitário. Logo, desde o nascimento o indivíduo está em permanente relação social.

Em Maria da Graça Jacques (2010) está o alerta de que a perspectiva que defende esse conceito de identidade ativo, que é contraditório, que trabalha com as relações entre o individual e o social, igualdade e diferença, unicidade e totalidade é uma opção teórica que implica em compreender o indivíduo inserido em um mundo social, que é dinâmico, que está em permanente movimento e em permanente contradição, portanto, em permanente transformação. Para a autora:

A identidade é apreendida [...] através da(s) representação(ões) de si em resposta à pergunta ‘quem és?’ esta representação não é uma simples duplicação mental ou simbólica da identidade, mas é resultado de uma articulação entre a identidade pressuposta (derivada, por exemplo, do papel social), da ação do indivíduo e das relações nas quais está envolvido concretamente (JACQUES, 2010, p. 164).

Nessa perspectiva social do conceito de identidade, a posição do educador Juarez Dayrell (2003) é que o indivíduo também é sinônimo de ator social e para outros é sinônimo de “sujeito”. Sujeito é um ser humano aberto ao mundo, possui uma historicidade, é portador de desejos, necessidades, potencialidades, constituído por um conjunto de relações com outros sujeitos.

[...] o ser humano se coloca no limite entre a natureza e a cultura: a dimensão biológica e a social influenciam-se mutuamente na produção humana. A possibilidade de o ser humano se constituir como tal depende tanto de seu desenvolvimento biológico, em especial do sistema nervoso, quanto da qualidade das trocas que se dão entre os homens no meio no qual se insere. O homem se constitui como ser biológico, social e cultural, dimensões totalmente interligadas, que se desenvolvem com base nas relações que estabelece com o outro, no meio social concreto em que se insere (DAYRELL, 2003 p. 43).

Sujeito que na perspectiva de Bezerra Júnior (1999) se constitui quando reconhece que as significações que o moldam foram criadas histórica e socialmente e, portanto, são passíveis

de modificações, de transformações, a partir de seu agir no mundo. Sujeito cuja socialização, segundo o autor, depende de três fatores.

Primeiro, a sociedade já dispõe de um conjunto de modelos, padrões de conduta, estilos de ação individual e coletiva, colocados à disposição, através de um conjunto de signos, e possibilidades as quais cada um, com suas próprias marcas, consciente ou não, vai interagir. Segundo esses padrões necessitam que outro sujeito, já socializado, transmita os significados, uma função inicialmente materna, que iniciará o novo membro a uma matriz cultural e de sentidos, baseados em relações de afetividades, cuidados, repetições, uma vez que a espécie humana nasce dependente de outro para sobreviver. O terceiro fator da socialização humana é a figura paterna, ou a dimensão da lei, da cultura, das diferenças, da temporalidade, da alteridade, surgindo assim um Eu.

O Eu é, portanto, desde seu momento inicial, um projeto realizado no tempo. Um processo constante de reconstrução de si, realizado com base nos modelos identificatórios que a sua sociedade e a imaginação do seu tempo lhe abrem. A experiência familiar, os grupos sociais de que fará parte, a classe a que pertence, o imaginário social dominante, as características próprias de sua época, etc., condicionarão esse processo, que segue ao longo de toda a existência individual, e só termina com sua morte (JUNIOR, 1999, p. 3).

Dayrell (2003) defende a concepção de sujeito como ontológico ao ser humano, a qual iguala todos como seres humanos, seres da mesma espécie, igual a alguns como parte de um grupo social e diferente de todos por ser singular. Os sujeitos, em função de suas vivências e experiências vão interpretar um conjunto de elementos que dizem quem ele é, quem são os outros, interpretando cada um as relações e contradições e com isso se forjando e se construindo singularmente.

A relação entre identidade e reconhecimento social vem sendo debatida, teoricamente, especialmente pelo alemão Axel Honneth (2003). Teoria esta que há de se reconhecer, carece ser aprofundada e melhor sistematizada. Ainda que incorrendo em imprecisões, o autor oferece uma base de reflexão interessante, que dialoga com a sistematização de identidade dos sujeitos de Bezerra Junior (1999), e Juarez Dayrell (2003) quando ele trata o conceito de reconhecimento social em três aspectos: primeiro pelo amor, (na relação com próximo, no caso a mãe, onde a esfera fundante é a da confiança), segundo a solidariedade (significa a convivência com a comunidade) e terceiro pelo aspecto do direito (através das práticas institucionais da justiça).

As práticas institucionais de justiça precisam ser contextualizadas na sociedade capitalista moderna, onde Boaventura (1997) reflete sobre o papel do Estado que oferece um

conjunto de referências institucionais aos indivíduos, criando assim uma cultura referendada na esfera pública. Porém para as economias periféricas, como Portugal e Brasil, o Estado não tem essa força de regulação social, força esta concentrada no âmbito doméstico, sobretudo na família. É na família, nas relações de parentesco e amizade, onde os laços de referência se estabelecem.

Pode-se dizer, de outro modo, que o aspecto da dimensão dos direitos sociais no Brasil, ao longo do século XX, foi se configurando como o espaço da luta de classes. Segundo Cardoso (2010), a cidadania regulada através dos direitos advindos do trabalho formal, passou a ser a forma institucional efetiva de reconhecimento social e político, seguido de possibilidades concretas de conquistas econômicas e sociais.

Os três aspectos que definem a constituição do reconhecimento social, dialogam no caso brasileiro com os aspectos objetivos e subjetivos da construção da sociabilidade dos indivíduos. Trata-se de uma teoria que oferece elementos significativos para enfrentar a atribuição de sentidos, de significados a uma das dimensões centrais da vida humana moderna, que é a dimensão do direito ao trabalho, ainda que seja o trabalho alienado, assalariado, das sociedades capitalistas.

Alves (2011) enfatiza que trabalho assalariado exige constantemente valores éticos e morais os quais são repassados ao conjunto da sociedade, independente dos espaços ocupados no mundo da produção material da vida. Um processo incessante que além da tradicional disciplina exige um permanente movimento de especialização, qualificação, atualização para acompanhar uma revolução tecnológica incessante, uma sociedade em rede que demanda um tipo de trabalhador flexível.

A categoria flexibilidade, nas últimas décadas, ganhou novas proporções, intensidades e amplitudes. De modo geral, para Alves (2013) ela é um atributo da própria organização social da produção, com diferentes particularidades e múltiplas determinações. Para o autor e para este estudo, interessa compreender o que significa a flexibilidade da força de trabalho.

[...] isto é a flexibilidade relativa à legislação e regulação social e sindical, que continua sendo estratégica para a acumulação do capital. [...] a flexibilidade nos contratos de trabalho, ou seja, a possibilidade de variar o emprego, os salários, horários, e o local de realização do trabalho dentro e fora da empresa. [...] a flexibilização da força de trabalho expressa a necessidade imperiosa de o capital subsumir, ou ainda, submeter e subordinar, o trabalho assalariado (ALVES, 2013, p. 88).

A articulação da identidade dos sujeitos com as esferas do reconhecimento social, em um período histórico, em que a vida, sobretudo dos jovens da periferia, é uma luta pela própria

existência. Uma luta em que este setor da força de trabalho precisa encontrar brechas em um sistema que organiza o tempo da vida em tempo de trabalho.

Para Alves (2013) e para este estudo, outra categoria chave é a precarização do homem que trabalha, associada a dois aspectos fundamentais: a jornada de trabalho e a remuneração. O problema da jornada precarizada é aquela que exige os sujeitos por inteiro, a disposição da dinâmica laboral em todos os turnos e dias da semana, uma condição objetiva da transformação do tempo de vida em tempo de trabalho.

O esforço em conceituar identidade e reconhecimento social, articulada a categorias do cotidiano do mundo do trabalho está em perceber como esta geração de jovens precarizados se veem e se projetam como trabalhadores? Como encaram as questões de acesso aos postos de trabalho, quais postos de trabalho estão acessíveis a seus currículos e suas trajetórias, como enfrentam os desafios colocados diante de sua condição sócio econômica?

O desafio desse conteúdo teórico e destas questões está em operacionalizar esses conceitos em suas dimensões e análises, não só por exigir uma ética metodológica, mas sobretudo, por exigir uma sensibilidade teórica, nesse caso, melhor explicada pelas próprias palavras de Maffesoli (1996, p. 49):

[...] uma sensibilidade teórica, que nos permita apreciar a beleza da desordem aparente, sua fecundidade também. É de propósito que emprego o termo sensibilidade teórica: isso permite sublinhar o aspecto complexo da vida social, a sinergia dos diversos elementos que a compõem. Ao contrário do moralismo, o esteticismo remete a uma forma de assentimento à vida. Nada do que a compõe deve se rejeitar. É um desafio por aceitar.

Um desafio que exige um esforço e uma vigilância permanente no sentido de efetivamente tratar os jovens como sujeitos, do seu tempo, do seu contexto, com suas posições sobre o mundo. Esse esforço remete inclusive à vigilância em usar a terminologia de objeto de pesquisa, aos jovens, tentando empregar objeto, ao estudo em si, ao tema, preservando os sujeitos da pesquisa. Pode ser do ponto de vista acadêmico um detalhe, mas os sujeitos em suas singularidades são seres sociais em relação com outros.

3 METODOLOGIA E EMPÍRIA: UMA SINFONIA DE VOZES

Não basta explicar as contradições, reconhecer que elas possuem fundamento, um ponto de partida nas próprias coisas, uma base objetiva real; na verdade, mostram que a realidade não possui apenas múltiplos aspectos, mas também aspectos cambiantes e antagônicos. O próprio homem só se desenvolve através das contradições (PRATES, 2012, p. 122).

Partir da realidade no caso desse estudo requer uma proposta metodológica que articule a unidade, no caso os jovens, pobres, situados em um bairro periférico de Porto Alegre, com a complexa formação dos sentidos do trabalho e com suas expressões no mercado de trabalho. Uma articulação que localize os espaços que estes jovens ocupam, e porque são esses espaços, como o significam, o que o trabalho lhes diz, o que ele representa em suas vidas, buscando explicitar as contradições inerentes nesse exercício.

O desafio de compreender as contradições exige mais do que a reflexão como atividade de constatar posições e oposições, enfileirando-as sem conexão. Compreender conexões por sua vez exige uma análise dialética que Prates (2012) explica de modo didático.

A lei da dialética é a lei do movimento em espiral (da superação) que caracteriza o retorno acima do superado para domina-lo e aprofunda-lo, para elevá-lo de nível, libertando de seus limites. O pensamento, como movimento da vida humana, realiza totalizações provisórias, analisa, nega, sintetiza e com isso introduz o novo, atinge novos graus que exigem conteúdo e qualidade (PRATES, 2012, p. 122).

Sob este horizonte metodológico um estudo desta natureza nasce sendo qualitativo buscando compreensões de atribuição de sentidos ao trabalho, por jovens. Inicialmente foi traçado um perfil e um extrato, que representasse as características principais do recorte referido, sem a pretensão de encontrar modelos que representem a totalidade desta parcela da juventude. Na categorização de juventude, fica explícito o perfil desse setor da população em sua diversidade, pluralidade e heterogeneidade.

Cabe situar neste ambiente de encontro entre a metodologia e a empiria alguns princípios, presentes na preparação e execução do trabalho de campo. Um princípio e ao mesmo tempo um exercício assumido foi o de manter distância dos estereótipos que vinculam o referido público, a criminalidade e a violência urbana. Sobre esse ângulo há uma infinidade de estudos, textos e que em maior ou menor medida os jovens acabam sendo tratados como um problema social.

A opção por estar com os jovens e com eles buscar um ambiente dialógico, historicizando as relações sociais, princípio onde todos os seres sociais são sujeitos, singulares e ativos no mundo. Ao atuar no mundo, o transformam e são transformados, constantemente, em relação com outros seres humanos. Portanto, o *estudo não é sobre os jovens e sim é com os jovens*, nesse sentido as visitas foram sendo marcadas e remarcadas, para o final do dia, para o início da noite e nos finais de semana, com vistas a ter tempo para conversar.

Esses princípios compõe o campo teórico da Metodologia da Educação Popular, sistematizada em especial por Paulo Freire, na obra *Pedagogia do Oprimido* (2002), nesta o autor explicita um método de pesquisa e trabalho pedagógico centrado no diálogo, cujos pressupostos dizem que todos tem sabedoria, que a formação humana é permanente e não apenas circunscrita ao período escolar e que a sociedade capitalista é dividida em classes sociais.

A concepção de pesquisa em Freire (2003), passa pela defesa de que a realidade não é uma soma de dados e fatos e sim o conjunto de fatos e dados, mais a percepção que deles esteja tendo a população diretamente envolvida. A pesquisa é um ato de conhecimento que tem como sujeitos o (a) pesquisador (ora) e o grupo ou os grupos selecionados, cujo objeto a ser desvelado é a realidade concreta, com suas atribuições de significados.

Paulo Freire é um seguidor da teoria crítica clássica, porém seu rigor metodológico não é evidenciado através de uma linguagem densa, complexa, de difícil acesso. Ao contrário, sua linguagem é simples, porém sua prática metodológica é rigorosa. Vale retomar Prates (2012) que insiste que o método de pesquisa crítico deve: ressignificar espaços, pensar alternativas, redescobrir potencialidades, associar experiências, desvendar bloqueios, alienações, revigorar energias, reconhecer espaços de pertencimento.

Nessa perspectiva, o método de pesquisa não é um mero instrumento manejável para buscar respostas aos temas em questão e sim um meio permeado de intencionalidades em que o pesquisador e o pesquisado são sujeitos do ato de conhecer a realidade em questão, de forma crítica. É um movimento de ação e reflexão, onde a ação não é um mero ativismo, esvaziado de reflexão e nem só reflexão diletante, vazia de significados.

A pesquisa qualitativa oferece os meios mais adequados para a apreensão de falas significativas. Mas o que é uma fala significativa? As falas significativas, segundo Freire (2003), são aquelas permeadas por uma contradição, elas expressam uma espécie de limite explicativo, por exemplo: *minha mãe não consegue um bom emprego porque tem só até a quarta série*. Uma fala desta natureza explica uma situação e coloca um argumento fechado em si.

Porém essa fala problematizada e contextualizada com questões que exijam explicar, verbalizar, porque a mãe não estudou? Quais as razões que a levaram a parar de estudar? Esse movimento reflexivo com as pessoas envolvidas exige naturalmente o princípio do diálogo, da escuta, da reflexão coletiva, de aportes teóricos que ajudem a compreender os fenômenos em questão.

Outro movimento metodológico de aproximação com a empiria é o compartilhar dos objetivos do estudo como parte da aproximação e da construção de confiança, buscando não construir um mero rito de coleta de dados. Uma pesquisa dessa natureza necessita ser aceita, permitida pelas pessoas, pois o principal mecanismo de apreensão da realidade do tema é a percepção dos jovens, através de suas narrativas de vida.

Quanto à organização e o tratamento dos dados, as entrevistas foram gravadas e transcritas, analisadas, permitindo a percepção de elementos com alguma regularidade, repetidos de modos diferentes, porém presentes nas narrativas. Também foi possível identificar algumas lógicas nas posturas diante das relações com o território, com as relações sociais construídas a partir dele, além de relações sociais do âmbito familiar, muito expressivas.

Para dar conta do objetivo do estudo que é a necessidade de compreender a construção de atribuição de sentidos ao trabalho, os eixos de análise passam por relações e composições familiares, o papel da escola, as experiências de trabalho, a relação com o território de moradia, articulando-se com as esferas de construção da identidade e do reconhecimento social.

3.1 O CONTEXTO SOCIAL E TERRITORIAL DA PESQUISA

Contextualizar o território da pesquisa nesse caso passa por situar alguns dados que tem o sentido de compor um quadro de informações gerais, do município como um todo e dentro dele um bairro, cujas características não diferem da reflexão que Kowarick (1983) fazia na década de 1980. O autor chamava a atenção para o fato de que as precariedades da vida nas periferias não era algo temporário e sim parte da estrutura produtiva e social. Sendo parte de uma estrutura estas condições precárias de vida nas periferias passam a compor uma espécie de solução de sobrevivência, uma vez que diminui os gastos com moradia, taxas urbanas e impostos.

O território da pesquisa de campo é a região denominada de Grande Cruzeiro, a qual é formada por um conjunto de vilas populares, na cidade de Porto Alegre, capital do estado do

Rio Grande do Sul. Na Grande Cruzeiro, onde segundo o sítio eletrônico OBSERVAPOA⁸ com base no censo do IBGE de 2010 habitam cerca de 65 mil pessoas, as quais compõe o total de 1.409.351 habitantes da capital.

Do referido observatório, em sua diversidade de informações estatísticas sobre o município interessa, nesse momento, perceber a diferença da remuneração média dos trabalhadores de modo geral em relação à região da Cruzeiro. As informações tratam da população economicamente ativa com vínculos formais de emprego, retiradas das fontes institucionais, como demonstra o quadro abaixo.

Quadro 1 – Resumo de dados referentes a população com vínculos em empregos formais e ou políticas de qualificação profissional institucionalizadas no município de Porto Alegre.

Informação	2007	2008	2009	2010
População	(--)	(--)	(--)	1.409.351
Estabelecimentos Formais	43.650	44.949	45.822	47.643
Empregos Formais	654.270	674.264	690.518	726.098
Remuneração Média do Trabalhador ⁹	R\$ 1.377,00	R\$ 1.438,00	R\$ 1.487,00	R\$ 1.564,00
Requerentes do Seguro-Desemprego	52.456	57.081	66.612	48.715
Beneficiários do ProJovem	(--)	(--)	(--)	1.953
Educandos do PNQ ¹⁰	2.122	174	2.106	(--)
Vagas oferecidas pelo Sine ¹¹	26.911	30.159	33.722	36.906
Vagas demandadas no Sine	72.585	71.614	63.308	44.778
Empreendimentos Solidários ¹² (4)	116	(--) ¹³	(--)	(--)

Fonte: elaborado pela autora (2014), adaptado de MTE (2014) e IBGE (2014).

Observando a média da remuneração dos trabalhadores institucionalizados do município, evidencia-se que os trabalhadores da região da Grande Cruzeiro tem remuneração 35% inferior à média do conjunto dos trabalhadores de Porto Alegre, como demonstra o quadro abaixo. Esses dois quadros tem a função de demonstrar, através de dados oficiais, que a região da Grande Cruzeiro é habitada por uma população de baixa renda.

⁸ É um observatório eletrônico do município de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Também é o Site oficial do Orçamento Participativo, disponibiliza o mapa das demandas e os planos de investimentos das 17 regiões do OP.

⁹ Valores correntes em 31 dez. 2013.

¹⁰ Plano Nacional de Qualificação (PNQ).

¹¹ Sistema Nacional de Emprego (SINE).

¹² 2005-2007

¹³ Informação não disponível.

Quadro 2¹⁴ – Resumo de dados referentes a população com vínculos a empregos e ou políticas de qualificação profissional institucionalizadas no município de Porto Alegre dentro da Região do Orçamento Participativo: Cruzeiro.

Informação	2007	2008	2009	2010
População	(--)	(--)	(--)	68.896
Estabelecimentos Formais	619	685	689	701
Empregos Formais	6.772	9.127	9.277	8.865
Remuneração Média do Trabalhador	R\$ 969,42	R\$ 1.103,93	R\$ 902,27	R\$ 1.021,67
Requerentes do Seguro-Desemprego	2.704	2.910	3.382	2.733
Beneficiários do ProJovem	(--)	(--)	(--)	146
Educandos do PNQ	92	10	58	(--)
Vagas oferecidas pelo Sine	425	594	508	485
Vagas demandadas no Sine	4.918	4.239	3.795	2.802
Empreendimentos Solidários	0	(--)	(--)	(--)

Fonte: elaborado pela autora (2014), adaptado de MTE (2014) e IBGE (2014).

Outros dados relevantes que interessam para caracterizar socialmente o território estão disponibilizados no RI¹⁵ pela SAGI do MDS. Nesse, a informação é de que em Porto Alegre até maio de 2013 estavam inscritas 99.227 famílias no CADÚNICO, segundo o IBGE, no município 57.220 famílias declararam ter renda per capita de até 70,00, outras 75.228 famílias declararam ter renda per capita familiar de até 140,00. O PBF beneficiou no mês de fevereiro de 2014, 54.785 famílias na capital gaúcha, com um valor médio de 172,13, totalizando um repasse de 8.741.542 para o referido mês.

Cabe citar que o MDS trabalha com a unidade família, porém no mesmo RI está disponibilizado o número de pessoas cadastradas, considerando a soma entre os cadastrados com renda entre 70,00 e 140,00, chega-se a um total de 421.472 pessoas. Esse dado em termos percentuais equivale a 30% da população total do município.

¹⁴ Para fins de melhor compreensão, as notas inseridas dentro do Quadro 1 também são válidas para o Quadro 2.

¹⁵ O Relatório de Informações RI, esta disponível no sitio eletrônico do MDS, trata-se de um conjunto de informações de âmbito estadual e municipal, que articulam dados das pesquisas do IBGE, com os dados do Cadastro Único das políticas sociais. O RI é produzido pela SAGI que é uma unidade técnico administrativa do MDS.

3.2 APROXIMAÇÕES INICIAIS PARA COM OS SUJEITOS DO ESTUDO

Este território da pesquisa heterogêneo e complexo do ponto de vista metodológico exigiu um ponto de apoio para acessar o perfil de jovens do interesse deste estudo. A porta de entrada foi aberta pelos contatos com jovens que participam do Levante Popular da Juventude¹⁶, que é um movimento social constituído há pouco mais de cinco anos no Rio Grande do Sul e que vem se construindo de modo aberto e reflexivo, buscando atuar em diferentes setores da juventude.

Este estudo não se fixará nas formas de organização social e política dos jovens, neste movimento social ou em qualquer outro. A relação com o movimento é de colaboração, como forma de acesso às pessoas que tem referência nesta organização e por conta disso permite acessar além dos jovens, algumas famílias. Em contrapartida, o movimento social Levante Popular da Juventude tem interesse nos resultados deste estudo.

É inegável, por outro lado, que o acesso a setores de jovens de baixa renda, de periferia, através de um movimento social, traz em si contradições. É possível que em uma conjuntura em que a maioria das pessoas não estão engajadas em organizações coletivas, pode ser que este extrato, por estar participando de um movimento social, já tenha se diferenciado de seus pares, produzindo características próprias influenciadas pelo ambiente coletivo.

Positivamente tem o fato de que o movimento social em questão nasceu de jovens de periferia, que cresceram nesses territórios, conhecendo desde cedo a labuta de suas famílias em torno da sobrevivência. Também o objetivo do projeto de pesquisa nunca esteve voltado para a ferramenta de organização social e sim na relação desse setor juvenil com o universo do trabalho.

Por outro lado, as articulações através de contatos e visitas prévias no bairro, propiciaram o encontro com pessoas conhecidas das articulações com o Movimento dos Trabalhadores Desempregados e estas puderam contribuir com contatos e acessos em uma das faces do Morro Santa Tereza. Com isso foi possível incluir no trabalho de campo cinco jovens que vivem no morro, o qual compõe a Grande Cruzeiro.

¹⁶ Segundo o Levante Popular da Juventude suas experiências de organização envolvem grupos de jovens urbanos universitários, secundaristas, grupos rurais oriundos de assentamentos da Reforma Agrária e de pequenos agricultores, assim como jovens do meio popular, de periferia, ligados ou não ao universo escolar e ao universo do trabalho.

No planejamento do trabalho de campo, a primeira proposta envolvia a construção de um trabalho fotográfico. Basicamente a ideia era de percorrer com o grupo algumas ruas do bairro e sacar algumas fotografias que representassem o significado atual do trabalho em suas vidas, seguido de discussões em grupo acerca do conteúdo das imagens. Em um segundo momento, a proposta era a produção de uma segunda fotografia que contivesse as ideias do *vir a ser* no universo do trabalho.

A proposta foi apresentada a um grupo de jovens da Vila Cruzeiro, articulados no Levante Popular da Juventude, que entendeu haver nesta metodologia a presença de um sentido educativo, formador em torno do tema trabalho, o qual eles reconhecem ter pouco debate acumulado com os jovens.

Porém, na fase de preparação, organização e agendamentos deste primeiro momento, o grupo articulador do Levante foi arrastado e arrastou o que pode de seus membros para as mobilizações de fins de maio, junho e julho/ 2013 em Porto Alegre e cidades polos do interior do estado.

A própria pesquisadora foi às ruas acompanhar os movimentos da juventude, seu foco de estudos, mas com isso a conjuntura quebrou com o planejamento inicial. Desse modo, o esforço foi replanejar o trabalho de campo, o qual passou por um período de diálogos, escutas, visitas, conversas com alguns jovens já contatados.

A conclusão foi a de que um trabalho empírico que buscasse recompor as trajetórias de vida, dos jovens, em conjunto com suas famílias, poderia ser um caminho também interessante. Com isso, era necessário pensar tempos maiores para as visitas, com uma estrutura de itens a serem tratados.

Também foram sendo validadas como instrumento de pesquisa, as anotações oriundas da observação dos ambientes, dos espaços físicos das casas e utensílios domésticos, descrições dos sujeitos, em seus jeitos de falar e agir. As impressões próprias da pesquisadora envolvida com suas emoções e tensões compõem parte dos conteúdos dessas observações e do próprio cenário do trabalho empírico, além do movimento dos sujeitos dentro desse cenário.

O caminho das trajetórias de vida abriu um leque de questões capaz de captar elementos estruturais, como os efeitos da migração, o tema do emprego e do desemprego, precarização, direitos, salários, custo de vida, moradia na periferia, experiências com o racismo, atitudes violentas da polícia, como também elementos simbólicos, subjetivos e emotivos. Trajetórias que ao serem recuperadas foram expondo as marcas do trabalho em famílias de trabalhadores precarizados. Entre outros elementos, essa ferramenta metodológica resgatou nas pessoas uma memória processual, que algumas chamaram de terapia.

O trabalho de campo demanda uma espécie de cercamento, de aproximação do objeto empírico, do tema de estudo, o qual pode lançar mão de informações já organizadas por outras pesquisas. Na perspectiva metodológica da educação popular, esse exercício é a construção de uma espécie de mapa prévio de informações, capaz de compor uma fotografia do contexto aonde o exercício empírico de pesquisa irá acontecer.

Nesse movimento de aproximação, a fotografia terá quatro níveis de foco, do maior para o menor. O ponto de partida é o ângulo dos espaços ocupados pelos jovens no mercado de trabalho formal, na capital, com o ponto de apoio é um Estudo Temático¹⁷ do DIEESE que aporta informações sobre: papéis, espaços ocupados, jornada, renda, condições de trabalho. Com isso é possível pensar algumas deduções sobre as condições de trabalho dos jovens no mercado informal não institucionalizado.

O segundo ângulo do olhar são os dados das políticas sociais, fornecidos pelo Cadastro Único das políticas da Assistência Social do município. Em tese, os jovens pobres devem figurar nesse cadastro como membros de famílias de baixa renda, portanto, público alvo das políticas sociais da cidade.

O terceiro momento é o da contextualização dos espaços físicos em si, um quadro descritivo da Vila Barracão e de uma das faces do Morro Santa Teresa. Uma descrição compartilhada pelas narrativas das memórias trazidas pelos entrevistados, assim com as impressões e observações dos espaços, a partir das visitas e presenças em algumas atividades locais.

O quarto movimento é o de sistematizar, como foi se dando a composição dos encontros, onde os jovens foram narrando suas trajetórias de vida, a recorrência de falas significativas, explicativas e disto alguns critérios escolhidos para agrupá-las, com vistas à construção da análise sociológica.

¹⁷ O Estudo Temático de Janeiro de 2013 foi produzido pelo Observatório do Trabalho de Porto Alegre, sobre: Juventude no Mercado de Trabalho de Porto Alegre – Uma análise dos anos 2000, cujo recorte etário trabalha com idades entre 14 e 29 anos.

3.2.1 A juventude no mercado de trabalho de Porto Alegre

O Observatório do Trabalho¹⁸ mapeou o universo do trabalho dos jovens no conjunto do território da cidade de Porto Alegre conforme o mapa abaixo.

Figura 1 – Mapa da cidade de Porto Alegre.



Fonte: (OBERVAPOA, 2014).

Como reflete Nádya Guimarães (2002), no Brasil os dados dos empregados e dos desempregados mostram apenas aqueles que trafegam pelas formas institucionais. As bases de dados no país trabalham com o universo de trabalhadores formalizados, com carteira de trabalho assinada que entram e saem oficialmente deste mercado, dados estes informados, sobretudo pelos empregadores através da PED¹⁹.

O objetivo em agregar essas informações passa por compor um cenário capaz de demonstrar que o universo do trabalho protegido pelas leis trabalhistas também é um universo

¹⁸ Observatório do Trabalho do DIEESE Sob o termo de Contrato N°. 48918/2012 Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego (SMTE) – Prefeitura de Porto Alegre Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e DIEESE. Uma das atribuições era de realizar estudos temáticos sobre o mundo do trabalho na capital gaúcha, entre eles o tema da juventude, sobretudo pela ótica do trabalho formal.

¹⁹ PED: Pesquisa de Emprego e Desemprego elaborada através do Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE e DIEESE, – apoio MTE/FAT. O terceiro e último capítulo trata do jovem no mercado de trabalho formal, através da análise dos Registros Administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

de adversidades e de precariedades. Disso é possível deduzir que no universo do trabalho informal essas precariedades devem ser muito mais graves na vida das pessoas. Além disso, essas informações possibilitam aportar reflexões sobre um arco de variáveis que atravessam a vida dos jovens trabalhadores da periferia metropolitana.

Segundo o censo do IBGE de 2010, a população de Porto Alegre conta com 30,1% de seus membros na faixa etária entre 14 e 29 anos. Em 2000, no extrato considerado ativo²⁰ estavam desempregados 26,3%, taxa que em 2011 passou a ser de 12,8%. Isso não quer dizer que os demais jovens estiveram nesse mesmo período empregados formalmente. Os dados mostram que em 2000 estavam empregados 27,9% dos jovens, índice que pouco se altera, pois em 2011 os empregados passam a ser 29,2%. Os trabalhadores informais, assim como os autônomos, não possuem fontes de dados a serem consultadas, isto somado aos jovens, cujas famílias investem recursos para sua formação.

Dentro da taxa de desemprego, as mulheres jovens representavam 54% do total dos desempregados em 2011 e, junto com os homens jovens, sofreram com a elevação da taxa de rotatividade no emprego. Em 2000 esta taxa era de 67,2% e em 2011 passou a ser de 74,3%. A rotatividade nos empregos é um dos importantes ingredientes que compõe a extensa agenda da precarização dos estatutos do trabalho.

Os jovens, assim como a maioria dos demais empregados formais, estão em 49,5% de ocupações ligadas aos serviços, 26,2% em ocupações vinculadas ao comércio, sendo que a indústria e a administração pública absorvem cada uma, 8,8% da força de trabalho juvenil formalizada na capital. No conjunto dos jovens trabalhadores formais, 74,2% são desligados antes de completar 24 meses de carteira assinada, contribuindo assim para a construção de um itinerário laboral descontínuo.

Quanto aos rendimentos médios dos trabalhadores até 29 anos, em 2011, foram de 948,16 reais, em troca de uma jornada média de trabalho de 41 horas semanais, sendo que para os trabalhadores do setor do comércio a média de horas ficou entre 45 e 47 horas semanais. Logo, um expediente de trabalho que não colabora com a conciliação entre trabalho e estudo, elemento que retroalimenta a manutenção das condições precárias de trabalho.

Quanto aos níveis de escolaridade em 2000, 17,8% dos empregados formais tinham o ensino médio completo. Em 2011 esse nível de escolaridade no âmbito dos empregos formais

²⁰ Extrato ativo: A PIA segundo o IBGE é a população em idade ativa, esta é considerada a partir dos 10 anos, sem idade limite, porém para a legislação brasileira, admite trabalho formal para os jovens após o extrato ativo de 16 anos, porém a partir dos 14 anos os jovens podem ingressar no mundo de trabalho na condição de aprendiz, para tal há um aparato legal.

passou a ser de 37,3%. Quanto à população de modo geral, segundo o senso do IBGE de 2010, dos jovens residentes em Porto Alegre, com idades entre 18 e 20 anos, 36,7% não possuíam o ensino médio completo e 16,5% não possuíam o ensino fundamental completo.

Os dados de emprego e desemprego da juventude da capital gaúcha estão em sintonia com a economia nacional de modo geral. É inegável a diminuição das taxas absolutas de desemprego no país na última década, embora entre os jovens esse índice ainda seja alto. Mas os destaques a serem feitos em relação a este breve resumo vão em duas direções.

Primeiro, a quantidade dos jovens que acessam os empregos formais não chega a um terço. Segunda questão: quais os tipos de empregos estão sendo disponibilizados aos jovens? Os empregos em áreas estratégicas do desenvolvimento econômico como a indústria, sobretudo a indústria que agrega conhecimento tecnológico, compõem a menor fatia da oferta de empregos.

A qualidade dos empregos é refletida também nas médias salariais, os jovens recebem pouco mais do que um salário mínimo, em troca de uma jornada integral de trabalho. Uma geração que inaugura sua vida laboral colecionando assinaturas em suas carteiras de trabalho, tecendo desde cedo trajetórias descontínuas, alimentadas pela rotatividade dentro do mercado de trabalho.

Porém, para os padrões da sociedade brasileira, esses jovens estão em melhores condições de vida do que aqueles que sequer alçam as credenciais necessárias para ingressar no mercado de trabalho protegido. Um segundo aspecto desse estudo faz pensar sobre as condições do trabalho informal e a produção de seus significados, os quais ainda não se têm definições claras como afirma Guimarães (2002, p. 116-117):

[...] existe zona ampla e cinzenta que desafia o nosso ideal de modernidade, de universalismo e de inclusão, e que, portanto, carece ser bem medida, mas também ser bem teorizada [...] acredito que essa zona (que pode ser quantificada, com mais precisão, introduzindo-se novas categorias e formas de desemprego e/ou de emprego) tem uma origem, um fundamento, uma representação normativa, uma construção institucional e uma introjeção subjetiva que devem ser buscadas em cada caso [...] busco avançar numa sociologia do desemprego, pela qual urge propugnar e sobre a qual o acúmulo de reflexão comparativa, temática, teórica e metodológica se faz urgente.

O contexto do trabalho informal, seja da juventude ou da população economicamente ativa, apresenta-se como um campo de estudos e de pesquisas a serem produzidos. Nesse desafio proposto pela própria realidade e por estudiosas como Guimarães, além dos problemas de ausência de dados oficiais detalhados, não é menos importante a questão metodológica, ou

seja: como para além de levantar dados quantitativos é possível articular esses dados com as práticas sociais, com as atribuições de significados dos sujeitos implicados nessa realidade?

3.2.2 A Grande Cruzeiro

Seguindo no exercício de aproximação do objeto de estudo, o segundo ângulo observado focaliza a Região da Cruzeiro. Pelo mapa abaixo, permite-se observar sua proximidade com a área central da cidade de Porto Alegre. Do ponto de vista territorial urbano trata-se de um bairro de origem popular que vem sendo fortemente pressionado pelo avanço da especulação imobiliária e por grandes obras públicas, como a duplicação da Avenida Tronco que corta a região ao meio, na direção centro região sul da cidade.

Figura 2 – Mapa da cidade de Porto Alegre, com destaque para a distância entre o Centro e a Cruzeiro.



Fonte: (OBERVAPOA, 2014).

As populações residentes em bairros populares começaram a ser melhor mapeadas e identificadas depois que o Estado brasileiro institucionalizou o SUAS, o qual vem sendo consolidado nos últimos dez anos. Nesse período foram desenvolvidas ferramentas de

informação que formam um gigantesco banco de dados, constituído pela inscrição das famílias de baixa renda no Cadastro Único²¹.

O Cadastro Único tem a renda como o principal parâmetro para a definição de ações estratégicas prioritárias e é dele que partem os dados que subsidiam o Programa Nacional – Brasil Sem Miséria. Em Porto Alegre estavam inscritas²² no Cadastro Único do município, 99.227 famílias, o que chega ao redor de meio milhão de pessoas. Dentro desse universo, 49.838 famílias receberam em média 171,33 do programa de transferência de renda, o Bolsa Família, por manterem em dia condicionalidades como: manter crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, (equivale a 45.922 pessoas) e jovens entre 16 e 17 anos, (equivale a 7.348 pessoas), com frequência escolar. E 20.547 de um total de 35.391 com o acompanhamento na área da saúde.

No aspecto das políticas sociais é possível observar três elementos que dialogam com a realidade dos jovens. O primeiro, embora amplo, demonstra que a estrutura pública ainda não é suficiente para atender a universalidade da demanda pelos direitos sociais. Porém ao mesmo tempo em que as políticas sociais vêm se afirmando sob o paradigma do direito humano ela também enfrenta o velho paradigma baseado na troca de favores e na caridade.

Pensando com a inspiração em Cardoso (2010), as políticas sociais trazem um aparato metodológico de institucionalização da pobreza, onde somente passam a existir, contar e acenar com a possibilidade de acessar o Bolsa Família, aqueles que estiverem devidamente cadastrados, com toda a base documental cartorial em dia. É preciso reconhecer a existência dos movimentos de busca ativa²³ da população que ainda está fora do cadastro, porém os direitos podem ser acessados após a documentação civil.

Um segundo aspecto, decorrente do primeiro expressado em diferentes conversas na vila, envolve os limites físicos dos CRAS em atender a população. Esses têm poucos funcionários públicos para o atendimento e com isso muitas pessoas postergam ou não retornam ao CRAS, seguido de um tipo de limite comunicacional.

²¹ O Cadastro Único das Políticas Sociais é preenchido pelo aparelho público municipal da Política de Assistência Social, cuja unidade física, deve ser localizada nos territórios mais vulneráveis socialmente. Essa unidade é o Centro de Referência em Assistência Social o CRAS.

²² Consulta pública ao sítio eletrônico do MDS, o qual disponibiliza através da SAGI um conjunto importante de informações sociais do país, da unidade federativa e por fim da unidade municipal. Os dados foram coletados em 28 de novembro de 2013.

²³ Busca Ativa é o termo empregado no âmbito do Programa Brasil Sem Miséria, tem o sentido de cobrar da rede de assistência social do país um conjunto de ações concretas, de busca efetiva daquela população que pelos dados do IBGE estão dentro dos critérios de baixa renda, pobreza e pobreza extrema, porém ainda não integram o CADÚNICO logo não acessam tipo de política pública social.

As pessoas têm dificuldades em absorver toda a ordem hierárquica de informações, em torno dos procedimentos práticos para efetuar o cadastro único. A linguagem, a nomenclatura dos programas, explicitados por siglas que pouco ou nada dizem às pessoas, acabam transformados em um emaranhado linguístico incompreensível.

Um exemplo dessa situação é o caso de dona *Maria*²⁴ que tenta encaminhar os papéis, para, nas palavras dela, *se encostar*, por problemas de saúde, embora não tenha o tempo de contribuição ao INSS. Na verdade a situação dela passa por encaminhar através do CRAS, o BPC, mas dona Maria não entende o que a “moça” diz. A moça seguramente é uma técnica, provavelmente de nível superior, que conhece a lei que estabelece os critérios de procedimento de acesso ao Programa BPC, mas não aplica uma pedagogia de trabalho popular, pedagogia que precisa explicar as siglas e os ritos dos programas às pessoas mais humildes que dele precisam.

Esses dois aspectos tencionam a política de direitos sociais na ponta, quando as famílias dos baixos extratos de renda precisam reunir um conjunto de documentos, (CI, CPF, NIS, comprovantes de residência e de renda) tanto da pessoa responsável pela família como de todos os seus membros, para ingressar oficialmente no CADÚNICO.

Nesse caso, reedita-se o drama cartorial, histórico, recuperado por Cardoso (2010) desde os tempos de Getúlio Vargas, quando confeccionar a Carteira de Trabalho era uma verdadeira corrida de obstáculos. Obter o conjunto desses documentos significa dispor de recursos, vários vales transportes, pagar taxas, fotos, encaminhar, protocolar, retornar, retirar, uma jornada cívica que pode estender-se por meses.

Os dois aspectos do contexto do campo de pesquisa; o mundo do trabalho formal, e o mundo das políticas sociais seguem inscritos no campo das promessas civilizatórias de acesso a comunidade de direitos, que Cardoso (2010), escreve refletindo o período da Era Vargas.

A cidadania como uma promessa de incorporação social das massas até então desdenhadas pelo processo de construção da nação, promessa de grande impacto sobre os projetos, esperanças horizontes de expectativas e sobre a práxis das populações que vivem do trabalho no país, de consequências duradouras para a sociabilidade desigual (CARDOSO, 2010, p. 218).

Passadas poucas décadas da Era Vargas, o conteúdo da promessa de incorporação social segue presente. Ainda figura na chave da cidadania, o trabalho formal, protegido pelo Estado através da carteira de trabalho. Tudo o que está fora desse universo, continua aparecendo como irregular, ilegal, informal e como tal oficialmente inexistente.

²⁴ Dona Maria é a mãe do jovem Simon, ela sofreu uma isquemia a cerca de dez anos, por sua condição de renda, tem direito ao BPC.

As relações formais, informais, institucionalizados, não institucionalizados vão revelando as diferentes faces dos processos históricos do país onde as mudanças sociais aconteceram sem rupturas, sem afetar elementos estruturais. Assim, percorrendo as ruas da Vila Cruzeiro, fica evidente os limites históricos da distribuição da renda como informa o OBSERVAPOA²⁵, onde os homens tem renda média de R\$ 1.000,00 e as mulheres de R\$ 700,00. As mulheres chefes de família com esta renda fazem parte do público do PBF, ou seja, trata-se de complementar a renda mínima do trabalho com uma renda mínima social.

3.2.3 Chegando na Vila Barracão

É uma vila bem localizada uma vez que está próxima ao centro da cidade de Porto Alegre. É servida por várias linhas de transporte público. Há alguns anos conta com um grande Posto de Saúde, com equipes de atenção básica à saúde e alguns atendimentos especializados como o acompanhamento aos portadores do vírus HIV. Conta também com três escolas públicas nas imediações. Em outras palavras, não se trata de uma vila de periferia distante, ao contrário, a vila Barracão, assim como toda a região vem sendo disputada e transformada pela agenda imobiliária da cidade e pelas grandes obras viárias.

Os parágrafos seguintes não têm a pretensão de construir um resgate histórico, desde as origens do lugar, mas a função de situar a partir de quem vive nesse lugar, as narrativas atribuídas de como a Vila foi se estabelecendo. Narrativas clássicas, para os padrões brasileiros, onde o povo nas cidades brasileiras, como diz Maricato (2002), só tem espaço para as pessoas pobres trabalharem, pois para o conjunto do viver, os espaços estão interditados, ou são irregulares, não podem ser servidos de bens públicos ou são exigidos ou confiscados por obras que prometem melhorar a vida no futuro.

A Vila Barracão foi sendo formada por pessoas que foram removidas, por conta de outras obras, em outras vilas da cidade, desde fins dos anos de 1980. Nas palavras de Rodrigues (jovem morador):

[...] as primeiras que chegaram, foram as mulheres, a dona Teresa, a Rita e a Rose, aqui era um campo aberto onde jogavam os corpos, essa vila é muito estranha, ela é tipo, poucas quadras, o que divide ela das outras vilas, são as duas ruas principais, a dona Otilia e a dona Malvina a

²⁵ Na plataforma do OBSERVAPOA as informações estão disponibilizadas por bairro e baseadas no Censo do IBGE de 2010.

Cruzeiro do Sul em baixo e mais 4 ruas pra cima, os blocos e a orfana, isso é a Barracão. Porque Barracão? Uma galera veio pra cá removida, fizeram uma barraca para acolher as pessoas conseguiram chegar aqui, porque esse terreno é do DEMAB. A minha vó conseguiu aqui porque iam fazer uma obra na vila onde ela morava e a gente se mudou pra cá, que é a vila Malvina, a gente morava bem no meio do beco, eles iam ampliar a rua e até hoje a rua não foi ampliada, a minha tia mora lá ainda, ela veio pra cá pelo OP na época e pela união das vilas, a UAB antigamente isso era bem eficaz e aí algumas pessoas vieram por conta dessas remoções, outras ocuparam, desistiram, a última casa de madeira era a tia Lúcia que era a verdinha, agora não tem mais casa de madeira.

Essa é uma marca, repetida, quase na mesma tessitura. As famílias vêm vindo, pelos relatos, nas últimas três ou quatro décadas. As falas remetem a uma ideia de longos anos, perdidos em um longínquo século XX. O Orçamento Participativo – OP e a UAB parecem presos em um antigamente quando eram significados como ferramentas eficazes que ajudavam a recolocar as pessoas que precisavam sair do lugar em que estavam.

As origens da geração dos pais e dos avós aparecem nas narrativas dos jovens como fragmentos, pequenos trechos de histórias contadas, sem um fio condutor, capaz de dar unidade e sentido de pertença a algo mais estruturado. Os parentes, os pais, as mães, trabalhavam em terras de outros, à meia, em lavouras de fumo, de arroz, ou em mineração, cortando e carregando pedras. Em grande medida, oriundos das cidades do interior, desde as mais próximas da região metropolitana como Rolante, passando por Venâncio Aires, por Sarandi, Caçapava do Sul e Cachoeira do Sul.

A perda dos laços de pertencimento a um passado, segundo Alves (2011), faz parte de uma geração “à deriva”, ou uma geração em trânsito. Ela não pertence mais ao passado, mas também não cabe nas formas como esta temporalidade organiza a vida social.

[...] o esquecimento de experiências passadas, o apagar de memória de lutas e resistência e a construção ideopolítica de um novo mundo de colaborações e de consentimentos [...] por trás de “tempos de mudanças” aos quais todos devem se adaptar, ocultam-se a extinção de experiências passadas e a destruição da memória social (ALVES, 2011, p. 109).

Os jovens dominam um passado de curto prazo, desorganizado, fragmentado, porém o passado socialmente é responsável pela transmissão de um conjunto de códigos de pertencimento a um grupo étnico, uma comunidade, uma religião, uma classe, um território. É possível pensar que esses jovens estão “à deriva”, cujas referências por sua vez também se tornam desorganizadas e fragmentadas.

Na ótica de Filho (1998), a perda dos laços de pertencimento é parte da sedimentação de uma espécie de humilhação social, que é um problema político e psicológico, fruto das intensas desigualdades de classe social que carregam.

[...] a mobilidade extrema e insegura das famílias pobres, migrantes ou nômade-urbanas, impede a sedimentação do passado. Os retratos, o retrato de casamento, os panos e peças do enxoval, os objetos herdados, toda esta coleção de bens biográficos não logra acompanhar a odisséia dos miseráveis. São transferidos, são abandonados ou são vendidos a preços irrisórios. A espoliação econômica manifesta-se ao mesmo tempo como espoliação do passado (FILHO, 1998, p.18).

Os efeitos dessa longa marcha e das remoções que vão espoliando o passado produzem imagens distintas de angústias e sofrimentos dentro de um breve período de tempo, cerca de vinte anos. Para Juana e seus três irmãos

[...] o que eu lembro da minha mãe é que ela sempre trabalhou de doméstica e desse período que ela trabalhou como doméstica ela trabalhou em um condomínio em que era muito longe, pra minha cabeça como criança era muito sacrificante, porque tinha que subir um morro, uma lomba a pé e tanto pra ir como vir e ver o que ela ganhava, trabalhava um sábado e outro não e todos os domingos [...] A minha mãe veio pra cá com 12 anos, hoje ela está com 62 e nos criamos nesse trajeto, tanto é que parece uma coisa muito viva, de lembrar da gente trazendo guarda-roupa nas costas, cama a gente trazia nas costas, porque nada disso a gente tinha.

Na mesma região, duas décadas depois, um *shopping center* se instala e remove as famílias da Vila Diário, que é vizinha da Vila Barracão, o empreendimento faz com que a Vila inteira tenha desaparecido, separando e dispersando as relações de vizinhança dos moradores, como relata a jovem Bruna.

Quando eu nasci, minha mãe não morava mais com meu pai, mas nem foi isso que mais me marcou eu morava naquela vila, na Diário, que agora é o shopping, quando eu tinha uns 10 anos *eles* tiraram a vila e todo mundo teve que se mudar e separou todo mundo então. Foi bem difícil pra gente se acostumar, a gente era mais solta, vivia na rua, aqui não, tudo era diferente, a gente não conhecia ninguém, não falava com ninguém.

Todo um território que foi tomado pela população trabalhadora, que mal ou bem acessou moradia e trabalho, agora precisa ser removida porque *eles* chegaram. *Eles* tiraram a vila, separaram todo mundo. A fala de Bruna expressa uma divisão de mundo, *Eles* é uma demarcação de fronteira com um *Nós*, conforme sistematiza Silva (2000, p. 9):

Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre 'nós' e 'eles'. Essa demarcação de fronteiras, essa separação e

distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder. "Nós" e "eles" não são, neste caso, simples distinções gramaticais, mas evidentes indicadores de posições-de-sujeito fortemente marca das por relações de poder.

Essa demarcação de relações de poder expõe as condições desiguais na evidente disputa pelo território dessa região da cidade. Grande parte dos moradores da região não possui escrituras de seus terrenos. Essa situação acerca de três anos criou um gigantesco conflito entre os moradores do Morro Santa Teresa e o governo do estado que é o proprietário da área e na ocasião havia colocado à venda.

O governo do estado é o proprietário do Morro, o qual foi sendo ocupado pelo movimento de migração da força de trabalho ao longo dos últimos setenta anos. O processo de venda foi barrado pela organização e luta dos moradores, porém esses seguem irregulares do ponto de vista da propriedade legal da terra.

A obra de duplicação da Avenida Tronco, margeada por construções de um a dois níveis, com ruas estreitas que cortam a avenida. Observa-se que a vila está em obras. Todas as casas das famílias visitadas estão em obras, todas têm grandes planos e pouco ou quase nada de espaços e de dinheiro, agravado pelo fato de não poder acessar os financiamentos de habitação popular, pelo problema de irregularidade fundiária.

Esse cenário evidencia uma das tantas contradições brasileiras que é a não Reforma Agrária no Brasil, além dos efeitos causados pela não reforma urbana. A periferia expressa como uma fotografia geral o amplo movimento migratório do campo para as cidades ao longo do século XX, sem a intervenção de planejamento urbano por parte do Estado.

3.3 APRESENTANDO OS SUJEITOS DO ESTUDO EMPÍRICO

Os sujeitos do estudo foram rebatizados para os efeitos deste estudo acadêmico. As definições de cor foram atribuídas e não ditas por eles, o que ao sistematizar o trabalho de campo evidencia-se como uma falha. Seria interessante ouvir a autodeclaração dos jovens em relação a sua cor, uma vez que diversas questões de racismo estiveram presentes e fortes em suas falas.

Os dezessete jovens escutados em suas trajetórias de vida estão descritos no quadro abaixo, com algumas características centrais sistematizadas. Na sequência eles são agrupados para fins de organizar e sistematizar as falas significativas.

Quadro 3 – Jovens que realizaram as entrevistas de trajetórias de vida, na Vila Tronco e Morro Santa Teresa da Grande Cruzeiro em Porto Alegre (n=17).

Nomes atribuídos	Idade	Cor atribuída	Escolaridade	Ocupações	Perspectivas de ocupações
1-Fernandes	21	Branco	Ensino médio completo	Estágios e contínuo terceirizado	Passar em um concurso da EPTC.
2-Rodrigues	19	Negro	Ensino médio incompleto	Estágios	Curso superior (não sabe qual)
3-Pedro	15	Negro	8º ano do ensino fund.	Inscrito no CIEE para estágios	Advogado
4-Justino	20	Pardo	5º ano do ensino fund.	Construção Civil	Construção Civil
5-Guarani	23	Indígena	7º ano do ensino fund.	Construção Civil	Construção Civil
6-Luís	19	Pardo	8º ano do ensino fund.	Construção Civil	Construção Civil
7-Camilo	17	Pardo	7º ano do ensino fund.	Escolinha de futebol, construção civil e repositores de gôndolas	Não sabe
8-Wilham	17	Pardo	7º ano do ensino fund.	Mudança e construção civil	Não sabe
9-Simon	29	Branco	Terceiro grau incompleto e trancado	Construção civil, garçom, estagiário, contínuo...	Inclina-se por marcenaria e eletrônica
10-Jacinta	16	Parda	6º ou 8º ano do ensino fund.	Ajuda a mãe em casa	Advogada
11-Sarah	17	Branca	Ensino Fund. Completo	Babá, faxina, doméstica.	Pediatra
12-Flora	15	Negra	8º ano do ensino fund.	Inscrita no CIEE	Professora de História
13-Bruna	16	Branca	1º ano do ensino médio	Faz um curso na escola do varejo	Não sabe
14-Mariana	15	Branca	6º ano do ensino fund.		Psicóloga
15-Manuela	17	Branca	5º série do ensino fund.	Babá, faxineira, doméstica.	Médica
16-Flávia	18	Branca	5º série do ensino fund.	Babá, faxineira, doméstica.	Não sabe
17-Juana	26	Negra	Terceiro grau trancado	Babá, faxineira, doméstica, garçomete, assistente administrativa.	Gestora e produtora de seu próprio empreendimento

Fonte: elaborado pela autora (2014).

Dos nove rapazes entrevistados, apenas um é evidentemente branco; três são negros, um deles tem origem indígena e os demais típicos brasileiros que revelam a mistura dos povos. Entre as oito moças, pode-se dizer que três são negras, três são brancas e duas são brancas com traços indígenas marcantes. Olhando seus rostos, seus traços, o jeito de olhar, as vozes e, sobretudo ouvindo suas trajetórias de vida, os nomes atribuídos emergiram do livro *Mulheres* de Eduardo Galeano (2002) que resgata, poeticamente, as tantas formas originais de resistência, lutas e alegrias em especial das mulheres da América Latina.

Os encontros aconteceram nas casas das pessoas, com uma média de duração de duas horas. Ocorreram visitas anteriores para aproximação e explicação da origem da pesquisa, da pesquisadora, os objetivos e combinar os detalhes dos encontros. Além de deixar claro os propósitos da pesquisa, também coube explicar que não havia necessidade de maiores preparativos, além de espaço e tempo. Houve uma cobrança clara no sentido da devolução da sistematização do estudo, o que é um compromisso da pesquisadora. Alguns encontros foram individuais e outros em grupos.

Para efeitos de sistematização e organização das falas significativas, os jovens foram agrupados por sexo, sendo designados em grupo de rapazes e grupo de moças e também por algumas afinidades em relação aos universos práticos e simbólicos do trabalho, as quais serão descritas na sequência.

3.3.1 Os rapazes

Dos nove rapazes, cinco deles (Justino, Guarani, Luiz, Eduardo e Camilo) compõem o subgrupo dos jovens na construção civil. Todos têm o primeiro grau incompleto, seus pais possuem os anos iniciais de escolarização. O círculo de relações onde vivem é mais restrito, sobretudo de parentesco. Eles têm entre 18 e 24 anos; dos cinco rapazes, três tem o primeiro filho, vivendo com suas companheiras, todas mais jovens que eles, com idade entre 15 a 18 anos.

Justino e Eduardo têm em comum histórias de um pai agressor, sendo que no pai de Eduardo a agressividade para com a mãe derivava do uso de diferentes drogas, as quais produziram altos níveis de desagregação. O próprio pai introduziu os filhos no mundo das drogas, ao ponto de, após vários episódios, a mãe conseguir expulsá-lo de casa. Já no caso do pai de Justino, a violência era dirigida, primeiro à esposa e depois aos filhos, não tendo uma causa aparente. Justino baixa os olhos e não fala sobre o tema. O relato da mãe é que depois de tantas violências sofridas e por último um estupro que quase a matou, juntou os quatro filhos e foi morar na rua.

A experiência da rua, em um final de beco em uma face do Morro Santa Teresa, a fez parar em um albergue, onde conheceu seu segundo marido, com quem teve uma filha. A mãe de Justino é analfabeta, conhece pouco o dinheiro, não consegue fazer contas, mas entendeu que seu salário de auxiliar de limpeza em uma padaria, sustentava a si e ao seu novo marido.

Como o pai de Justino e de seus três irmãos faleceu há pouco tempo e a mãe entendeu que seu novo marido pouco lhe agregava, deixou-o e reuniu-se com seus primeiros filhos.

As trajetórias escolares dos cinco rapazes tem uma narrativa comum, entre repetência e evasão. Estacionaram entre a sexta e a sétima séries. Suas mães sempre trabalharam, além dos dois pais serem agressores. Os pais de Guarani, Luiz e Camilo têm presenças pouco marcantes de modo geral. Possuem itinerários laborais informais, trazendo pouco dinheiro para casa, expressam um misto de passividade com poucas iniciativas, para os padrões do mercado de trabalho.

A escola não representa um papel forte nos relatos dos rapazes, não se coloca como uma janela para acessar outras paisagens no mundo. Como neste sub grupo de rapazes, quatro têm relações estáveis, suas jovens esposas têm um primeiro filho, logo o caminho aberto em suas vidas é o da construção civil, é a porta aberta para trazer dinheiro para casa. É visível e marcante nesse grupo, um alto investimento em roupas e tênis caros, sobretudo de marcas.

Esse padrão de consumo abarca grande parte do salário em prestações pesadas, que fazem encolher a cesta de variedades alimentares, esta basicamente é composta por massas, salchichas, pães e muito café com açúcar. O acesso aos postos de trabalho na construção civil se dá basicamente pelo contato e articulação com parentes e vizinhos que os indicam. As carteiras de trabalho, ora são assinadas ora não, vão compondo uma colcha de retalhos.

Os outros quatro rapazes, cada um tem sua especificidade; Fernandes, com 21 anos, branco, é o único que cresceu com a presença do pai e da mãe juntos. O pai trabalhando como vendedor e a mãe, depois dos filhos um pouco crescidos, trabalhou oito anos como cozinheira. Fernandes concluiu o ensino médio e iniciou um curso técnico, acessou estágios e tem um emprego de contínuo terceirizado, junto à Justiça Federal. Participa há alguns anos de um grupo de jovens da igreja católica na Vila, espaço socializante que gosta e tem como referência, no grupo fez amizades e encontrou uma namorada há quase um ano.

Rodrigues, com 19 anos e o ensino médio incompleto, matricula-se, evade, troca de escola, consegue um estágio, evade novamente. Ele se designa como um cara muito esperto e sagaz. Atribui sua esperteza em ter conseguido escapar da construção civil, ou do *obrão*, como ele designa, sorte que seus irmãos não obtiveram, ou porque são menos espertos. Ele define ter compreendido que o estudo poderia ser o caminho para não cair no *obrão*. Reconhece também que sua avó dava muito valor à sua desenvoltura escolar.

Rodrigues faz bicos diferentes, tem uma veia artística evidente, boa comunicação, ganhou *algum dinheirinho* com teatro, é bem articulado, tem uma rede de amigos e define que isto é fundamental para conseguir uma vida melhor. Seu pai tem 22 filhos com 4 ou 5 mulheres

diferentes. Fala da sua vó com carinho e afeto, embora segundo ele, ela seja louca e fofoqueira. Sobre a mãe, tangencia.

Pedro é o jovem mais jovem do grupo, tem 15 anos, está concluindo o ensino fundamental e quer fazer um ensino médio técnico na área administrativa. Pedro quer ser advogado, ter seu próprio escritório para defender seus vizinhos e amigos das injustiças que vive e vê. Seu pai não está presente e sob alguma pressão repassa algum dinheiro de vez em quando. Sua mãe trabalha em uma ONG, na área de gestão. Pelo ENEM terminou o ensino médio. Ela é a Juana que terá a palavra depois. Pedro é negro e apesar de só ter 15 anos, conhece o paredão da polícia e foi confundido no supermercado da Vila como ladrão. Situações que ele descreve, carregado de raiva e que alimentam seu desejo de ser advogado.

Por fim, a presença do Simon, com 29 anos²⁶, ensino médio completo e faculdade trancada. O pai de Simon trabalhava como porteiro de prédio, mas o alcoolismo o afastou da família. A mãe sustentou seus três filhos como empregada doméstica. Neste ínterim teve uma isquemia; a vida dela e dos filhos passa por uma narrativa que envolve várias mudanças, um eterno recomeçar, casas muito precárias e próximas aos valões. Desde cedo o irmão de Simon envolveu-se com drogas e há menos de dois anos faleceu. A irmã engravidou com 13 anos, foi morar na rua e segundo a mãe, a filha está sendo desfigurada pelo crack.

Simon, que cresceu nas ruas, aprendeu desde cedo a lidar com o mundo, flertou com o mundo do crime. Planejou um assalto que não se realizou porque o colega que coordenaria os trabalhos foi morto na véspera. O mundo do crime, segundo Simon, exige muita coragem, não pode ter medo de morrer. Então para viver, percorreu os itinerários da sobrevivência, passando pela construção civil, de modo fragmentado, irregular e informal. A única assinatura na carteira de trabalho de Simon é de garçom em um restaurante, por um mês. Ele foi demitido porque levava sobras de comida para casa.

As condições de saúde da mãe é a sua grande preocupação, depois da isquemia ela não conseguiu mais trabalhar. Ela desenvolveu um método de coleta de doações, conhece todas as igrejas da volta de casa e sabe quais os dias e quais grupos nas igrejas distribuem alimentos. Ela ganha açúcar, leite em pó e farinha, mas ela sofre com diabetes e hipertensão. Então as doações

²⁶ Está no Congresso Nacional uma Proposta de Emenda Constitucional, que entre outras, pretende fixar que, no Brasil, são considerados jovens aqueles indivíduos com idade entre 15 e 29 anos. Este intervalo etário já é o utilizado pela Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Presidência da República. A lei que institui o Estatuto da Juventude também define essa faixa etária (de 15 a 29 anos) que, já foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que por sua vez, segue a recomendação da Convenção Ibero-americana de Juventude. O limite fixado em 29 anos, deve-se também à faixa etária estabelecida nos programas de qualificação do Ministério do Trabalho para os jovens.

das igrejas são a condenação para sua saúde precária. Mas ela não quer se sentir culpada pela morte do filho. Como ela diz, *eu precisava trabalhar, pra trazer comida para casa.*

Mas o que retirou Simon da construção civil foram as relações sociais formadas na rua, com os jovens moradores dos blocos²⁷, filhos de funcionários públicos, de classe média baixa. Relacionando-se com seus vizinhos, a escola passa a fazer algum sentido, em especial pelas possibilidades de novas namoradas. Com as namoradas de outro estrato social entrou em outros círculos de relações, que possibilitaram articular estágios, além de ambientes que o levaram aos movimentos sociais, com isso sua vida ganhou outros rumos.

Sobre o trabalho, Simon silencia, pensa, rememora sua trajetória e reconhece que gosta da marcenaria, onde tem algumas habilidades técnicas e algumas ferramentas. Sente e expressa o peso que isso começa a ter ao aproximar-se dos trinta anos, somado as preocupações em sustentar e cuidar da mãe. Mas não há uma pronúncia definida de qual rumo tomar em relação ao trabalho, embora afirme que não consegue se imaginar em um trabalho preso a horários e disciplinas de tempos cronometrados.

Sistematiza, por fim, que gosta da agitação política, de estar com as pessoas, reconhece que teve acesso a uma formação profissional, não tem uma disciplina forjada, questão que ele entende ser possível somente tendo uma estrutura de suporte, que garanta comida, condições de ir à escola. Esse ritual não vivido é hoje uma contradição que sente, entre ter vontade de dominar algo tecnicamente, mas que exige um esforço concentrado, que na atualidade aparece para ele como: *uma confusão, não sei por onde vou, é uma névoa.*

3.3.2 As moças

Um grupo de oito moças narraram suas trajetórias de vida, sendo que sete têm menos de vinte anos. Para efeitos de sistematização, três delas foram agrupadas como estudantes, pelas características comuns, as demais têm suas especificidades que merecem destaque. As estudantes, Flora e Mariana com 15 anos e Bruna com 16, têm em comum o desencanto com a escola. As matérias são chatas, os controles também, o bacana na escola está nas amizades.

Flora termina esse ano a oitava série, está inscrita no CIEE, com vistas a conseguir um estágio. Ela precisa de dinheiro, mas reconhece ser difícil conseguir estágios no ensino

²⁷ Blocos é a designação popular, para um conjunto habitacional de prédios, construído na época do BNH e que funciona como uma espécie de divisor social e econômico entre bairros.

fundamental. Na escola a professora de história é a referência e quando ela for adulta quer ser professora de história também. Mariana está no sexto ano do ensino fundamental, recentemente o pai e a avó morreram. Ela se mudou com a mãe e a irmã para próximo das tias, com isso perdeu vários amigos. A escola atual é um lugar difícil, onde ainda não fez novos amigos. Seu sonho é ser psicóloga; sua mãe trabalha como segurança em uma empresa privada.

Bruna está no primeiro ano do ensino médio, a mãe cuida das três filhas e o padrasto é jardineiro da prefeitura. Ele poda árvores na cidade. A jovem frequenta um curso da escola do varejo²⁸ onde diz ter aprendido a perder a vergonha de falar, mas não sabe dizer o que deseja ser no futuro. As três moças são apaixonadas por funk. Curtem, dançam, cantam. A mãe fica na volta delas, leva e busca da escola. Elas também participam do grupo de jovens da igreja católica.

Duas irmãs podem compor um segundo subgrupo, Manuela com 17 anos e Flávia com idade de 19 anos. Ambas estacionaram há alguns anos na quinta série do ensino fundamental. Manuela tenta regressar à escola e nos últimos três anos matriculou-se e evadiu. Com 14 anos foi morar com o namorado na casa da sogra; a sua irmã fez o mesmo percurso. Manuela engravidou e sua filha tem dois anos.

A mãe das irmãs foi embora de casa, vítima de violência doméstica, situação que as empurrou mais rapidamente para as casas das sogras. O pai dizia que não iria alimentar vagabundas. Seus itinerários laborais circulam entre faxinas domésticas, babás, ou faxineiras de empresas terceirizadas que prestam serviço a órgãos públicos. Manuela sonha com sua casa, uma casa boa, bem acabada, com reboco, pintura nas paredes e móveis novos. Investe o que pode em longas prestações para comprar uma porta nova, telhas para uma área. Porém Manuela é menor e não consegue abrir uma conta bancária sozinha, para tal não conta com a ajuda da mãe ou do pai, logo tem grandes dificuldades em fazer os crediários, precisando das relações de confiança com parentes e amigos para “tirar as coisas” nas lojas.

Flávia e Manuela curtem funk, enfrentam os ciúmes dos maridos, cujos nomes estão tatuados nos braços, vivem provando fidelidade a eles, inclusive estudar à noite acaba sendo uma fonte de conflitos. Diante das crises no casamento a vida escolar entra para as estatísticas da evasão. Manuela quer ser médica e Flávia silencia e olha para a filha em seu colo.

²⁸ Escola do Varejo é uma estrutura ligada ao Sindicato Patronal do Varejo em Porto Alegre. Trata-se das redes nacionais e multinacionais de supermercados que investem em informar e convidar estudantes de escolas públicas para fazer um curso com elementos comportamentais para o trabalho com o público, além de selecionar previamente futuros funcionários.

Jacinta tem 16 anos e parece um furacão que vai explodir a qualquer momento, arrastando o que tiver na frente. Quando aconteceu o encontro, ela estava chegando de um jogo de futebol com sua farda suada, estava completamente agitada. Ela disse que está na oitava série, mas seu irmão contestou e afirmou que ela está no sexto ano. Segundo a moça, ela entrou no EJA e passou de nível, mas a afirmação fica solta no ar.

Ela verbaliza as mágoas que sente pelo pai que foi embora de casa, mas ele a cuidou até os seus oito anos. Segundo Jacinta, seu pai é um homem muito bonito e um grande jogador de futebol. Mas ele caiu nas drogas e foi embora. Hoje ele é evangélico, convertido pela igreja Assembleia de Deus, tem outra família e só fala com a filha quando está sozinho na rua.

A mãe de Jacinta tem 35 anos, tem diabetes, trabalha como empregada doméstica e ganha R\$ 750,00 por mês. Com esta renda sustenta ela e seus quatro filhos. A filha quer ser advogada, quer terminar os estudos e depois trabalhar, mas ao mesmo tempo afirma que tem preguiça de estudar e que fez fichas em alguns lugares. Também afirma que acha difícil conseguir um emprego com 16 anos, sendo uma “negrinha da vila”. Relata situações vividas de racismo por suas amigas, que já trabalham fora em lugares como Mcdonalds.

Sara, tem uma voz grave e leve ao mesmo tempo, com seus 17 anos, e um primeiro grau completo, mas sem documentos escolares. Ela foi embora de casa para Santa Catarina, com 15 anos. O pai foi embora de casa quando ela tinha oito anos e recém havia nascido sua irmã. Na época, todos estavam desempregados na família e ela saiu da escola para cuidar da irmã bebê, para a mãe poder trabalhar. Sara diz que com oito anos cozinhou, lavou, cuidou da sua casa e a sua irmã recém nascida e que hoje cuida da mãe que trabalha como auxiliar de cozinha, mas está com câncer de mama e grávida.

Ela é uma jovem adulta, mas brinca de boneca com a irmã, já teve várias experiências de trabalho, como babá, faxineira, doméstica. Repete muitas vezes que precisa ajudar a mãe, que cuida dos remédios, leva a mãe às consultas médicas e não vai deixá-la sozinha. Sara quer ser médica pediatra, quer voltar à escola, mas antes terá de ir à Santa Catarina buscar seu histórico escolar.

Por último, Juana, a jovem adulta de 28 anos, mãe de três filhos, de dois pais diferentes. Apenas um contribui financeiramente, irregularmente. Juana odeia faxina. Quando entendeu isso fez todos os cursos profissionalizantes que conseguiu acessar na Vila Cruzeiro o que a levou a ser contratada por uma ONG, na Vila, para trabalhar em um programa de alfabetização de adultos. Ela concluiu o ensino médio no ano passado com a nota do ENEM.

Em sua luta contra o mundo da faxina, as relações a aproximaram do universo das organizações não governamentais e com isso foi introduzida no universo da Economia

Solidária. Juana e mais quatro pessoas reciclam papel e criam produtos novos com papéis artesanais. Ela quer ser uma empreendedora. Está matriculada em um curso de gestão de cooperativas, mas o curso está trancado. Ela afirma que prefere isso a ter um patrão lhe dando ordens. Por hora também trabalha no centro da cidade na área administrativa de uma ONG.

3.4 AS VOZES DOS SUJEITOS ATRIBUINDO SIGNIFICADOS

O mercado de trabalho, formal e informal, é um lugar, por excelência, de distribuição dos recursos materiais, das posições sociais e de poder. É um lugar ainda válido de reconhecimento moral e social do cidadão detentor de direitos. O jovem Rodrigues que se define como um sujeito esperto, em função de que soube driblar o mundo da construção civil, define os lugares dos homens e os lugares das mulheres no mundo dos empregos formais, na atual conjuntura do desenvolvimento brasileiro.

[...] eles precisam dos pobres que não estudaram e que não estudam que não pensam em estudar, que as dívidas estão batendo na porta e tu tens que ajudar a tua mãe, é o caso do Eduardo, mas que graças a Deus não foi o meu caso. Foi o caso do meu irmão que trabalha em obra, dos meus primos que trabalham em obra, eles pegam o obrão e depois precisam de alguém para limpar aquela sujeira toda, e aí quando o prédio fica pronto eles precisam de alguém para manter o prédio limpo, e aí eles não vão contratar o mesmo cara porque eles têm que construir mais coisas. Vão contratar as mulheres pobres que não estudaram então as mulheres vão ter emprego de ficar limpando, hoje é muito fácil tu abrir um jornal e conseguir um emprego, se tu é pobre, mas qual o emprego que tu consegue, se tu é mulher é na faxina, vai limpar é serviços gerais, e o homem é em obra (Rodrigues).

Somadas a esse tipo de fala significativa, ocorre outra mais complexa, que revela um universo como que bloqueado, sobretudo nas narrativas dos rapazes que têm dificuldades de expressar o que sentem pelo trabalho. Simon verbalizou que retomar sua trajetória de vida, olhando em especial o aspecto do trabalho, mais parecia uma autoanálise e que era difícil explicar, dizer claramente o que significava o trabalho para ele.

Muito confuso na minha cabeça, tenho há dois anos a matrícula trancada nas Ciências Sociais, mas eu continuo não tendo um rumo para o trabalho, a questão técnica a ferramenta é quase uma dor não ter contato com isso, só isso era melhor do que ter várias mulheres. Mas minhas condições de disciplina são muito ruins, eu sinto uma infelicidade em pensar em ter horário fixo, eu odiava cumprir ordens, por outro lado estou com quase trinta anos, e o trabalho é uma névoa na minha frente, não consigo saber do que sobreviver, não quero ser rico, mas esse fantasma da fome, de viver com muito pouco me assusta (Simon).

As dificuldades em expressar os significados do trabalho não são de todo uma surpresa. Essa questão esteve colocada desde os primeiros movimentos em direção aos jovens. As ocupações principais destinadas aos rapazes, pobres, de baixos níveis escolares em sua maioria, são tarefas na construção civil e essas experiências de trabalho produzem falas como a de Simon.

Não tenho projeção, e não consigo definir, [...] eu nunca tive formação, eu nunca fui disciplinado, pra ser disciplinado tem que ter uma certa estrutura por trás, tem que ter comida garantida, roupa garantida, tem que ter quem te ajude a não perder o horário, não pode ficar naquela coisa que não sabe se estuda ou se trabalha. Sempre vi o trabalho como um esforço muito grande, como algo que eu não queria na minha vida, aquilo ali eu pegava, usava e largava. Acho que tem a ver com meu pai ter sumido, minha mãe só ter trabalho no pesado, em faxina (Simon).

Simon expressa de uma forma e Camilo de outra, elementos que convergem para uma relação de negação ou de um uso temporário dos espaços de trabalho que estão pré-estabelecidos, ambos a seus modos envoltos pelas leis da sobrevivência, no presente. De modo geral o grupo dos jovens que atuam na construção civil e se coloca na prática como Simon com sua síntese *o trabalho se pega, se usa e se larga*. “Eu vou trabalhar um tempo com a carteira assinada e depois fico no seguro desemprego, quando apertar as contas eu peço pro primo da minha mãe conseguir de novo um emprego na obra pra mim”.

É possível que essa seja a forma empírica da resposta dos trabalhadores precarizados a seus empregos precarizados, em uma relação que se retroalimenta em que patrão e empregado na prática vivenciam a experiência de uma espécie de ética degradada do trabalho. Nessas narrativas dos jovens trabalhadores, em especial da construção civil, é perceptível no tom de voz e na expressão facial um tipo de desencanto que de certo modo parece alimentar baixos níveis de aspirações e as restrições a poucas possibilidades.

Entre as moças surgiu como aspecto marcante o tema do racismo em processos de seleção de mão-de-obra que sem rodeios explicita a seleção pela “beleza”. Jacinta foi enfática em relação a esse tema.

[...] o que está aparecendo mais ultimamente é a questão do jovem negro, tá trabalhando vamos supor no Mc, ah! porque tu é negro o que tu tá fazendo no Mc, muitas pessoas já foram mal tratadas no Mc por ser negro. Eu mesma fui na semana passada no shopping, fui lá comer e no cinema e daí uma loira de olho verde, olhou para a guria e disse... ah, tu é nega burra, o que tu quer, eu não pedi isso... tu entendeu... história de racismo no atendimento, tipo assim. Bah, se fosse eu, eu não tenho trava na língua, eu nem ia pensar duas vezes (Jacinta).

Os jovens negros expressaram a dramaticidade das experiências de racismo vividas por eles, tanto nas situações ligadas a emprego ou na busca desse, como também situações cotidianas da vida, no bairro, nas relações com a polícia, com o comércio, as quais compõem um quadro que dialoga com o tema da violência e da atribuição de significados à criminalidade.

Relatos como o de Juana, Flora e Pedro com seus 15 anos de idade, em que todas as associações e atribuições de sentidos à cor da pele, se cruzam em duras experiências como as expressadas a seguir.

[...] nós, eu e as crianças e a relação com o pátio é que ali na frente é um ponto de tráfico a parada de ônibus é o ponto de tráfico, eu vejo o movimento deles, é tranquilo ir no bar das três até as cinco da tarde mas não é às dez da noite (Juana).

[...] eu tive que até mudar meu estilo de vestir porque eu tava parecendo com as neguinha do tráfico, tinha uma guria até parecida comigo, ai mudei né o jeito de se vestir (Flora).

Tava saindo de casa pra comprar pão às cinco da tarde, só que nesse beco do lado tavam se escondendo e vendendo e a polícia vinha vindo lá em cima e os caras começaram a gritar *o negão* ó, e bem nessa hora eu tava saindo de casa e a polícia achou que eu era o negão que eles tavam falando e ai me pararam, eu e um outro guri, só que o outro guri era dali mesmo e ai eles ficaram um tempão me revistando e esperando e eles não saíram dali e a polícia não entrou ali, porque a polícia não entra ali (Pedro).

[...] me deu aquele estalo vou olhar o Pedro é uma coisa tão natural ir ali na padaria comprar um pão ali na esquina, sai e nisso meu tio tava ali na parada olhando e não viu que era o Pedro que tava na parede junto com os outros caras. E o Pedro naquele momento foi muito tranquilo e eles perguntando 10 vezes as mesmas coisas e o traficante junto ali e eu sai e já puxei a identidade e disse espera ai [...] fui lá fui pra perto até provar que A não é B... até que todo mundo foi liberado (Juana).

Ai o Pedro voltou e tava muito revoltado perguntando como os outros eles não viram? E isso a gente não conseguiu trabalhar ainda, a partir disso a gente já tinha feito as identidades muito no processo de ir se emancipando. Ai o Miguel disse bá porque eles não viram? Mas nós estamos em um espaço que é isso é vila, toda a vida foi isso não é novo (Juana).

[...] eu e meu amigo entramos no mercado o maior que tem aqui por perto e dai eu esqueci e eu queria comprar rápido um chocolate, para o passeio da escola porque eu pensei que o ônibus ia chegar e dai eu entrei com a minha mochila que só tinha meu casaco e ai eu fiquei de costas pra mulher do caixa e comecei a escolher o chocolate que eu ia comprar e no que eu botei a mão no bolsa pra tirar o dinheiro e pagar ela começou a fazer um griteiro olha ali tão de mochila e vão roubar (Pedro).

Esses trechos das trajetórias de vida em torno de situações de racismo na atualidade relembram Cardoso (2010) quando o autor chama a atenção para o fato de que as relações raciais no Brasil foram estudadas separadamente da constituição da sociedade do trabalho. Como se a sociedade do trabalho tivesse seu início no país com a inauguração da sociedade industrial, no início do século XX.

Dito de outro modo, como se o modelo da economia escravista tivesse acontecido sem trabalho. Somente na década de 1950 que Florestan Fernandes inaugura a reflexão sobre o

destino dos negros na sociedade brasileira. Nesses poucos anos que se seguiram, a questão racial segue ativa na vida dos jovens de periferias de cidades como Porto Alegre.

A vivência de situações de racismo e discriminação social é constante nas falas em torno das histórias de suas mães, amigos e parentes. Discriminação também por suas mães estarem doentes.

[...] ela também já foi muito mal tratada, a mãe tem câncer e ela trabalha normalmente de segunda a sexta das 14 às 22:30 da noite, de auxiliar de cozinha, normal, minha mãe está grávida e eu cuido dela, levo ela no médico, ela é minha mãe, tenho que cuidar, eu já trabalhei com ela de doméstica, já cuidei de crianças, já lavei, já fiz várias coisas para poder me manter e poder ajudar ela, as pessoas julgam por aparência.

[...] a mãe é empregada doméstica e trabalhou desde os 12 anos, minha mãe está só com diabetes e ela consegue trabalhar normal, o que está aparecendo mais ultimamente é a questão do jovem negro, que tá trabalhando, [...] vai em um shopping e tu vai ver o racismo, 100% ele aparece...

Sob o ângulo do racismo, também se retroalimentam as interdições concretas e simbólicas do acesso à comunidade de direitos. As mães trabalham doentes, as filhas às cuidam dentro de suas condições e tentam ocupar espaços socializantes da modernidade como os *shoppings centers*, onde elas entram, circulam e sentem na pele barreiras materiais e simbólicas. Como se os espaços socializantes produzissem uma espécie de pedagogia que educa os lugares “naturais” de cada um os quais remetem às heranças ideológicas e racistas de toda ordem.

Em Cardoso (2010), ele reflete como as elites hegemônicas viam nos nacionais, especialmente nos mestiços, a degradação, o atraso intelectual, a incivilidade, a brutalidade e a preguiça. Uma visão que não está congelada na história do final do século XIX. Ao contrário, está presente em ambientes constituídos de tal modo que reforçam a ideia de que o lugar dos mestiços é trabalhando, limpando e servindo.

Como diria Oracy Nogueira (1979), no Brasil o preconceito de raça se manifesta em relação à aparência dos traços físicos, à fisionomia, aos gestos, ao sotaque, elementos que passam a ser filtrados de diferentes modos pelo mercado de trabalho. Os jovens relatam que para conseguir um emprego de atendente de lojas precisa ser bonito, ter um padrão. Quando perguntados o que é ser padrão, a resposta veio da seguinte forma:

[...] agora, quando chega o fim do ano, as lojas fazem demissões pra colocar gente bonita, modo de dizer, gente mais padrão com estudo bom, formada, com classe mais alta, classe média. Padrão? É uma figura branca, mostra bem estar ou se for neguinho, tem que ser tipo Tiaguinho, corte de cabelo diferente, brinquinho, fortinho,

bombadinho de academia, roupinha colada, aparelho nos dentes, óculos da hora. É tipo ‘cheguei’ (Eduardo).

Os jovens têm claro onde estão e como estão e quais as suas reais condições de participar no concorrente mercado de trabalho. A expressão de Eduardo, um jovem negro, com seus dezessete anos, sexto ano incompleto do ensino fundamental diz:

[...] eu não consigo dizer o que eu quero ser no futuro, porque no mundo só tem obra e mudança (Eduardo).

[...] é difícil se tu é pretinho, vai eu lá pedi uma vaga na Paquetá (Rodrigues).

O Zaffari também é racista, só trabalha lá se for, atrás escondido, o Big tá contratando só as pessoas de segundo grau completo (Eduardo).

A jovem, ao falar da questão do racismo presenciado em uma filial do McDonald's, expressa, a seu modo, questões que Juana e Flora também expressaram em diferentes situações.

[...] pra mim mulher tá sendo mais fácil de conseguir emprego, porque vamos supor a metade dos gerentes são homens e eles querem ter mulheres bonitas ali, pra trabalha pra eles, pra mim eu acho que é isso. Minha amiga recebeu uma ligação pra ir trabalhar no Nacional ou Praia de Belas, dai o rapaz perguntou pra ela, tu é bonita? Ai ela disse mas é pra trabalha, sim mas tem que ser bonita, ai ela disse eu me acho bonita, ai ele disse então vem que a gente vai te ver. Bom eu não vo pegar nesse emprego (Jacinta).

Ela agrega o tema dos critérios de seleção que levam em conta a aparência das mulheres, o que reforça a problematização da mercantilização do corpo feminino e de todo um debate teórico e político nessa área. Jacinta expressa correta e ingenuamente que para as mulheres bonitas está mais fácil de conseguir um emprego, embora ela diga que esse não é o seu caso.

A estrutura física corpórea também entra em questão, dependendo do tipo de trabalho. Manuela, que tem o quinto ano incompleto do ensino fundamental, deseja e busca outros empregos que não sejam de faxineira, mas das opções que a jovem encontrou exigia uma estrutura com força física.

Eu fui chamada pra entrevista com a dona. Ela tem uma lavanderia de tapetes na zona norte e a vaga era para lavar tapetes, mas ela me olhou e disse que achava que eu era muito magrinha e não ia consegui erguer os tapetes molhados pra secar. O pior era que eu não ia mesmo. Dai minha cunhada conseguiu para mim um lugar na empresa de faxina que ela trabalha, pelo menos é no centro e fica fácil de ir pra casa (Manuela).

Outra narrativa dos jovens aparece em torno das questões ligadas ao acesso ao trabalho o fator local de moradia, morar em um endereço que simboliza um lugar de pobreza, vinculado

à criminalidade, ao tráfico de drogas aparece na fala de Sara em seu movimento de preencher cadastros para vagas de emprego no comércio da capital.

Afeta, tipo assim ó, o primeiro lugar que fui largar meu currículo para trabalhar na loja do Barra Shopping eu coloquei lá Rua Dona Helena e ai eles colocaram lá na internet, e deu bem na Cruzeiro ai, eles pensaram bem e disseram, bá não temos mais vaga. Tipo da Cruzeiro não vou botá ela ai (Sara).

Pode-se dizer que essas narrativas interagem com o conceito de exclusão e inclusão social, conceito que contém em si toda uma complexidade de análise. Nessa seção cabe situar brevemente alguns elementos através de Sawaia (1999) que elabora uma interessante definição conceitual a qual não separa exclusão e inclusão e sim compreende-os de modo dialético.

A dialética exclusão/inclusão gesta subjetividades específicas que vão desde o sentir-se incluído até o sentir-se discriminado ou revoltado. Essas subjetividades não podem ser explicadas unicamente pela determinação econômica, elas determinam e são determinadas por formas diferenciadas de legitimação social e individual e manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência [...] a exclusão é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil, dialético, pois só existe em relação a inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ele é produto do funcionamento do sistema (SAWAIA, 1999, p. 9).

Ainda a autora aporta que é Robert Castel quem situa esse conceito em um cenário histórico, centrado na sociedade salarial, o qual ao longo de seu processo produziu pobreza, desempregados e vagabundos. Logo, os autores tratam a exclusão não como algo externo ao sistema de produção e reprodução social e sim como parte de sua estrutura.

As narrativas dos jovens confirmam a posição dos autores ao falarem em especial das experiências de trabalho de suas mães. Expressam e confirmam as dificuldades materiais de reprodução social, em função de uma longa e persistente condição precária de trabalho e renda, que não ultrapassam as margens do salário mínimo o qual compõe o quadro estrutural da divisão social do trabalho

[...] a mãe é empregada doméstica e trabalhou desde os 12 anos (Jacinta).

[...] a mãe tem câncer e ela trabalha normalmente de segunda a sexta das 14 as 22:30 da noite, de auxiliar de cozinha (Sara).

[...] minha mãe sempre trabalhou de faxineira, em condomínio principalmente até ter um AVC (Simon).

[...] minha mãe fazia limpeza na RBS, ela é analfabeta e esse ano ela entrou no EJA, agora tá lendo e cuida dos netos pros filhos trabalha, ai ela ganha o dinheiro dela, cuidando dos netos, pra minhas irmãs trabalha também em faxina, elas tem a quinta série, só consegue faxina (Luiz).

[...] minha mãe faz pão pra vender, ela tem um forno e um cara traz a massinha feita, ela assa e vende pras vizinhas, como ela é analfabeta e não sabe anota, às vezes ela se perde nas contas (Guarani).

As falas em torno das experiências de trabalho da mãe dialogam com os pensadores brasileiros, aportados neste estudo, os quais defendem que todos participam da mesma sociedade capitalista com posições internas desiguais, porém são posições que se complementam.

Quando Adalberto Cardoso (2010) recupera a forma como se deu a construção da sociedade do trabalho no Brasil, os argumentos deixam claro que as ideologias das forças dominantes entendiam que uma parcela importante das atividades laborais, sobretudo as manuais, eram inferiores. Para executá-las, fez-se e faz-se necessário a manutenção de um contingente de trabalhadores em condições sociais rebaixadas.

Outro pensador brasileiro, José de Souza Martins (2002), defende uma posição coerente e compartilhada nesse estudo, ao dizer que excluídos e incluídos não se trata de rótulos e sim do conjunto articulado do movimento da sociedade moderna capitalista. Estar em um modelo atualmente hegemônico no planeta não coloca ninguém para fora. Todos compõe esta mesma sociedade, porém uma parcela importante da população tem espaços e papéis considerados subalternos, inferiores e por isso mesmo desvalorizados e pelos quais recebem recompensas econômicas e sociais, mínimas.

As reflexões teóricas podem ser representadas na fala do jovem Rodrigues ao dizer que: “[...] hoje em dia qualquer pobre consegue emprego. Os homens em obras, da construção civil e as mulheres na limpeza destas obras e depois na manutenção e limpeza destas construções” (Rodrigues).

A velha associação, de uma ética degradante ao trabalho manual, segue atualizada, na forma de um exército de: faxineiras, cozinheiras, auxiliares de limpeza, auxiliares de cozinha, serviços gerais, porteiros, pedreiros, auxiliares de pedreiros. Estes atuam em uma longa lista de serviços que compõe o “mundo do trabalho”, formal e informal, precarizado, rotativo, instável que não alimenta expectativas e valores de êxito como: liberdade, autonomia, aprendizagem, reconhecimento social e centralidade na identidade de trabalhador.

A questão da vida escolar produziu narrativas muito importantes no universo da escola como um dos espaços socializantes da modernidade com importante papel na transição para o mundo do trabalho para as jovens. Observa-se que, em especial, é uma rotina desinteressante e

obrigatória ou ainda uma oscilação entre matrículas e evasões no EJA. Além das situações a escola também aparece como uma promessa adiada para um futuro incerto.

Na escola só me animo quando tem cachorro quente, porque os professores são muito chatos, tudo é chato, às vezes é tri, eu to na oitava com 16 anos. O ensino médio eu quero que seja melhor, tenho vontade de seguir estudando, quero ser professora de história, a professora de história é muito tri, a de matemática também. Gosto da merenda também elas me avisam quando é cachorro quente, mas às vezes elas mentem dizem que tem mas na hora é iogurte (Flora).

O ensino médio, tá sendo bom, antes era mais gurizada, mais brincadeira, agora tá sendo mais sério essa coisa toda. Minha mãe fala dela que ela não trabalha e nem tem o ensino fundamental. Minha mãe não faz nada ela é dona de casa [risos] (Bruna).

Eu to na sexta série, eu não gosto da escola, a mãe cobra ir na aula e temas, eu tenho um objetivo quero fazer psicologia [Mariana].

[...] eu parei de estudar, dai no começo do ano eu voltei a estudar [...] eu quero ser advogada ai de novo como era EJA eu tava fazendo 6º e 7º eu passei e agora eu to na 8º lá na escola Martin Aranha, agora eu to me revelando, não to mais indo na aula, porque tipo assim [...] (Jacinta).

[...] quando minha irmã nasceu eu tinha oito anos, meu pai tava desempregado, minha mãe também, ai teve uma dificuldade ainda maior, uma semana depois que ela nasceu, meu pai sofreu um acidente quebrou os braços, não tinha com quem deixar ela, eu parei de estudar dois meses para cuidar dela. Quando meu pai se recuperou caiu no mundo, abandonou a gente. [...] eu fugi daqui, fui pra SC la eu tava fazendo supletivo, da 5º, 6º, 7º e 8º eu fui pra lá mas eu fiz tudo certinho, eu fui no conselho tutelar, passei para o primeiro ano, eu pretendo ir pra lá buscar meus papéis, digamos que é vantagem pra mim buscar isso pra poder batalhar por meus estudos porque eu quero ser médica de criança (Sara).

[...] eu saí da escola na quarta série porque eu tenho problema na cabeça, eu não aprendo, a mãe disse que a cirurgia que fizeram na minha cabeça quando eu era pequena [Flávia].

Eu quero estudar, quero ser médica, mas meu marido tem ciúmes dos guri que vão no mesmo ônibus e que de noite é só festa, então não quero me separa dele, mas eu vou volta a estuda é meu sonho [Manuela].

Já dos nove rapazes escutados, apenas três deles ultrapassaram a barreira do ensino fundamental e Pedro está concluindo a oitava série. Eles têm perspectivas muito diferentes que vão desde motivação por justiça social, passando por uma falas de indefinição de qual caminho percorrer.

[...] eu sempre fui muito esperto, eu sempre disse eu vou terminar meu ensino fundamental meu, sempre passei, passava no segundo trimestre de ano aqui na escola, ai tipo eu sempre pensei vou fazer uma faculdade vou trabalhar em um lugar massa (Rodrigues).

[...] eu não tô pelo dinheiro, eu tô pela experiência para ser como minha mãe, no futuro quero ganhar dinheiro. Eu tô na 8º série, mas no ensino médio vou querer fazer um técnico na área da administração. Eu quero ser advogado, ter meu próprio escritório, porque eu vejo muita coisa errada ai fora vejo muita gente pagando pelo que não fez e acho que eu tendo meu próprio escritório poderia ajudar elas a ter seus direitos (Pedro).

[...] lá de casa eu sou o único que completou o ensino médio e fiz um pouco do técnico, meu irmão mais novo logo estará no ensino médio. Meu pai e minha mãe têm a 5º e 6º série (Fernandes).

[...] eu estou há dois anos com a faculdade trancada, eu tenho quase trinta anos e não sei o que vou fazer, isso é uma névoa pra mim, gosto mesmo de coisa técnica (Simon).

Os demais seis jovens seguem a vida, sem espaços, tempos ou motivações pela escola, mesmo no formato de EJA. Eles evitam desenvolver o assunto, evitam mudando de assunto ou simplesmente dizendo que *“a escola não é pra mim”*. Porém, nesse resumo de falas significativas, se destaca a questão do porquê a maior parte dos rapazes desiste ou renega a escola mais rapidamente do que as moças? Inclusive nos sonhos profissionais das moças, (médica, pediatra, advogada) aparece a necessidade de retomar em algum momento os estudos.

Observando os relatos e as condições de vida, sobretudo dos rapazes que evitam explicar através da linguagem o papel da escola em suas vidas, são perceptíveis os elementos explicativos construídos pelos jovens. Uma das explicações é que esses muito cedo tiveram de buscar formas de contribuir com dinheiro em casa. Camilo se lembra de situações em que ia, à noite, para o centro da cidade, vender flores nos bares e restaurantes com a mãe.

A gente ia com ela, porque tinha que ajudar, só o salário que ela ganhava não dava pros seis filhos, o pai ficava em casa e cuidava da gente. A mãe queria dar as coisas pra nós, porque ela tinha medo da gente cair no tráfico, ela ficava louca quando tinha que ir nos velório dos guri, vizinhos ou parentes da nossa idade (Camilo).

Além de agregar recursos financeiros, outra explicação pode vir pela fala de Simon que foi citada na seção anterior, a qual expressa que a dificuldade com a rotina escolar em crianças que não tem uma infraestrutura que garanta alimentação, roupas e horários é de toda ordem. Para ele, a disciplina com a escola e com o trabalho foi prejudicada por essa condição de insegurança alimentar, de fome. A ideia da fome o ronda até hoje como um fantasma, mas esse fantasma também não resolve sua dificuldade em tomar uma decisão sobre qual rumo tomar, quanto ao trabalho em sua vida.

Outra forma explicativa pode ser percebida da visão de Justino e passa pelos aspectos emocionais e afetivos, além do econômico, como ele relata:

[...] eu decidi larga o colégio e começa o trabalho. Pra ajuda ela (a mãe) a paga as contas antigamente eu durmia até tarde, dai ela me chamava de vagabundo e um monte de coisa, eu ficava muito chateado eu ficava mal porque coisas que eu podia tá fazendo eu não tava fazendo (Justino).

[...] eu pegava e ficava com os guri lá em cima até tarde até eu começa a toma paredão, ai falei pra ela [mãe] a primeira vez que tomei paredão eu pedi pra fazer meus documentos eu não aguentava mais, ai depois que eu fiz minha identidade eu comecei a procurar mais trabalho. Desde que eu comecei a trabalhar em mudança com meu tio e ajudando ela, ai eu vi que a coisa mudou e ficou um pouco mais fácil de ela pagar as contas, pra mim é isso (Justino).

A situação de Justino envolve sentimentos de humilhação e vergonha, como ele diz, por ser um rapaz que já poderia fazer algo, mas fazer o que, sozinho, sem uma orientação, compartilhando da mesma situação com outros rapazes da sua idade e que provavelmente estavam na mesma condição dele. O relato também revela que desvencilhar-se do colégio não foi complicado ao mesmo tempo em que voltar a estudar não aparece em seus planos e nem em suas motivações.

Mesmo nesse emaranhado de relações e situações a escola ainda é uma espécie de “terra prometida”, afirmação que se revela no desejo de Jacinta em ser advogada; de Manuela ser médica, embora estejam evadidas do EJA do ensino fundamental. Revela-se, em Sara, que quer ser pediatra, mesmo sem portar os documentos escolares.

Meira (2012) recorre à psicologia histórico-cultural, para refletir por que a escola é para todos, mas nem todos podem aproveitar essa oportunidade. De modo geral, o não poder aproveitar essa oportunidade é em função de seus “problemas individuais”. A autora aporta elementos interessantes, que podem dialogar com a realidade dos jovens em questão.

Para Meira (2012), está ocorrendo uma eliminação adiada e esta é uma forma de manter os excluídos potenciais, dentro de formas aparentes de condições igualitárias. Esta condição, nada mais é do que a manutenção de um falso discurso democrático, de uma forma dissimulada de manutenção das práticas de dominação. Para a autora, a forma encontrada para que

Crianças e jovens das camadas populares continuam a ser eliminados, entretanto, ocorre uma diferença fundamental: essa eliminação é adiada, ou seja, mantêm-se na escola os excluídos potenciais. Desse modo, eles descobrem que estar na escola não garante nem sucesso escolar, nem tampouco o acesso a posições sociais mais elevadas. [...] a escola é para todos, mas nem todos podem aproveitá-la em decorrência de problemas individuais (MEIRA, 2012, p. 136).

Uma vez que a escola é de todos, mas nem todos a aproveitam por questões individuais, a solução fácil para o problema é a patologização, ou seja, é um problema do organismo, do biológico e do psicológico das crianças e dos jovens. O mecanismo de enfrentamento mais prático e neutro em relação a essa problemática passa pelos remédios e de modo geral pela medicalização dos indivíduos desajustados.

A reflexão de Meira encontra paralelos nas trajetórias de vida de jovens como Camilo, por exemplo, onde a sua mãe e o médico do posto de saúde o diagnosticaram como deprimido. Essa foi a razão, segundo a mãe, que fez o rapaz desistir de seguir estudando, pois não aprendia. A mesma mãe entende que seu filho caçula tem o mesmo problema, ele foi reprovado

no terceiro ano do ensino fundamental porque ainda não aprendeu a ler. O mesmo médico do posto de saúde já emitiu a receita de remédios controlados para o menino.

O educador Dayrell (2007) defende a hipótese de que a atual sociedade ocidental está vivenciando profundas mutações. Essas mutações estariam afetando ou transformando a produção social dos indivíduos, em especial os jovens que acabam por vivenciar tensas relações com a escola. O diálogo entre Meira (2012), Dayrell (2007), Jacinta, Sara, Juana, Manuela, Camilo, Eduardo e tantas outras moças e moços da periferia urbana, podem encontrar pontos de encontro.

Um ponto de encontro entre as reflexões dos autores e as vidas desse setor da juventude pode ser uma espécie de interdição social. Uma interdição entre a vida permeada de insegurança socioeconômica e os sonhos em alcançar profissões como medicina e direito. Uma interdição que não é definitiva e nem absoluta, mas é ao mesmo tempo real e estabelecida por um conjunto concreto de barreiras.

A interdição social envolve os filhos e as filhas dos trabalhadores precarizados nas teias da reprodução social dessas condições. Os jovens encontram uma escola que os espera com um currículo pronto, com um projeto político-pedagógico carregado de conteúdos também prontos esperando alunos, obedientes e disciplinados, de preferência filhos e filhas de famílias estruturados no formato tradicional (pai, mãe e filhos) da classe trabalhadora, formal e protegida pelos direitos trabalhistas.

Essa questão conflituosa no interior do sistema educativo, como já foi apontado pela reflexão de Gadea (2005), expressa o desencontro de uma escola preocupada e preparada com o currículo, com os conteúdos e despreparada para receber, acolher e dialogar com a juventude do tempo e das condições históricas que adentram à escola, em especial a pública.

Outorgar um papel secundário ao conteúdo da aprendizagem representa, sem dúvida, desvincular as habilidades e os conhecimentos adquiridos do programa desenhado, *a priori*, do conjunto de regras predeterminadas que têm se colocado em funcionamento para o exercício educativo. Não se encontra na série de pautas preestabelecidas nos programas curriculares ou desenhos pedagógicos o que determina como os indivíduos aprendem a pensar e como compartilham e utilizam suas reservas de conhecimento [...] considero que o papel central e decisivo no processo de ensinar e aprender, no mundo de hoje, passa pelo contexto social e enfiado da mensagem e, correspondentemente, pela maneira que se transmite essa mensagem (GADEA, 2005, p. 4, grifos do autor).

O campo da linguagem, das formas de transmissões das mensagens é sem dúvida um campo fértil de reflexões e práticas pedagógicas. Os jovens da periferia filiam-se a diferentes estilos de expressões que passam não somente pela linguagem, mas também por

comportamentos, roupas, tatuagens. Eles compõem efetivamente um contexto, permeado de significados os quais a escola em grande medida não entende e, pelo observado e escutado, também não está criando mecanismos para tentar entender.

Por outro lado, é um agravante político pedagógico a espera por um tipo de alunos oriundos de uma cultura forjada na disciplina e na obediência, como se essas categorias pertencessem à biologia e viessem inscritas no código genético. Essa postura apenas serve para reforçar relações sociais e históricas, alicerçadas em hierarquias e dominações.

Os filhos do gênero masculino, em especial dos trabalhadores pobres, criaram-se em grande medida, nas ruas, onde os pais, (o gênero masculino) “evadiram” em suas funções paternas e sociais. Esses filhos são “olhados”, cuidados pelas avós ou tias. Essas condições objetivas permeiam os relatos das mães que, sem escolhas, necessitam percorrer mesmo doentes, seus itinerários laborais, em troca de uma renda que minimamente alimente seus filhos.

A pedagogia das ruas vivenciada pelos rapazes ensina outros conteúdos, onde a atenção sobre as atividades feitas de modo reflexivas, não é exatamente a questão preponderante. Na análise de Meira (2012), a atenção é uma função psicológica, construída ao longo de processos educativos na infância, porém o seu desenvolvimento depende da qualidade dos mediadores culturais oferecidos pelos adultos. A qualidade da mediação exige em primeiro lugar a presença física e afetiva que empiricamente Juana explicita:

Ela (a mãe) foi trabalhar em um hotel, de camareira foi a hora que a gente enriqueceu, saía às 5 horas, voltando à noite só pra ver a gente pra dormir. Ganhava um pouquinho melhor, mas em compensação ela nunca tava em casa, nunca ia na escola, na festa de dia das mães, dos pais. Apesar de meu pai nesse período ainda estar vivo, nunca foi um pai presente (Juana).

Uma mediação, centrada na sobrevivência de sua prole, o enriquecer de Juana, significava ter mais comida, ou ter alimentação durante um mês, isso não quer dizer que a mãe de Juana e tantas outras mulheres na mesma condição, deliberadamente pouco se importavam com a vida escolar de seus filhos. Em muitos casos essas mesmas crianças e jovens são classificados como filhos de famílias desestruturadas.

Na prática e em grande medida nas famílias como a de Juana, os adultos estão impedidos de estarem presentes materialmente por seus postos de trabalho serem distantes das suas casas e seus turnos e horários de trabalho inviabilizarem ou mesmo desautorizarem as opções de atenção às relações de mediações, para com seus filhos.

Outro elemento forte das narrativas é o tema referente aos *alimentos*, sempre pouco ou insuficiente e por isto mesmo e muitas vezes em certos momentos camuflado pela mãe através do copo de água com açúcar ou ainda escondendo um prato de comida para o filho que chegaria mais tarde, de um bico na construção civil. Foi o caso narrado por Simon:

Eu cheguei em casa com aquela fome de leão e meu irmão tinha comido o prato que a mãe tinha camuflado no forno. Eu me lembro de sair no soco com ele e como a casa era pequena, a briga parou na rua e virou uma confusão. Isso foram várias vezes. Teve uns dois anos que foi passa fome, eu não sei como a gente sobreviveu (Simon).

Simon lembra que a fome era tal, misturada com violência, um ódio e uma humilhação, mesmo ele trabalhando, os recursos não eram suficientes para saciar energeticamente o seu desgaste, empenhado pela força dos seus membros nas atividades da construção civil. Uma renda do trabalho que não era suficiente a manutenção fisiológica dos membros de sua família.

Em outras palavras, essas famílias viveram momentos intensos de insegurança alimentar. Em suas infâncias houve carência e falta de acesso aos nutrientes alimentares, produzindo uma espécie de interdição social, fruto de um padrão de desigualdade social brutal.

Segundo Sawaia (1999), as trajetórias de exclusão social produzem trajetórias de desvinculação, não só do aparato criativo da produção, do acesso à renda, mas também dos acessos aos serviços públicos, agravados pelo fortalecimento de uma ausência de ação política. Nesse sentido, o universo da insegurança alimentar, ampliado pelo conjunto de vulnerabilidades e precariedade sociais, agrava as condições da presença e da participação nos espaços da democracia vigente.

Neste contexto fragilizado, os jovens ouvidos ou vivenciaram ou estiveram muito próximos a situações de ruptura social, como a situação relatada por Simon que se preparou por semanas, para realizar um assalto, na volta de seus 16 anos.

Meu irmão usava drogas e era vendedor ambulante. Minha irmã começou a ter contato com os malandros, com 13 anos engravidou, pegou aids, a mãe tentou a FEBEM, não conseguiu, isso era uma confusão. Eu tinha uma amizade distanciada com o tráfico, aquilo era um negócio de coragem, cheguei a me envolver com o planejamento de um assalto, os dois caras cabeças estão mortos um deles com sete tiros na cabeça, ai a gente se assustou e desse evento que nem aconteceu, sobrou os cagão, os que não tinham coragem. Aquilo era uma saída, a gente não tinha renda e nem sabia mais o que fazer da vida, eu tinha o sentimento de não fazer aquilo e ao mesmo tempo era fascinante, mas seguia trabalhando no obrão, uma coisa errante só pra comer (Simon).

As ameaças de rupturas, isolamentos, solidão social, circundaram mais fortemente a vida dos jovens no final dos anos de 1990 e início da década seguinte. Observa-se pelos relatos das trajetórias de vida que houve uma atenuação a esse estado grave de vulnerabilidade social,

nos últimos anos, ainda que sigam vivendo imersos em precariedades de diversas ordens, existe um acesso maior aos empregos formais ou informais.

O cenário em que os jovens foram visitados mostra que eles estão tendo acesso a alguma renda, ainda que no âmbito do salário mínimo, fruto de empregos informais. Também algumas famílias contam com o Bolsa Família, todos parecem estar em voltas com prestações a pagar, tem planos de aumentar ou melhorar suas casas. Em outras palavras, estão participando da conjuntura atual, através do acesso a alguns bens de consumo.

Dessas vozes e desses lugares ocupados pelos jovens e narrados por eles, as atribuições de sentidos podem ser sistematizadas em duas direções: uma direção objetiva, racional, articulada com a sobrevivência individual e familiar, expressa na forma de ganhar algum dinheiro, para o pagamento das contas elementares, principalmente garantir a alimentação. Em uma segunda direção os sentidos aparecem de forma subjetiva, cuja palavra recorrente passa pela esfera da *humilhação*.

Essa sistematização aponta para quatro eixos temáticos que são: produção social dos precarizados, descontinuidade, desinstitucionalização e resistência ou estratégias de sobrevivência. Esses eixos passam a ser desenvolvidos no capítulo seguinte, com o objetivo de compreender as atribuições de sentidos designados ao trabalho, sistematizados acima.

4 TECENDO SÍNTESES

Neste capítulo faz-se necessário ocorrer as articulações dos objetivos, com a metodologia do trabalho empírico. É um espaço oportuno para sistematizar as vozes das narrativas em falas significativas às quais passam a ser agrupadas em eixos temáticos. Esses eixos temáticos vão permear o exercício de reflexão com os eixos estruturantes do estudo que percorrem o esforço de: primeiro, compreender as atribuições de sentidos ao trabalho; segundo, como eles vão sendo constituídos e, terceiro, os desafios observados na realidade dos jovens.

Ainda na sequência desse exercício, este capítulo também passa pelo movimento de diálogo destes eixos com as hipóteses levantadas, para que haja condições de emergir adiante as reflexões em torno de considerações e sínteses deste estudo. Vale registrar que o trabalho empírico também demonstrou a necessidade de buscar outros autores e olhares transversais de

teorias que poderiam enriquecer as sínteses, mas esse movimento também tem seus limites nesse estudo.

A sistematização de falas significativas ocorre em função de suas regularidades, de sua força e, sobretudo, em função da repetição de alguns conteúdos nessas falas. A regularidade desses conteúdos, para efeitos de método e de reflexão à luz dos conceitos elencados inicialmente, foram agrupados em quatro eixos temáticos, encadeados em uma ordem explicativa, cujo objetivo é responder aos elementos de compreensão das atribuições de sentidos ao trabalho.

O primeiro eixo vai tratar de uma espécie de produção social de sujeitos precarizados, como se estes fossem um “produto”, uma “ferramenta”, necessária dentro do mercado de trabalho. Para exemplificar essa ideia se propõe a imagem de uma espiral, cujas bordas, são ocupadas por um grande contingente de trabalhadores em condições de vida precárias.

O segundo tema é o eixo da (des)continuidade, um termo que tem dupla função: uma que é de sistematizar um conjunto de elementos relacionados a instabilidades, rotatividades, e outra que é provocar a reflexão sobre os efeitos das trajetórias de trabalho fragmentadas. Assim, é possível chamar a atenção para o fato de que esta é uma condição que envolve o conjunto da vida da população empobrecida brasileira.

O terceiro sistematiza os conteúdos em torno da (des)institucionalização. O prefixo “des” também será explicado, assim como a força do aspecto da não participação, ou da participação parcial nos espaços formais e institucionais do Estado brasileiro. E, por fim, o eixo da resistência ou das estratégias de sobrevivência. Todos esses eixos pretendem conversar com a base material da produção da vida em sociedade e com a produção e a reprodução dos sujeitos sociais.

Os esforços de compreensão dos conteúdos, dos eixos temáticos que compõe as atribuições de sentidos ao trabalho, dialogam com a teoria do reconhecimento social e o tema das atuais e diferentes terminologias, que tentam nomear a composição da classe trabalhadora.

A articulação desses elementos pode compor um “ethos” do trabalho, uma equação de sentidos do trabalho, atravessados por vidas cheias de perguntas silenciosas, vidas cujos sentidos parecem envoltos como em uma fumaça. Vidas que parecem exiladas em um mundo de grades invisíveis, porém factíveis.

4.1 A PRODUÇÃO SOCIAL DOS PRECARIZADOS

Este eixo temático da sistematização pode conter uma espécie de debate político para efeitos de uma dissertação acadêmica, mas trata-se de uma dimensão presente transversalmente em todos os aspectos observados, escutados, sentidos e refletidos, sobretudo no trabalho de campo. É como se a fotografia das imagens das ruelas, com seus pedaços de lajes, restos de lixo, sobras de obras, pelas suas encostas, mais as maçarocas da fiação elétrica, que compõe o cenário cotidiano da vida de milhares de pessoas, afirmassem silenciosamente: aqui é o endereço da “produção em série de uma massa humana inferior, própria para trabalhos inferiores”.

A este contingente humano, a beleza da natureza, a beleza e o frescor das árvores, os canteiros de flores que dizem, aqui há um desenvolvimento cultural elevado estão como que impedidos de ser. O espaço urbano da periferia é ocupado, palmo a palmo, por um emaranhado urgente de coisas e pessoas que se mesclam, em um ambiente que reflete uma imagem de inacabamento presente em todos os ângulos.

Nesse sentido, o eixo da produção social dos precarizados indicou a necessidade de organizar seu conteúdo em três aspectos. O primeiro deles é a própria condição material de vida. Um segundo aspecto passa pela presença e pelo peso do racismo na vida dos jovens e o terceiro aspecto articula-se com o papel atual da escola.

O papel da precariedade das condições materiais de vida, na constituição dos valores e na atribuição de sentidos ao trabalho, pelos jovens integrantes de famílias, historicamente pobres, é fundamental. Sem remexer neste tema, a atribuição de sentidos na forma valorativa de humilhação social, fica aparentemente abstrata. Todas as narrativas das trajetórias de vida dos jovens demonstraram que se trata de um sentir sustentado sobre uma ordem material.

A relação entre o conceito em si de precarização do trabalho e a discussão em si da produção social de sujeitos precarizados, pode ser apoiada nas reflexões de Alves (2013), o autor afirma que no debate sociológico, as metamorfoses do mundo do trabalho produziram:

[...] a precarização do trabalho como sendo o movimento de desconstrução da relação salarial constituída no período histórico do capitalismo do pós-guerra. Assim, ela teria um sentido objetivo de perda da razão social do trabalho por conta de mudanças na ordem salarial que implicariam a perda (ou corrosão) de direitos do trabalho. Nesse caso, a precarização do trabalho seria entendida como o desmonte de formas reguladas de exploração da força de trabalho como mercadoria. A vigência do novo capitalismo flexível, com o surgimento de novas modalidades de contratação salarial, de desregulação da jornada de trabalho e instauração de novos modelos de remuneração flexível, seriam consideradas formas de precarização da força de trabalho (ALVES, 2013, p. 85-86).

Sendo esses os elementos do conceito e da objetividade do trabalho precarizado, observando e ouvindo os sujeitos envolvidos com essas condições materiais de vida é possível confirmar as reflexões de Alves (2013), quando esse autor defende que o “homem que trabalha” também é um precarizado.

Nesse caso o autor usa a expressão “homem que trabalha” para diferenciar o homem enquanto ser genérico para tratá-lo como ser humano genérico que tem capacidade de adaptar-se e dar respostas ao movimento do capital. Nessa perspectiva, o autor argumenta que o conceito de força de trabalho como mercadoria não é suficiente para compreender a condição da precarização do trabalho.

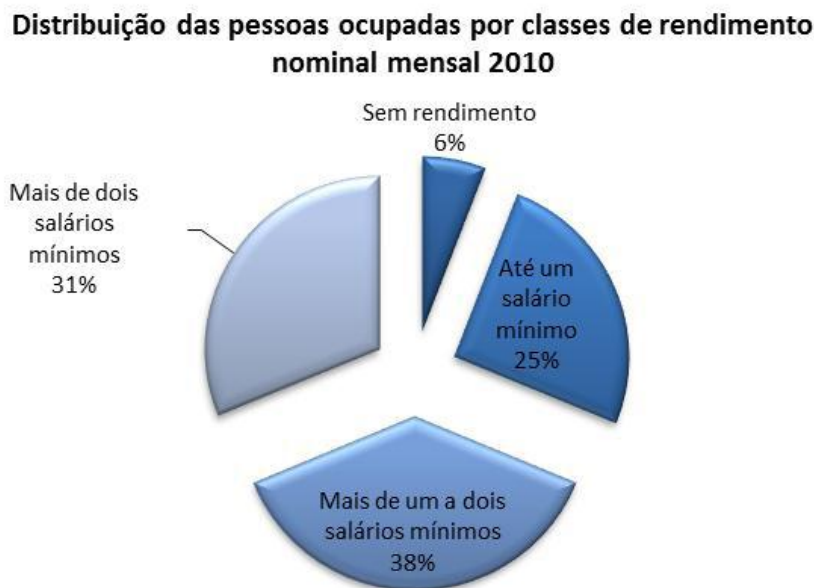
Alves (2013) defende que a forma atual da sociedade capitalista mais do que consumir a força de trabalho, ela também desconstitui o ser humano genérico, através da dimensão da barbárie social, contida na precarização do trabalho social. Entre Alves e as reflexões deste estudo, interessa o aporte de que a precarização em si das condições de trabalho, com as descrições objetivas do que isto significa não são suficientes para entender como isto é vivido pelas pessoas que estão mergulhadas nesta condição social.

A precarização das condições de vida em seus aspectos econômicos, culturais e políticos, verificadas em suas precárias e desvalorizadas posições ocupacionais, na divisão hierárquica do mundo do trabalho, reforçam os aspectos da falta de laços sociais que resultam em ausência de força política, deste setor da classe trabalhadora. Não há relações orgânicas, entre este setor da classe com ferramentas sindicais, ou outras formas organizativas, conferindo, assim, invisibilidade e isolamento político.

Contraditoriamente, esse setor da força de trabalho está sendo inserido no atual modelo de desenvolvimento econômico social, que propõe uma forma de “inclusão” produtiva ainda que marginal, com oportunidades de trabalho desiguais, porém massivas nas bordas do sistema, como expressa a fala de Rodrigues, afirmando que *sim, tem empregos para os pobres, mas de faxineira e de pedreiro*.

Evidencia-se através dos dados do IBGE, onde 63% dos trabalhadores formais, portanto mais da metade, protegidos pelas leis trabalhistas, têm rendimentos que os colocam entre o público alvo das políticas sociais, inclusive as políticas de transferência de renda como PBF, como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Distribuição das pessoas ocupadas por classes de rendimento nominal mensal em 2010.



Fonte: Censo Demográfico 2010

Fonte: (IBGE, 2010).

Os dados sistematizados no Censo Demográfico de 2010, corroboram a análise de Martins (1997), no sentido de que todos estão dentro do sistema moderno de produção das riquezas, porém uma parte está inserida de modo subordinado. Essa massa humana de trabalhadores mistura-se à precariedade, incorporam-na, vivem nela e dela. A precariedade passa a ser um estado de vida, um modo estrutural de viver que Alves (2013) chama de barbárie social.

Essa condição rebaixa os estatutos do trabalho, na forma como Sennett (2011) resgata em Weber, de o trabalho ser a prova do valor moral do homem autodisciplinado. O “homem que trabalha” na condição de vida e no mercado de trabalho precarizados é um homem envolto em um comportamento de curto prazo e isto confere a ele um campo de significados presos ao mundo da sobrevivência física, individual e familiar.

O campo da sobrevivência é também o campo que não propicia relações de confiança o que na história do trabalho do Brasil é algo antigo. Revisitando as reflexões de Cardoso (2010), para refletir a penúria atual da classe trabalhadora, ele aponta a Era Vargas como o primeiro período histórico em que os trabalhadores tinham um lugar no projeto de desenvolvimento nacional.

[...] com Vargas os trabalhadores ganharam um centro de identificação de caráter geral e, muito importante nos limites da ordem capitalista que o Estado varguista também tentava transformar. A partir de então, qualquer projeto de superação da penúria a que os trabalhadores continuaram submetidos pelas décadas seguintes ao

primeiro período Vargas precisou competir com esta sólida aspiração dos trabalhadores por inclusão na chave de direitos sociais. A consciência de classe dos trabalhadores foi, por muito tempo, a consciência do direito aos direitos, cuja efetividade esteve sempre em processo e, nesse sentido foi sempre renovadamente utópica (CARDOSO, 2010, p 239).

É perceptível a ruptura com este sentido renovado de utopia, de acesso à chave de direitos sociais como patamar de cidadania. Nem mesmo a cidadania básica da consciência do direito aos direitos está posta nas narrativas de vida; não se verifica uma chave de identidade e identificação com um Estado de Direitos

No aspecto geral, o eixo da produção social dos precarizados na Era Vargas teve um contexto de enfrentamento através de um projeto político de desenvolvimento nacional, que embora na prática mesmo não sendo universal era uma espécie de compromissos e renovações utópicas. Já nas últimas décadas, esse aporte de compromisso social, de projeto que aponta um espaço de direitos através do trabalho protegido para todos, fenece. Em seu lugar coloca-se toda uma sociedade às voltas com o presente, com necessidades imediatas, com o curto prazo e nessas condições os sujeitos que ocupam as bordas dos processos produtivos e dos serviços acabam mesclando-se em uma forma de precarização estrutural.

As narrativas de vida agregam a este eixo de base material o elemento do racismo presente no cotidiano, dos jovens negros. Como tal, esse elemento produz um conjunto de facetas subjetivas, na composição dos sentidos, no campo dos valores, os quais podem ser sintetizados na palavra *humilhação* como sendo uma das atribuições de sentidos ao trabalho. O diálogo entre Eduardo e Rodrigues revela um mundo de limitações, de racismos que parecem naturalizados nas falas dos jovens:

[...] no mundo só conheço mudança e obra. Se não for obra, podia ser atendente de loja, tipo na Paquetá, essas coisas (Eduardo).

[...] mas é difícil se tu é pretinho, vai eu lá pedi uma vaga na Paquetá (Rodrigues).

O Zaffari também é racista, os pretinho só trabalha escondido, o Big esta contratando só as pessoas de segundo grau completo (Eduardo).

O racismo esteve e está sempre acompanhado da violência institucional ou não e é um dos frutos duradouros da negação do escravo como pessoa, transformando-o em coisa. Em Cardoso (2010) a questão da negação do escravo como ser vivo, como humano, transformado em mercadoria por séculos, segue não resolvida.

[...] a escravidão como dilapidadora dos corpos negros dos cativos e corruptora das mentes de seus senhores precisava ser renovada todos os dias, dia após dia, com violência sempre revigorada, destruidora constante dos polos da dialética hegelina, que por isso precisa ser constantemente repostos. Em um sentido importante, a

escravidão longa terminou por abstrair o rosto do escravo, despersonalizando-o e coisificando-o de maneira reiterada e permanente. Ao final, restou apenas sua cor, associada definitivamente ao trabalho pesado e degradante (CARDOSO, 2010, p. 65).

Quando as narrativas dos jovens tratam das situações vividas nos *shoppings centers*, nos processos de preenchimentos de fichas para empregos, na temática da aparência necessária para ocupar postos de trabalho em lojas “bacanas”, lá está a cor da pele e todas essas associações ainda vivas, embora em alguma medida dissimuladas. Inegavelmente essas situações são geradoras de sofrimentos, humilhações sociais, constrangimentos e nem todos os jovens que narraram fatos de racismo diziam ter condições ou forças para enfrentar esse estado de coisas.

Outro fator que compõe aspectos da precarização social da vida, articula-se o tema da escola ou os níveis de escolarização, os quais dizem, a seu modo, os espaços que os indivíduos vão ocupar no mundo do trabalho. As mães dos jovens com seus poucos recursos de qualificação profissional, desgastadas com a luta pela sobrevivência, dispõem de poucos aparatos para animar e fortalecer trajetórias escolares regulares de seus filhos e/ou netos.

Foi recorrente nas narrativas dos jovens o fato de a escola ser um espaço de desenvolvimento de relações de amizades, de trocas de comunicação através das redes sociais e apenas isto. Para as demais dimensões da vida escolar a palavra síntese foi: *é muito chata!* Em outras palavras, a escola é um espaço que produz condições para trocas de sociabilidades, para a formação de grupos, de diferentes interesses

Essa tensão, esses conflitos de significados são problematizados por Gadea (2005) que levanta a questão de que diversas formas de sociabilidade no âmbito escolar estão em jogo e estão sendo questionadas em sua rigidez, em sua saturação.

A apatia escolar, a indiferença, a atenção dispersa e a crescente incomunicação lingüística e de mundos de vida entre educadores e educandos, são algumas características de uma situação que vem incomodando e preocupando, instituições educativas, autoridades públicas, educadores e família (GADEA, 2005, p. 1).

No campo do debate teórico acerca dessa crise, também é possível perceber um jogo de caça aos culpados, como se o problema ora estivesse localizado nos jovens, ora estivesse na escola apática. Pode-se perguntar se todas as escolas estão apáticas ou se esse problema é especialmente grave nas escolas públicas, sobretudo nas que estão localizadas em periferias de grandes centros urbanos.

Nas narrativas quando esse tema esteve em voga, não ocorreu uma fluidez de relatos e descrições. Ao contrário, as expressões corporais corroboram as frases curtas, do tipo *a escola não tem graça, é chata*. Estas frases eram seguidas de um dar de ombros, de um olhar distante e

de uma troca de assunto. Esse contexto das narrativas reporta às reflexões de Scalon (2011), que, ao debater o tema das desigualdades e da pobreza, a autora se reporta ao papel da educação nas relações de classe no Brasil.

E inegável a importância da educação, inclusive como fator de socialização e transmissão do sentimento de pertencimento a uma determinada cultura. Assim como é inegável que o aumento da escolaridade incide, também, sobre a capacidade de participação, de organização social e de disposição para a reivindicação de direitos – componentes indispensáveis para a geração de solidariedade [...] no entanto, a escolaridade vem sendo apresentada muitas vezes como solução ‘mágica’ para a ampliação das oportunidades e a criação de uma sociedade mais igualitária, reificando a noção de um mercado de trabalho com oportunidades iguais, cujo determinante é o valor meritocrático. Infelizmente, essa é uma condição difícil de ser alcançada num contexto de extrema desigualdade, em que a elite tende a acionar mecanismos de distinção que passam, invariavelmente, pela educação e pela cultura (SCALON, 2011, p. 62).

Embora os jovens não tenham dito com suas palavras, estava presente, conscientemente ou não, as dimensões da extrema desigualdade. Desde o beco de acesso às suas casas, desde as paredes inacabadas, desde a falta de espaços adequados para todos os membros da família, desde o salário mínimo da mãe. As pessoas sabem e incorporam os valores meritocráticos, embora não verbalizem. Está implícito como justo e legítimo o reconhecimento daqueles que têm qualidades individuais e características como esforços, estudos e cursos de qualificação.

Desse modo, a produção social dos precarizados encontra um aliado no sistema de meritocracia, a qual se expressa claramente no sistema escolar brasileiro em um campo fértil de reprodução de estratificações sociais rígidas. Seguindo as reflexões de Scalon (2011), mesmo em um contexto de crescimento econômico, as estruturas sociais seguem sendo extremamente rígidas.

4.2 (DES)CONTINUIDADE

As narrativas das trajetórias de vida entre diversas falas significativas, carregadas de simbologias, foram mostrando a formação de um eixo de conteúdos que ao serem agrupados ficaram denominados por *(des)continuidade*. O *des*, como prefixo que define *ausência*, ou *falta de* continuidade. O eixo da descontinuidade agrupou três aspectos: perda da memória histórica, insegurança alimentar e social, e ainda uma ausência brutal das ferramentas da modernidade para a integração social.

4.2.1 Perda da memória histórica

O aspecto da perda da memória histórica e, por consequência, a dificuldade de pertencimento a uma identidade coletiva é recorrente em uma espécie de não existência de um passado organizado. Ocorrem fragmentos de memórias de lembranças de pertencimento a um grupo familiar, um território, um grupo étnico, guardadas na cabeça da mãe e das avós. A memória do universo masculino, da origem do pai, de sua história, seus vínculos, parece esfumada ou mesmo “inexistente”.

É importante registrar que não se trata de identificar a ausência de uma memória longitudinal de muitas décadas passadas, ou mesmo das origens clássicas do povo brasileiro, como antepassados escravos ou imigrantes de diferentes países. Trata-se sim de um período relativamente recente em que a geração das avós ou dos pais dos atuais jovens ouvidos no estudo estava migrando das regiões rurais, do interior do Rio Grande do Sul, para a região metropolitana.

Nas reflexões de José de Souza Martins (2002) a perda da memória histórica de pertencimento a um grupo, um setor ou uma classe é parte da natureza das sociedades capitalistas que precisa transformar e reduzir os homens em vendedores de força de trabalho e consumidores de mercadorias. Esse processo exige segundo o autor:

[...] o desenraizamento, a destruição das relações sociais tradicionais e, portanto, a exclusão das pessoas em relação àquilo que elas eram e àquilo que elas estavam acostumadas a ser [...] o que o capitalismo faz ao desenraizar as pessoas, é transformá-las em proprietárias de uma única coisa: a sua força de trabalho (MARTINS, 2002, p. 120-121).

Essa transição com migração, com desenraizamento foi agravada pela demora no tempo em incluir esse ser social no mundo do trabalho formal. A demora em incluir esses trabalhadores na sociedade capitalista urbana e industrial e qual o tipo ou a qualidade desta inclusão, produziram condições objetivas e subjetivas que foram esfumando os registros, os códigos de pertencimento a uma identidade coletiva.

Os efeitos desse processo aparecem na fragilidade dos vínculos entre o próprio grupo familiar, deste com seus vizinhos, estes em suas comunidades e por fim todos com as instituições que foram se constituindo na sociedade, sobretudo nos últimos trinta anos, após a Constituição Cidadã de 1988.

José de Souza Martins (1997) enfatiza que o processo de desvinculações e perda das referências de pertencimento e memória, como parte da natureza da sociedade capitalista fazem

parte das leis do mercado, o qual está em primeiro lugar e é desse lugar que partem as necessidades de composição dos tipos humanos e seus papéis. Nesse sentido, é uma regra da estrutura do sistema capitalista desenraizar e brutalizar a todos para depois incluir no sistema conforme suas lógicas e suas necessidades.

Os significados da condição de não pertencimento a um passado organizado e sistematizado mereceria aportes das disciplinas do conhecimento humano dedicadas a compreender como esses processos se acomodam na psique humana. Para efeitos de uma reflexão sociológica, Sawaia (1999) analisa esse aspecto pelo ângulo das trajetórias desvinculadas, as quais produzem um conjunto de vulnerabilidades não apenas sociais e materiais como também a vulnerabilidade da ausência de poder o que dialeticamente também pode ser compreendido pelo aspecto da impotência política.

Pode-se dizer que do aspecto da descontinuidade de uma memória e de uma identidade de pertencimento comum, decorre um conjunto de consequências, em especial de ordem política. Efetivamente trata-se de um contingente de pessoas lutando pela sobrevivência, isoladamente, sem a articulação de uma pauta comum, sem legitimar seus autênticos representantes e por consequência não acumulando energia e criatividade política capazes de recriar o seu futuro.

A luta pela sobrevivência vira uma condição, considerando que a palavra *condição* tem origem no latim, *conditio*, e significa *maneira de ser*. Em outras palavras, a descontinuidade, o desencontro com uma memória de pertencimento, somado a um cotidiano envolto em uma luta por sobrevivência, criam uma espécie de ethos de vida, um modo de vida. Esse é também um dos aspectos da precarização social da vida.

Dito de outro modo, o “homem que trabalha”, inserido através de uma inclusão degradada no processo de reprodução ampliada do capital, que é a precarização do mundo do trabalho e dos próprios trabalhadores alimenta um ser político degradado. Esse ser político sem poder de reivindicação nas palavras de Martins (2002) perde o poder de reivindicar, perde o poder de exigir o cumprimento das leis em relação a ele.

4.2.2 Insegurança alimentar

Um segundo aspecto do eixo da (des)continuidade nas trajetórias de vida é o da recorrência da insegurança alimentar e social. Algumas hipóteses, sobre esse aspecto, passam

pela perda da referência paterna e seus possíveis aportes materiais, somado às precárias condições de reprodução da vida expressas em várias formas de luta pela sobrevivência física.

A fala significativa síntese foi; *trabalhar para ter dinheiro e trazer a comida para dentro de casa*. O elemento, comida, alimentos, em suas quantidades, capazes de equacionar com as necessidades, foi uma equação aberta, na infância dos jovens escutados e que deixou marcas profundas.

A tematização da fome no Brasil, apesar de histórica e ampla, foi tratada como um assunto tabu; até porque ela explicita as opções político-econômicas mais do que qualquer fator de natureza geográfica. Josué de Castro (2004) situa a fome como um tema proibido em função de tanto a fome de alimentos como a fome sexual serem instintos primários e, portanto, chocantes para a cultura ocidental racionalista.

Para o autor, junto com o desprezo pelos temas instintivos somaram-se os interesses econômicos dominantes do projeto colonialista, nas palavras deste:

[...] inabilidade do elemento colonizador, indiferente a tudo que não significasse vantagem direta e imediata para os seus planos de aventura mercantil. Aventura desdobrada, em ciclos sucessivos de economia destrutiva ou, pelo menos, desequilibrante da saúde econômica da nação (CASTRO, 2004, p. 266).

Somente nas últimas décadas o tema passa a ter uma abordagem através do conceito de *segurança alimentar*, defendido em especial pelo economista Francisco Menezes. Esse conceito, no entanto, foi construído no Brasil a várias mãos, sendo assumido por um conjunto de organizações da sociedade civil, do governo brasileiro e pelo CONSEA²⁹.

A Segurança Alimentar e Nutricional, deve ser intersetorial e participativa, consiste no direito a todos terem condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana.

O longo debate em torno do tema da fome no país produziu uma síntese conceitual, que parte da perspectiva do direito humano à alimentação. Enquanto direito humano, segundo o CONSEA, o Estado brasileiro tem obrigações prévias que vão em direção a duas dimensões. Uma delas é garantir o direito das pessoas estarem livres da fome e a segunda, que elas tenham

²⁹ CONSEA: Trata-se do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, o qual ganhou notoriedade a partir do debate proporcionado pelo Programa Fome Zero, nos primeiros anos do primeiro mandato do governo Lula. O sítio eletrônico do conselho está situado na página do governo federal <www2.planalto.gov.br/consea/o-conselho/conceitos-1> e acessado em 30 dez. 2013.

direito à alimentação adequada, como elementos básicos para que o ser humano possa fruir de todos os demais direitos.

É exatamente o não cumprimento desses direitos que as trajetórias de vida revelam ao relatarem e guardarem registradas a memória da falta de comida suficiente em especial nos anos da década de 1990. Como empenhar-se em uma luta por um escasso emprego ou frequentar a escola, em condição de insegurança alimentar? Como fluir os demais direitos da vida, com insuficiência de nutrientes?

O relato de Juana é emblemático sobre sua infância, considerando que sua mãe não fazia um bico informal e sim trabalhava como camareira em um hotel no centro da cidade. O trecho revela que o salário mínimo, na família de Juana, com sua mãe e seus três irmãos, não era suficiente para garantir a alimentação do mês. “[...] naquele processo (trabalho no Hotel) era legal pra ela porque tinha o dia do vale, não precisa esperar o mês cheio, então ela dizia amanhã tudo vai melhorar a gente vai ter o vale, a gente tomava água com açúcar, a grana não dava para o mês todo e tal” (Juana).

Trata-se, na prática, de uma vivência de subnutrição, associada às precárias condições de moradia, de transporte público, as quais evidentemente produzem esgotamentos, intensas fadigas, um espoliamento das forças físicas que acaba por atacar as capacidades cognitivas. Esse conjunto de situações, nas palavras dos jovens, não aparece como um problema biológico social, eles não articulam a falta de energia física com a falta de nutrientes. Esse elemento aparece nas falas dos jovens como *preguiça, sono, vontade de dormir...* “Em relação a mim eu sempre lembro que ela dizia que eu não tinha que trabalhar que a gente tinha que estudar, fazer esse processo de estudar, mas a gente é muito preguiçosa (Juana).

É possível que a invisibilidade do termo *fome* ou *subnutrição*, seja em decorrência das reflexões de Castro (2004) que atribuiu o não tratar desta questão, pelos aspectos morais e econômicos. Moralmente, os temas ligados aos instintos humanos ficaram subsumidos a tabu; social e historicamente as elites denegriram o povo e não foi difícil para esses associar um estado físico esgotado e fatigado de preguiçoso, de sonolento.

É preciso que se diga o quanto é dramático que essas palavras e todas as suas cargas culturais sejam pronunciadas por aqueles que em si são violados em seus direitos básicos como a alimentação, sendo esse o direito elementar para poder fruir dos demais direitos. Por outro lado, trata-se da observação prática de como questões sociais fundamentais têm mais força na cena privada do que na cena pública.

Ainda no aspecto da insegurança alimentar, cabem algumas palavras sobre a perda de referência paterna; algumas palavras, porque essa é uma questão que exige um estudo à parte³⁰ nesse espaço, porque a figura paterna está culturalmente associada à ideia do provedor, daquele que “garante” o sustento de sua família. Entre vários elementos marcantes das trajetórias de vida, um a ser destacado passa pelos descaminhos da figura paterna, o pai, o homem, o gênero masculino em si.

Dos nove rapazes escutados, apenas um deles contou com a presença do pai em sua família, no cotidiano, e com aporte econômico para o sustento da família. Outros três rapazes contaram com a presença física do pai, mas do ponto de vista da sustentação econômica esses muito pouco contribuíram, alguns bicos no trabalho informal, nenhuma experiência profissional acumulada ou habilidade técnica reconhecida pelos seus filhos.

Quanto às oito moças escutadas, nenhuma delas pôde efetivamente contar com seu pai. As narrativas em geral dizem: quando eu era criança ele foi embora, era alcoólatra, gastava todo o dinheiro com bebidas ou drogas. Relatos de quando a mãe expulsa o marido e pai de casa, quando ele começa a vender os utensílios domésticos para trocar por drogas, ou ainda ele morreu, separou da mãe, foi embora e nunca mais ajudou com nada, arrumou outra família e agora nem olha nos olhos dos primeiros filhos. Esse conjunto de relatos aponta para algumas hipóteses.

A hipótese de que a insegurança alimentar agrava-se sem os aportes de recursos financeiros e/ou algum tipo de participação do ser masculino no sustento familiar, agravando as fraturas dos laços e vínculos familiares. Esse conjunto de privações, tanto materiais como da figura masculina, produz resultados de consequências variadas.

Outra hipótese é uma espécie de feminização das referências em meio à população pobre, que por sua vez dialoga com a questão das implicações, da ausência da figura paterna, na constituição do ser social. A questão da feminização das referências requer leituras da temática de gênero, além do cruzamento de variáveis como gravidez precoce, casamentos na juventude, condições de trabalho para o universo masculino, e para o universo feminino.

Logo, essa problemática envolve necessariamente as disciplinas do conhecimento que trabalham com a psique humana, uma vez que essas questões transversalizam emoções,

³⁰ A ausência da figura masculina paterna é efetivamente intensa, no sentido de que a proporção é muito significativa. Apenas um jovem teve a presença paterna positiva, os demais oscilaram entre uma presença insignificante, uma presença ruim ou ausência completa. Como esse fator demonstrou força emocional nos relatos, este estudo, ressentido em não abordá-lo, pois trata-se de uma pesquisa própria onde a escuta masculina é imprescindível para com isso tecer algum tipo de análise consequente. De resto é possível no máximo elencar algumas hipóteses para a reflexão.

sentimentos de raiva, mágoa, traição, abandono, penúrias materiais, sociais e simbólicas. Nos limites deste estudo as informações e notícias sobre esses homens, como: onde eles estão, o que estão fazendo, com quem vivem... são imprecisas e parciais.

Nessa imprecisão, as narrativas apontaram para problemas com alcoolismo, uso de drogas, desemprego, violência doméstica. Alguns desses homens foram “convertidos” pelas igrejas evangélicas; de outros não se têm notícias; saíram de casa e nunca mais foram vistos; outros morreram. O fato é que não foi possível e nem seria plausível, buscá-los e incorporá-los nesse estudo, ficando assim uma janela de reflexões em aberto.

Seguramente, esse é um tipo de estudo em que a sociologia e a psicologia social pode se engendrar para buscar a compreensão desta ordem de conflitos sociais que envolvem o universo das precariedades econômicas, envolve o campo da subjetividade do gênero masculino e isso tudo situado nas grandes periferias metropolitanas.

4.2.3 Precariedades laborais e de aprendizagem

O terceiro aspecto sistematizado no eixo da descontinuidade é o das experiências precárias em atividades laborais e de aprendizagem, que fragilizam os aspectos do reconhecimento social e de autoestima das pessoas. As experiências laborais dos jovens, independente de sexo, têm em comum a necessidade de complementar a renda familiar. Os termos mais empregados passam por, *ajudar a mãe a pagar as contas*, o que na prática é a própria pressão das necessidades básicas, incompatíveis com a baixa renda advinda do salário mínimo, do emprego da mãe.

Na arena da luta pela sobrevivência dos jovens e suas famílias, a questão central passa pela imperiosa necessidade de agregar renda, a qual segue inferior às necessidades primárias. Essa realidade é a expressão da ainda elevada concentração de riquezas do país, confirmada pela pesquisa do IBGE³¹, onde os 10% da população mais rica ainda concentra 42% de toda a renda nacional.

³¹ Trata-se da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD de 2013, divulgada através da Agência Brasil em de 30 de novembro de 2013.

Os recursos econômicos, auferidos pelas famílias que labutam na arena do trabalho precário, estão sendo reagrupados pelo setor de marketing³² do Brasil, que está revendo a divisão nacional de classes. Evidentemente que as empresas desse setor que vivem de pesquisas especializadas estão voltadas para interpretar e induzir hábitos de consumo, vender com mais eficiência, produtos e serviços.

Para isso interessa uma estratificação de classes mais realista quanto aos rendimentos das camadas econômicas da população. Logo, a pesquisa não está envolta com os objetivos de dirimir as desigualdades sociais, contudo esta nova proposta de redivisão das classes sociais, interessa para este estudo, porque contribui para demonstrar o peso da concentração de renda e o quanto ainda a grande parte da população brasileira vive com rendimentos inferiores às necessidades básicas atuais.

Esse setor irá assumir, a partir de 2015, uma nova divisão de classes, com critérios levantados por pesquisadores³³ da USP que levam em conta trinta e cinco indicadores. Além da renda, entram itens como: escolaridade, tipos de ocupações do chefe da casa, aparelhos domésticos, acesso a computadores. Um quadro síntese desta nova divisão, afirma que a pobreza não diminuiu.

Quadro 4 – Síntese da nova divisão de classes, organizada a partir da reportagem *População pobre é maior do que se pensa.*

Classe	População em %	População em Milhões	Renda Familiar/mês	Formação Superior %
A	2,8	5,6	17.603,00	64
B1	3,6	7,2	10.005,00	59
B2	15,1	30,2	4.783,00	23
C1	20,6	41	2.745,00	6
C2	20,6	41	1.463,00	1,9
D	22,8	56	1.019,00	0,1
E	14,5	29	673,00	0,2

Fonte: elaborado pela autora (2014) com base em reportagem do jornal *Valor Econômico*, de 09 dez. 2013.

No universo das três classes mais pobres encontram-se quase 58% da população, com seus baixos níveis de escolarização, assoberbada pelas pressões do consumo, administrando poucos recursos financeiros. É nesse cenário que os jovens, ouvidos neste estudo, se encontram

³² No Brasil cerca de 180 destas empresas reunidas na Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP) irão abandonar o Critério Brasil, que privilegia o corte de renda para definir as divisões de classes no Brasil.

³³ Este novo modelo foi desenvolvido pelos professores especialistas em marketing Wagner A. Kamakura, da Rice University e José Afonso Mazzon, da FEA/USP.

e sob pressão conseguem espaços para suas primeiras experiências laborais: os rapazes na construção civil ou no telemarketing e as moças na faxina, limpeza, emprego doméstico ou cuidando de crianças.

As socializações laborais iniciais, em geral, passam pela condição da informalidade. Um dos primeiros gestos que todos relatam, como que marcando o ponto zero de suas trajetórias de trabalhadores, é providenciar os documentos, primeiro a carteira de identidade e o CPF. Esses dois documentos são tratados com mais ênfase do que a carteira de trabalho, a exemplo de Simon, que com 28 anos de idade tem um mês de carteira de trabalho assinada, como garçom, de onde foi demitido por levar comida que sobrava para casa.

Nesse tema das experiências laborais e de qualificação profissional as narrativas mesclaram expectativas com sentimentos de impotência, indefinições, explicitadas nas palavras, *eu não sei dizer o que eu quero ser*. O aspecto da descontinuidade nas experiências laborais mostra um modo estrutural de vida, um modo de ser, onde a ética tradicional do trabalho como dever moral, social, capaz de proporcionar uma identidade positiva de trabalhador não está presente.

Neste estudo, observando e ouvindo as narrativas dos jovens, a palavra mais próxima deste ir e vir em relação ao trabalho parece ser *descontinuidade*, em Alves (2013, p. 95):

A vigência das relações de trabalho flexíveis instaura uma nova condição salarial caracterizada pela mudança abrupta da relação tempo de vida/tempo de trabalho (jornada de trabalho flexível); relação tempo presente/tempo futuro com a ascensão das incertezas pessoais (novas formas de contratação flexível) e estratégias de envolvimento do self (remuneração flexível). Essa transfiguração do trabalho transfigura a troca metabólica entre o homem e outros homens (relações sociais de trabalho e sociabilidade) e entre o homem e ele mesmo (autoestima e autorreferência pessoal).

Embora o autor esteja concentrado no mundo do trabalho clássico da fábrica, estes elementos também operam naqueles que ocupam as posições das periferias do sistema produtivo. De modo geral as regras flexíveis estão colocadas em todo o processo de trabalho, embora com medidas e posições diferentes. Porém a lógica da incerteza, dos planos de curto prazo, das parcas relações sociais constituídas nesse espaço, dizem que as reflexões de Alves dialogam com os jovens da periferia.

O trabalho, vivenciado em especial pelos rapazes, em suas dimensões de esforço físico, subordinação hierárquica, repetições de execuções e exigências, não nutre maiores perspectivas em direção a um investimento contínuo na atividade laboral. As condições de proteções frágeis de assistência, segurança no trabalho, conforto e recompensas, não alimentam vínculos

duradouros; ao contrário, alimentam um círculo perverso que afasta as possibilidades de êxito profissional, de crescimento pessoal e de novos desafios intelectuais.

A lógica da descontinuidade é a própria lógica da sobrevivência, a lógica da defesa biológica da vida, permeada pelo desgaste físico e mental. O esforço e a fadiga corporal desenvolvem uma espécie de embrutecimento, de desumanização, de rebaixamento das possibilidades de desenvolvimento cultural e fruição de outros elementos da vida. Essa situação produz uma espécie de interdição social, como que os indivíduos reduzidos à mercadoria, força de trabalho, devessem ficar à disposição de operações laborais socialmente rebaixadas, pesadas e mal recompensadas.

4.2.4 Ferramentas para a integração social

Um quarto aspecto da dimensão da descontinuidade está sendo chamado de ferramentas da modernidade para a integração social, as quais passam por estarem presentes nas redes sociais da internet. Alves (2011) situa que esse momento desenvolvido do sistema mundial do capital só é possível pelas Tecnologias de Informação e Comunicação, as TICs.

As TICs aplicadas à produção industrial e às atividades de gestão, finanças e serviços são capazes de integrar hoje, locais globais de produção e reprodução da sociedade de mercadoria [...] pela primeira vez na história da civilização humana, constituiu-se uma 'sociedade global' cuja forma material é dada pelo complexo social das redes virtuais, interativas e controlativas, que contêm e fazem circular 'pacotes' de informação. (ALVES, 2011, p. 69).

O autor trata o “paradigma microeletrônico” como o elemento central da formação de um espaço virtual de informação e comunicação o (ciberespaço) e com ele inaugurando a Quarta Revolução Tecnológica. Essas referências foram agregadas nesse espaço do estudo porque se trata de um paradigma da modernidade, mesmo em condições de vida muito precárias. Os jovens da periferia estão sedentos por estarem fazendo parte das redes sociais e para isso eles precisam acessar equipamentos.

A atualidade exige além do acesso e das condições de acesso à rede internacional de computadores, os instrumentos e recursos para esse fim. Os jovens escutados passam às voltas com os telefones celulares; investem os poucos recursos em aparelhos, mas têm grandes dificuldades em manter o número da linha, pela falta de pagamento de contas ou de

alimentação de recargas. Muitas vezes eles têm os aparelhos, mas não têm chip ou não têm créditos para acessar à internet.

Uma das consequências dessa instabilidade e descontinuidade em suas referências de contatos telefônicos faz com que muitas vezes percam possibilidades de participar em atividades, festas, eventos locais de seus amigos, acessar informações que podem levar a um emprego ou a algum tipo de curso. Essa condição de certo modo errática em torno das condições de acesso às tecnologias produz uma espécie de isolamento de seus pares.

Além dos elementos objetivos de os jovens estarem ativos nas redes sociais é também visível a importância do acesso à internet ou à telefonia celular pela luta das mães, em comprar, pagar e dar aos filhos um mecanismo de segurança. A mensagem de celular é uma forma dos jovens acionarem suas mães em caso de necessidades por conta dos traumas das diversas experiências com a violência urbana.

Nesse item, a questão não passa pelo debate em si da revolução tecnológica e suas intensidades e profundidades para a alma humana, embora seja evidente que as TICs e suas novas demandas tragam elementos para o item precarização, fluidez e tempo presente. Nesse caso, interessa destacar que o elemento da informação e da comunicação através da internet e de seus aparelhos demandam os jovens pobres e estes enfrentam grandes dificuldades materiais em adquirir estes produtos como também em mantê-los, mas os perseguem e os ostentam como parte de seus movimentos de integração e de inclusão social.

Essas ferramentas, junto com as amizades na escola, parecem ser os meios de integração sociais mais desenvolvidos entre os jovens. A escola é o lugar de encontrar os amigos, é o lugar das parcerias, das cumplicidades, das trocas. Mas esse lugar e essas relações, na atualidade, se complementam em articular-se na esfera da comunicação e da linguagem dos instrumentos tecnológicos, o celular e o computador com a internet. Observa-se que esse acesso parcial, precário e insuficiente contribui como mais um aspecto da precarização estrutural da vida e das condições de reprodução social da vida.

4.3 (DES)INSTITUCIONALIZAÇÃO

Um terceiro agrupamento de falas significativas indica para a sistematização de um eixo denominado (des)institucionalização. Nesse caso também o *des* está no sentido do seu prefixo, que indica ausência de institucionalização. Mas qual é a relevância desse eixo? A título de

situar o peso dessas narrativas em torno da desinstitucionalização parece oportuno olhar pelo ângulo do que significa a institucionalidade em um país como o Brasil.

Em termos gerais, parece oportuna a sistematização de Cardoso (2010) que, ao reconstituir a construção do Estado brasileiro, parte teoricamente de:

[...] o Estado capitalista não é apenas o ambiente onde se institui o direito (de propriedade do outro), somado ao conjunto de instituições que garantam sua facticidade, o que resulta em distribuição excludente da propriedade e da riqueza, por seu lado geradora de escassez institucionalizada [...] o Estado ao se apresentar como ordem jurídica que a todos vincula, afirma-se como a expressão do bem comum, sendo este o principal elemento de justificação de sua práxis coercitiva (CARDOSO, 2010, p. 91-92).

O Estado brasileiro nasce antissocial e violento, sem poder de centralização vai aliando-se com as forças dominantes locais e seus braços armados, voltados para a defesa dos interesses das oligarquias locais. A repressão por cerca de quatro séculos é a grande face do Estado brasileiro, o qual apenas no início do século XX começa a aparecer como um lugar da construção de identidades sociais e da vontade geral.

Porém, esse caminho é tortuoso, verificado no retardamento dos processos eleitorais, do veto dos analfabetos à participação política, da exclusão dos direitos trabalhistas da população rural até a Constituição de 1988. Na prática, é somente a partir de 1930 que surgem as instituições do Estado brasileiro, porém insuficientes para todos. Com isso, os mecanismos institucionais de registros civis, documentados em cartórios, representou e ainda representa um sobre esforço para as classes populares.

Os aspectos institucionais, cujas características principais explicitam um mundo organizado em normatizações, que prescrevem regras, disciplinas e obrigações de ambas as partes, os indivíduos e o Estado acabaram se tornando um dispositivo pesado para os mais pobres. Seguir as normas impecáveis do Estado como: certidão de nascimento, ser bem casado, provar habilidades educacionais e profissionais, foi um privilégio do século XX para Cardoso, porém quando os ouvidos param para escutar os muitos remanescentes dos que não conseguiram seguir as normas impecáveis do Estado, lá estão os mesmos problemas.

A ausência da institucionalidade, em seus padrões modernos, oficiais, é vivenciada pelos jovens na atualidade de diferentes formas. Para fins de sistematização, elas serão agrupadas em dois aspectos: um aspecto de ordem material ou documental e outro de ordem da cidadania.

No aspecto material e documental, o de partida passa pelas condições de ocupação de seus territórios, os quais são fruto das remoções, das ocupações das diversas mudanças de casas

ao longo do tempo. Uma das expressões do processo de fragilidade de vínculos aparece no problema do endereço. O “não endereço” ou um endereço genérico ou, ainda, um endereço que revela constrangimentos, é um dos grandes limitadores, uma efetiva barreira ao acesso à cidadania primária.

Não ter o comprovante de endereço é uma grande dificuldade material e documental, vivenciada na hora de preencher uma ficha de seleção de emprego, questão agravada por não ter um número de telefone fixo. Avoluma-se o problema quando é preciso indicar pessoas de referências. Isso dificulta ou mesmo inviabiliza o acesso ao trabalho formal e, portanto, institucionalizado. Dificulta porque os vizinhos e parentes que são os mais indicados a dar referência, encontram-se na mesma situação.

Esse círculo vicioso resulta na manutenção de uma rede de relações e indicações que operam no mundo do trabalho informal. Logo, os canais de acessos às possibilidades de trabalho vêm pelas relações de amizade e articulações na rede local de relações. O acesso pelas vias formais do Estado, como o SINE, não é cogitado, em função de que este exige um currículo, “padrão” de apresentação, o qual os jovens, em sua maioria, refletem que não possuem. Ou ainda, em elaborando um currículo, eles precisam omitir o endereço real, pedindo um “endereço emprestado”.

Os jovens possuem uma espécie de *anti-currículo*, que é uma das formas da desinstitucionalização. Ele passa a ser expresso pela soma de diferentes circunstâncias, como o documento escolar que revela uma trajetória de insucesso, para os padrões oficiais. Um insucesso que rebaixa as credenciais de formação e de capacitação técnica, aliado a não comprovação documental de suas experiências laborais, complementados pelos incompletos endereços e os incertos números de telefones. Esses elementos compõe o retrato atualizado do “cidadão” brasileiro desinstitucionalizado.

O *anti-currículo*, para o mercado formal de trabalho, é o currículo do mundo do trabalho informal, o qual funciona por uma rede de indicações a partir de amigos e parentes. Essas condições de trabalho retroalimentam a reprodução social da classe E, dos vinte e nove milhões de brasileiros com renda familiar de até 673,00 reais. Esses milhões de mulheres, velhos e jovens, estão nas ocupações de empregadas domésticas, auxiliares de cozinha, camareiras, faxineiras, cozinheiras. Atrás deste exército barato de trabalhadoras estão seus filhos, vivendo nos limites dos mínimos civilizatórios.

Os mínimos civilizatórios possuem uma larga discussão conceitual e diferentes visões teóricas, para efeitos dessa reflexão. Compartilha-se da perspectiva de Cardoso (2010), que defende que todas as sociedades definem ou fixam os patamares mínimos ou toleráveis de

demarcação das fronteiras das desigualdades sociais. No caso brasileiro, nos últimos dez anos, foi demarcada essa fronteira com o critério de renda onde o mínimo civilizatório brasileiro é de 70,00 per capita, menos que esse patamar o Estado brasileiro complementa, até esse nível, através do Programa Bolsa Família.

Porém o Estado brasileiro somente reconhece como apto a receber esse complemento, aquela família que estiver, sobretudo, com seus documentos civis, escolares e de saúde em dia. A papelada torna-se novamente um revés e é preciso estar em dia com os registros de nascimentos dos filhos, do acesso e permanência na escola, carteira de vacinação, carteira do SUS e de gestante, se for o caso.

A escola que é também o espaço institucional da disciplina e das obrigações controladas por tempos de relógios e calendários, normatizadas pelos documentos, vai legando aos jovens uma trajetória marcada por uma institucionalização de baixa intensidade. Em outras palavras, a falta total ou parcial dos documentos, escolares e civis, torna-se argumento concreto para postergar para o próximo ano o reingresso na vida escolar.

Por outro lado, as instituições não estão posicionadas de modo neutro nesse cenário. No centro da Vila Barracão tem uma escola de ensino fundamental municipal e os relatos dos jovens passam por lembranças afetuosas acerca desse espaço. A escola era um lugar acolhedor a todos; eles podiam brincar em seu pátio, inclusive fora do horário de suas aulas; havia atividades lúdicas e esportivas abertas à comunidade.

Porém, após a troca de diretora, ergueram-se muros, vieram chaves, cadeados e a escola ficou, literalmente, invisível. Uma pessoa estranha que chega na vila enxerga um imenso muro. Restou a rua, ou os parques e pequenos cômodos das pequenas casas, como espaço para brincar. Os rapazes, em especial, ganharam os espaços das ruas para as suas socializações e essas têm sua própria pedagogia. As instituições família e escola, em suas crises, revelam-se melhor nas palavras de Eduardo:

[...] eu ficava muito chateado eu ficava mal porque coisas que eu podia ta fazendo eu não tava fazendo, ficava dormindo. Antigamente eu pegava e ficava com os guri la em cima até tarde, até eu começa a toma paredão, já falei pra ela (a mãe) a primeira vez que tomei paredão eu pedi pra fazer meus documentos eu não aguentava mais, ai depois que eu fiz minha identidade eu comecei a procurar mais trabalho.

A confecção dos documentos aparece como um mecanismo para se livrar do paredão. O que é o paredão? É a presença do velho e violento Estado brasileiro, como recorda Adalberto Cardoso (2010), um Estado que aparece para as massas trabalhadoras, na forma de ordem

repressora, na forma de polícia e que empareda os que têm a priori cara de bandido, ou seja, os jovens, negros.

A institucionalidade, como sendo o lugar das regras, das obrigações, dos horários, da disciplina, aparece para os jovens como um lugar estranho e árido. Nesse sentido, a dimensão material e documental da desinstitucionalização dos pobres retroalimenta uma espécie de cidadania rebaixada de horizontes mínimos ou nublados, como disse Simon. Já nas palavras de Souza (2012, p. 25):

[...] no Brasil as classes sociais modernas, se apropriaram diferentemente dos capitais cultural e econômico e constitui uma classe inteira de indivíduos não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, esse é o aspecto fundamental, das condições sociais, morais e culturais que permitam essa apropriação. Essa classe... que designamos de ‘ralé’ estrutural, não para ofender essas pessoas já tão sofridas e humilhadas, mas para chamar a atenção, provocativamente, para nosso maior conflito social e político: o abandono social e político, ‘consentido por toda a sociedade’, de toda uma classe de indivíduos ‘precarizados’ que se reproduz há gerações enquanto tal.

Os jovens escutados fazem parte de um longo processo de exploração e opressão social. Eles compõem a classe social que Souza (2012) denomina de “ralé” estrutural. Porém, este estudo não tem a pretensão de batizar ou rebatizar esse setor da classe com este ou mais um adjetivo e sim situá-los como parte da classe trabalhadora, produtora de riquezas.

Neste estudo, esse setor da população trabalhadora é situado dentro de uma condição social, estruturalmente precarizada, onde uma das faces dessa precarização social passa por um frágil pertencimento às estruturas institucionais. Desde as estruturas cartoriais até aquelas ligadas ao mundo formal do trabalho, ao universo escolar, ou ainda àquela institucionalização ligada ao acesso às políticas sociais.

Nesse sentido, a desinstitucionalização dialoga com a análise de Souza, quando o autor defende que essa classe é desprovida das condições sociais, morais e culturais, sem as quais não é possível se apropriar do capital econômico e cultural. Essa leitura é factível, plenamente visível nas longas escutas, das trajetórias de vida, mas ao mesmo tempo é também compreensível que todo esse processo fez e faz parte de uma construção consentida e legitimada pela sociedade como um todo, cujo pólo antagônico a este, soube e sabe desfrutar dos privilégios dessa desigualdade.

O exército de faxineiras, cozinheiras, auxiliares de cozinha, de limpeza, camareiras, são os rostos e os braços baratos que limpam, alimentam e cuidam da vida de milhares de outros seres sociais que igualmente vivem da venda de sua força de trabalho, porém em condições

protegidas. Essas ocupações vividas pelos jovens e suas famílias são desprovidas de poder político e embotadas em uma cidadania de horizonte opaco.

A frágil cidadania é outro aspecto importante do eixo da desinstitucionalização, onde a articulação entre a precariedade do poder econômico com a precariedade de poder político expõe a ausência de espaços políticos de negociação de suas demandas. É evidente que não se trata apenas de uma questão de renda e sim de questões transversais como classe, gênero, raça, que dialogam com os espaços e os lugares que os indivíduos ocupam e que dizem quais as dimensões da cidadania de cada um, em tese universal, na prática parcial.

Essa realidade, vista pela leitura da teoria do Reconhecimento Social, sobretudo pelo aspecto do direito, como espaço de práticas institucionais de justiça, como reflete Honneth (2003), deriva em um ser social que não consegue viver a dimensão do auto-respeito. A ausência do reconhecimento dos direitos revela-se nas expressões como *largar o colégio para trazer dinheiro para dentro de casa*, ou para livrarem-se dos paredões, mas primeiro tem que confeccionar os documentos.

Em síntese, os aspectos documentais e materiais, compõe uma face da questão dos baixos níveis de cidadania, exercitados pelos jovens. Aspectos que refletem, para efeitos deste estudo, em uma espécie de prisão nas bordas da espiral do mundo do trabalho. Bordas carregadas pela herança da degradação do trabalho manual, carregadas pelo peso da informalidade, compondo um círculo vicioso e estrutural de precariedades econômicas, sociais, políticas, simbólicas, intelectuais e culturais.

4.4 AS DIFERENTES FORMAS DE RESISTÊNCIA

Os eixos sistematizados, até o momento, podem caracterizar um conjunto de fatores negativos, o que a realidade em si não nega. Por outro lado, essa mesma realidade possui diferentes formas de resistências. Estas não cabem no escopo clássico, do tipo organização sindical ou associação de moradores, trata-se muito mais de formas individuais de resistência, porém elas podem ser observadas e verificadas as suas repetições de diferentes formas, portanto, podem ser tratadas de modo mais amplo.

Observando as narrativas das trajetórias de vida e refletindo com os eixos do reconhecimento social é possível agrupar as estratégias de resistência e sobrevivência em três aspectos que atuam de modo transversal: um aspecto pode ser chamado de minimização dos

conflitos, um segundo, passa pelo campo da constelação de relações sociais e suas articulações e um terceiro aspecto será chamado simplesmente de A Mãe.

O aspecto de minimizar os conflitos apareceu de diferentes formas, mas de modo geral, ele tinha em comum o embate direto com a polícia e com o universo do racismo. O Estado violento, através dos paredões, produziu e produz nos rapazes que relataram este tipo de fato, um sentimento de humilhação, misturado com um tipo de ódio social, pela polícia.

Para enfrentar essas circunstâncias, as instruções e controles de segurança das mães passam por um conjunto de itens, mais ou menos nesta ordem: os jovens precisam, desde cedo, aprender e saber dizer quem são, além do seu próprio nome completo, estarem portando os seus documentos pessoais, saber dizer onde mora, o nome da mãe e onde a mãe trabalha. Estas informações devem ser ditas de modo claro, direto e rápido.

Além disso, os filhos são orientados que ao saírem na rua devem estar o mais bem arrumados possível e portando um celular. O celular é a ferramenta atual fundamental para a segurança, em função da comunicação imediata. Segundo a mãe de três jovens, ela luta para manter um aparelho com cada filho, com o mínimo de créditos necessários para pelo menos enviar uma mensagem, capaz de acioná-la.

A estratégia de minimizar os conflitos no fundo é uma luta diária, onde a mãe dos três jovens aprendeu os métodos de defesa em uma luta travada no cotidiano em um território conflituoso, onde os trabalhadores e sua prole precisam diferenciar-se do mundo do crime e suas associações. Toda essa estratégia de defesa é dirigida em primeiro lugar a própria polícia. É para ela que as respostas precisam ser diretas, claras e rápidas, para evitar apanhar, ser levado em camburões para delegacias e nestas sofrer humilhações e interrogatórios.

Nesse sentido, a carteira de identidade aparece como sendo o documento principal da vida. Ela transpõe as funções civis e opera como se fosse um escudo, na esgrima com a polícia. A carteira de identidade é ao mesmo tempo o documento referência para os jovens iniciarem a busca por um trabalho e não a histórica Carteira de Trabalho. É o documento chave para que a família, como um todo, obtenha as credenciais para o acesso aos atuais programas sociais.

O processo da minimização dos conflitos é algo apreendido no grupo familiar e esse aprendizado corresponde às condições estruturais da vida das famílias pobres. Em Souza (2012), ocorre um debate que tenta apontar as funções objetivas dessa instituição *família nuclear*, na sociedade moderna. Para este item interessa a reflexão do autor que aponta para:

As famílias desestruturadas, por sua vez, reproduzem a própria incoerência do mundo ao compatibilizar as expectativas individuais às possibilidades objetivas, poucas e mesquinhas, que sua posição desclassificada na estrutura social pode oferecer. Ao

mesmo tempo, essa estrutura familiar ‘desestruturada’ dota o indivíduo das capacidades necessárias para antecipar e sobreviver a tal incoerência (SOUZA, 2012, p. 127, grifos do autor).

O autor está discutindo que há funções específicas para esta instituição moderna denominada de família nuclear, as funções de reprodução da família da classe burguesa se diferem das funções das famílias da “ralé”, da pobreza. Em outras palavras, cada estrutura de classes produz estruturas familiares compatíveis com sua condição econômica e social.

Essa família, compatível com sua condição, é um movimento perceptível entre as narrativas dos jovens. Os grupos familiares preparam os seus membros para agir neste mundo em que estão inseridos, ensinam elementos práticos para intervenções objetivas. Logo, o núcleo familiar ocupa um lugar estratégico nas diferentes ações de resistência, as quais efetivamente preparam seus membros com uma racionalidade prática de sobrevivência.

Outro aspecto das diferentes formas de resistência passa pelas relações sociais e suas articulações em rede. Nesse exercício de compreensão é possível separar os jovens em dois grupos; os articulados, que Rodrigues chama de espertos e os restritos. O grupo de rapazes e moças que se articulam, como é o caso de Rodrigues, Simon, Fernandes e das moças Juana e Sara, houve em um determinado momento algum tipo de acesso a uma organização social.

As organizações sociais relatadas passam por desde o caso do grupo de jovens, da igreja católica, dirigido por um grupo de freiras que atuam há muitos anos na Vila Cruzeiro; há presença da ONG Maria Mulher, do Movimento Social, Levante Popular da Juventude, da participação na Associação de Moradores. Nessa seção, não vem ao caso discutir o conteúdo dessas organizações, nem seus objetivos e métodos organizativos. Interessam, nesse caso, os efeitos causados por suas presenças coletivas na periferia, abrindo janelas na vida de jovens, circunscritos a relações fechadas de seus grupos familiares.

O que parece ocorrer é que essas organizações desenvolvem uma espécie de pedagogia que em algum momento aproximam-se dos jovens, ganhando sua confiança e estabelecendo laços de solidariedade, assim como laços de pertencimento a um universo de luta por justiça social.

Essas organizações acabam por atuar em dois campos do reconhecimento social, o campo da solidariedade, retomando laços comunitários, de pertencimento a um setor, um grupo e que os aproximam das lutas por direitos. Em ambos os casos, constroem-se relações de reciprocidade, capazes de alimentar elementos da estima social e do autorespeito, como que empoderados de um novo pertencimento cultural.

Desses espaços de articulação, abrem-se novos contatos, novas possibilidades, inclusive de trabalho, como diz Rodrigues:

[...] eu sempre fui muito esperto desde pequeno, pensar na frente e ter ambição, saber os contatos e me articular, entendeu, é isso a vida é uma articulação de pessoas que tu conhece, tipo, se eu não tivesse visto algo no Levante além da militância eu vi no Levante a proposta de mudar de vida, vai mudar totalmente a tua vida, o que tu pensa, o que tu faz, com quem tu anda, se eu não tivesse conhecido e apostado no Levante como o Levante apostou em mim hoje provavelmente eu não conheceria a Marta e o Paulo, que ai eu fiquei tampando um tempo com o Paulo na bio-construção e não na construção civil, fazendo um curso, eu conheço o Mauro, ai tem o João e ai tem o Igor, ai o Igor tem vários outros contatos que se espalham (Rodrigues).

Evidente que essas organizações atuam nos territórios, mas de modo pontual. Elas não possuem uma rede estruturada amplamente que abarque um conjunto numeroso de jovens. Desse ângulo, pode-se concluir que, em termos gerais, a maioria dos jovens, nos bairros populares, conta com sua própria rede, familiar, parental, como a primeira rede de apoio e que esta acaba por limitar ou manter limitado o universo de possibilidades de relações dos jovens.

Por outro lado, não é menos importante, em termos de análise, a existência e a ramificação de organizações de cunho popular. Elas, apesar de seus limites, conseguem romper os círculos fechados e abrir portas ou janelas de outros cenários no mundo e do mundo. Abrir outros cenários não quer dizer que todos consigam superar e avançar sobre suas precárias condições de vida, mas fortalece laços e vínculos de pertencimento a grupos que tem dificuldades, necessidades e possibilidades em comum.

A jovem Jacinta relatava o impacto que teve ao conhecer uma comunidade rural, distante da cidade, sem acesso ao transporte público:

[...] na primeira vez que eu tive com o pessoal [...] descobri e levei pra mim o que eles passam lá e pensei minha mãe passa muito pior, mas tipo assim, não é a mesma coisa para eles que trabalham no campo e pra gente da cidade, minha mãe não passa nem 50% do que eles passam lá, ai eu pensei pra mim, na real, eu não vou julgar minha mãe, não vou julgar eles porque cada um tem sua vida, cada um tem sua dificuldade, até eu mesma passo por dificuldade para mim eu levei que eu vo ser simples com as pessoas que estão na minha volta, minha mãe, meus irmãos (Jacinta).

Embora tenha um tom de conformismo na reflexão de Jacinta, ela conseguiu perceber outros elementos da vida, por ter conseguido sair da Vila, conhecer outras realidades, a importância está no fato de sair, conhecer, romper o círculo fechado de relações. Esse tipo de movimentação cria as condições para reconhecer sua própria condição em comparação com outros grupos, reconhecendo um conjunto de privações suas, de sua família e da comunidade visitada.

Esse tipo de movimentação pode abrir uma chave em torno da luta pelo reconhecimento de seus direitos, uma vez que, ao observar e comparar elementos particulares com elementos mais gerais, o movimento das contradições sociais podem se explicitar. Porém esses movimentos não são simples de serem desenvolvidos em condições de baixos níveis de pertença social a qual está associada a sentimentos de impotência ou insuficiência.

O grupo de jovens de relações sociais restritas, composto pelos rapazes Justino, Guarani, Camilo, Luís e as moças Manuela e Flávia, convivem de modo muito fechado entre seus familiares e parentes. É um grupo que expressa, o que Honneth (2003) chamaria de uma baixa estima social, por seus baixos níveis de relações de solidariedade.

O grupo de relações sociais, restritas, está aparentemente mais limitado em seus cenários de trabalho, também é o grupo menos articulado com o universo escolar, tem menos movimentos em torno de matrículas, ainda que elas derivem em evasões. Nesse circuito fechado, as portas em torno dos espaços de acesso a renda são sempre as mesmas, os mesmos contatos que arrumam os trabalhos mais pesados em empreiteiras da construção civil, ou empregos em empresas terceirizadas de limpeza e conservação.

Neste grupo, há também restrições no campo da linguagem, os argumentos não se desenvolvem em articulações e conexões com situações diferentes, até porque não ocorrem situações diferentes. Estão circunscritos entre seus membros e entre estes convivem, se articulam e criam seus simbolismos, na prática se comunicam de outros modos, em especial, através de roupas e calçados caros de marcas e aparelhos de som potentes.

Esse grupo que pouco se expressa em linguagem, se expressa no mundo consumindo marcas que dizem o quanto cada um está incluído no mundo do consumo das mercadorias. Porém, ao lutarem por essas formas de expressão voláteis do mercado, dissipam seus poucos recursos no presente, já que o futuro não apresenta maiores motivos de investimentos.

Quanto ao terceiro aspecto, o qual está sendo chamado simplesmente de *A MÃE*, em letras maiúsculas, em função de sua força e presença inquebrantável. A Mãe é a parte forte do sistema de resistências, se não for ela a própria resistência. Ela também é a expressão da lutadora; é sem dúvida a instituição principal da vida dos jovens. Na figura da mãe condensam-se dois aspectos fundamentais da vida humana: o aspecto do sustento biológico na forma de comida e abrigo e o sustento psíquico, a mãe não desaparece nunca.

Nas teorias oriundas da psicologia, em suas várias correntes, a mãe é de modo geral a primeira fonte humanizante dos novos seres sociais. Júnior (1999) identifica que a mãe é quem introduz os novos seres no universo dos símbolos humanos. Essa introdução é fundamental, em

função da incompletude da vida humana ao nascer, mas essa introdução também é cercada de cuidados, afetos e uma infundável repetição do que pode ou não ser feito pelo novo ser social.

É nessa introdução dos filhos ao universo simbólico do mundo dos humanos que Winnicott (2011), aponta para a importância dos cuidados para com os primórdios da vida de absoluta dependência em relação ao ambiente físico e emocional. Após o primeiro ano de vida a criança passa a caminhar em direção a alguns graus de independência. Nas palavras do autor:

[...] este crescimento só pode ocorrer se se processar numa outra pessoa uma adaptação muito sensível às necessidades da criança. É a mãe da criança que costuma ser a pessoa mais qualificada a desempenhar esta tarefa sumamente delicada e constante; é a pessoa mais adequada pois é ela que, com maior probabilidade, entregar-se-á de modo mais natural e deliberado à causa da criação do filho (WINNICOTT, 2011, p. 6).

Essa relação inicial centrada na força do papel e da presença constante da mãe é o que produz a base do sentimento de autoconfiança. Em outras palavras, é o amor o sentimento fundante de um ser confiante, capaz de sentir-se e exprimir-se com reciprocidade na vida adulta. Para os debates sociológicos o conceito de amor soa, em princípio, como algo estranho, uma categoria da literatura e mais estranho ainda, para os debates sociológicos de base materialista.

Como compreender o tema do amor, da referência fundamental dos jovens com suas mães com vidas tão atabalhoadas? Essa questão encontra em Winnicott (2011) uma explicação no desenvolvimento emocional da criança humana. A criança, à medida que cresce, vai integrando e ampliando os significados da palavra amor. O autor organiza uma espécie de conceito de amor na perspectiva da pediatria com elementos da psicologia:

Amor significa existir, respirar, estar vivo identifica-se a ser amado, amor significa apetite, sem preocupações, apenas necessidades e satisfações. Amor significa contato afetuoso com a mãe, significa a integração por parte da criança, significa afirmar os próprios direitos à mãe, forçando-a a compensar as (inevitáveis) privações por que ela é responsável. Amar significa cuidar da mãe (ou do objeto substituto) como ela cuidou da criança – uma prefiguração da atitude de responsabilidade de adulta (WINNICOTT, 2011, p. 19).

Nas expressões e falas dos jovens é perceptível identificar os significados ou os conteúdos do conceito de amor de Winnicott, sobretudo a existência biológica e psicológica, culminando com um senso de responsabilidade para com a mãe. Esse senso de responsabilidade é aprofundado pelo fato de que todas as mães dos jovens escutados estão doentes e estas

doenças vão desde câncer de mama, passando em especial por diabetes, hipertensão e problemas de/ou na coluna vertebral.

Em suma, as diferentes formas de resistência e/ou as estratégias de sobrevivência são ao mesmo tempo as duas formas. Elas se mesclam, ora emergem como resistência e ora como afirmação de sua humanidade. A estratégia de minimização dos conflitos, talvez seja a que melhor exemplifique essa dupla articulação. Ela convive com o Estado violento e ao mesmo tempo o enfrenta.

A Mãe é uma figura que encerra um universo inteiro de símbolos e mediações de identidades. Ela é a própria instituição do mundo dos jovens, do mundo da pobreza, do mundo da periferia. A mãe nunca desaparece. Ela é o elemento fiel, apesar de suas dores, suas doenças. Todos os filhos estão envolvidos em atenuar os sofrimentos e as dores da mãe.

Ela é uma espécie de Estado, onde as poucas normas e regras possíveis de serem instituídas em um meio com tantas dificuldades, emana dessa figura. Ela tem o direito de fazer cobranças e as suas cobranças provocam angústia e precisam ser encaminhadas de modo prático, principalmente pelos rapazes. Uma forma concreta de resolver isso é conseguir um trabalho e trazer dinheiro para dentro de casa.

Souza (2009) afirma que a sociologia já sistematizou a ideia da identificação afetiva como:

O processo de imitar aquilo ou quem se ama se dá de modo ‘natural’ e ‘pré-reflexivo’, sem a mediação da consciência, como quem respira ou anda e é isso o torna tanto invisível quanto extremamente eficaz como a legitimação do privilégio (SOUZA, 2009, p. 19).

A sociologia também já estudou de diferentes formas esse fenômeno nas classes médias, percebendo como se torna “natural” os filhos, dessa classe, crescerem vendo seu pai ler um jornal, sua mãe ler um romance, seus irmãos mais velhos dominar os sistemas dos computadores. A mesma lógica pode ser aplicada a este setor da classe trabalhadora, porém nesse caso a referência “natural” é a mãe, que não está lendo romances e sim trabalhando em uma jornada de trabalho longa e mal remunerada, em uma ocupação desvalorizada social e culturalmente.

Em ambos os casos o “natural” quer dizer, pré-reflexivo, sem a mediação da consciência, como enfatiza Souza ao afirmar que esse processo nas classes médias tem um papel eficaz no sentido de legitimar privilégios. No caso dos setores precarizados da classe trabalhadora, esta condição pré-reflexiva, sem a mediação da consciência, pode ser o da

legitimação da precarização das condições de reprodução social da vida. A legitimação moral, política e cultural, que os aprisiona de modo “invisível” nas ocupações laborais, precárias, mal remuneradas, desprotegidas, rotativas e nas palavras dos jovens, ocupações *humilhantes*.

A mãe é também uma referência do gênero feminino, que em alguma medida parece incorporar as atribuições simbólicas do gênero masculino. Em várias falas das moças, apareceram recorrentes vezes, que quando a mãe perde a paciência, vira uma fera, briga e é capaz de atos pesados e violentos. Ela é também uma espécie de segurança física e psíquica quando acontecem problemas dos ataques racistas, como o vivido por Pedro no supermercado, ele não tem dúvida em chamar a mãe.

Essa mãe e as outras mães operam mecanismos diários de defesa de sua prole, com as armas que possuem. Normalmente a garganta e o próprio corpo, mobilizadas para a defesa de seus filhos. Dessas mulheres e seus gestos e atitudes emana um poder, uma moral e seu status de instituição. Essa ordem de reflexões aponta para um tipo de feminilização das relações sociais das camadas da população pobre.

A feminilização da pobreza e suas relações têm surgido no âmbito das políticas sociais, vide o programa Bolsa Família, que repassa os recursos, prioritariamente às mulheres, ou seja, já existe um reconhecimento institucionalizado do papel econômico das mulheres, pobres, chefes de família. A reflexão apontada nesse caso é para além do papel econômico, perpassando pela ausência do gênero masculino e seus papéis, materiais, simbólicos, psíquicos e culturais. Porém, essa reflexão é larga por demais para reduzi-la e encaixá-la nesse estudo.

Para efeitos desse estudo, a relevância do papel das mulheres mães, dos rapazes e moças, escutados, vai no sentido de ser um dos aspectos que compõe o eixo da resistência e dos mecanismos de sobrevivência. Sendo que dentro dele, as trajetórias de vida explicitaram fortemente a importância em todos os aspectos ligados a essa figura e, portanto, ficando evidente seu papel no sentido da formação humana e identitária dos jovens.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo tem dois objetivos, primeiro, visitar o sistema de hipóteses que motivaram as reflexões iniciais, confirmando ou não seus propósitos. Segundo, tecer algumas

considerações finais e não conclusões, porque conclusões exigem elementos definitivos e esses pedem tempos e movimentos de maior fôlego. Considerações finais têm a intenção de fechar o estágio desse estudo, reconhecendo seus limites teóricos, de sistematização e de análise, mas ao mesmo tempo afirmando suas sistematizações.

Quanto às hipóteses, foram elencadas cinco, a começar por: As famílias de baixa renda necessitam encaminhar seus filhos para ocupações remuneradas, ainda que precárias, desde muito cedo, para complementar a renda doméstica, ainda que esta situação sacrifique a escolarização dos jovens. Essa hipótese está, em partes, correta, por quê? Sim é um fato concreto e pragmático, buscar um trabalho e trazer recursos para casa, esses basicamente voltados para a sobrevivência.

Por outro lado, a questão de sacrificar a escolarização não é necessariamente e nem só por conta de ter de buscar trabalho e renda. A escola tem seus próprios mecanismos de exclusão dos jovens, que têm grandes dificuldades em estabelecer um diálogo com reciprocidade. É uma escola pronta, organizada e preparada para receber e atuar com jovens que aceitam absorver o projeto pedagógico, sem questioná-lo e sem recriá-lo.

O desencontro dos jovens com a escola e dessa com os jovens, segundo Dayrell (2007), provoca um debate estéril, onde a escola culpa os jovens pela sua irresponsabilidade, desinteresse e excesso de individualismo e os jovens culpam a escola por ser enfadonha, desinteressante, com professores pouco acessíveis e obrigações sem sentido.

Desse modo, dessa hipótese resta o fato concreto da luta pela sobrevivência. A luta pela manutenção fisiológica dos indivíduos jovens e de suas famílias. Sendo que dessa situação revela-se um dos principais sentidos atribuídos ao trabalho, que é a própria sobrevivência física do corpo, ainda que esse aspecto empobreça a sobrevivência cultural desse ser social.

A hipótese da reprodução da ciranda de precariedades é confirmada no estudo, para efeitos de sistematização desse aspecto, a proposta da imagem do mercado de trabalho formal e informal na forma de uma espiral, cujo centro atrai setores qualificados, escolarizados, tecnicamente qualificados de trabalhadores. Mas quanto mais essa espiral atinge os círculos externos, mais evidencia-se um mercado de trabalho rotativo, desprotegido, informal. Enfim, precarizado.

Os jovens, sujeitos nesta pesquisa, orbitam nas extremidades dessa espiral, cuja trajetória laboral e curricular não garante boa empregabilidade. Inflam assim as bordas do sistema em ocupações ligadas aos serviços e ao comércio, os quais garantem baixas taxas de remuneração.

Uma terceira hipótese passava pela possibilidade de a juventude pobre ser cercada de limites materiais e subjetivos os quais poderiam interceptar o desenvolvimento de seu vir a ser, reforçando uma leitura de impotência diante desse contexto. Esse aspecto, também é parcial, no sentido de que, sim, está presente o sentimento de impotência, mas também está presente o sentimento de resistência e de enfrentamento.

A impotência ficou explícita na questão da exclusão do universo do poder político, no campo da não legitimação de suas próprias lideranças, da não construção de espaços próprios de negociação de suas necessidades. Uma impotência na efetiva capacidade de participação e decisão políticas sobre seus destinos e os destinos de suas comunidades. Uma impotência que pode ser confundida com fraqueza social, ou vulnerabilidade social, pois na presença de ferramentas organizativas, percebe-se que rapidamente as pessoas se empoderam e se fortalecem, alimentados pelo reconhecimento social através da solidariedade.

O sentimento de resistência e de enfrentamento também aponta para fatores como: criar mecanismos de adaptação, mecanismos que burlam os limites, mecanismos de enfrentamento, fora dos padrões coletivos, sendo mais estratégias individuais e familiares.

Por fim, a hipótese que levantava a ideia de que o mercado de trabalho seleciona os mais “adaptados” e preparados candidatos aos melhores postos de trabalho. Essa geração que viveu na infância uma espécie de vácuo dos sentidos auto realizadores do trabalho poderá consciente ou não desenvolver na família, na escola, uma espécie de resistência à disciplina, às cobranças, ao ritmo acelerado do trabalho em troca de recompensas muito baixas.

Essa ideia também está parcialmente confirmada pela análise do trabalho de campo. É fato que o mercado seleciona os sujeitos mais aptos e sem dúvida que a escola é o grande lugar dessa seleção primária. É o lugar porque os filhos dos trabalhadores com condições de vida precária irão precocemente ingressar no trabalho, ficarão na escola, aqueles que têm condições de vida mais estáveis.

Nesse cenário, o mundo do trabalho ao qual os jovens têm acesso em sua grande maioria não é o mundo tecnológico, altamente desenvolvido que a reestruturação da produção selecionou e peneirou nos anos de 1990. Esses jovens não falam em fábricas, não falam em ocupações na área da metalurgia, da siderurgia, da química. Esse universo laboral, esse pedaço do mundo do trabalho, lhes é desconhecido.

Logo, esse espaço de trabalho, criativo, permeado de responsabilidades, respeitos hierárquicos, disciplinas, sentimentos de prazeres em realizar determinadas tarefas e com elas

sentir um tipo de realização pessoal, não apareceram nas trajetórias de vida dos jovens escutados.

Em resumo, as hipóteses levantadas foram parcialmente confirmadas. Vale confessar que, em alguns momentos das escutas, o sentimento era de que nem as hipóteses e nem o referencial teórico estavam corretos. A densidade da realidade, a diversidade de nuances e articulações formou meio que um labirinto de conteúdos, todos importantes e dignos de respeito. Porém, eles necessitavam ficar ao lado, para interpretar aquilo que se propôs ser interpretado, os sentidos atribuídos ao trabalho por jovens pobres de periferia.

Quanto às considerações finais, perseguindo a perspectiva freireana, a qual defende o valor da escuta atenta, do diálogo e das falas significativas, porque é de sujeitos, humanos, concretos, socializados em seus universos simbólicos, que a pesquisa na concepção da educação popular deve se concentrar. O esforço metodológico dessa concepção não é um exercício simples. Ele requer vigilância e nesse sentido é preciso que se reconheçam algumas dificuldades.

Uma delas passa por interpretar as narrativas dos jovens, a dificuldade em despir-se dos padrões de pensamento, formados e ou formatados nas práticas do ativismo político. Outra dificuldade passa pela leitura de outras formas de comunicação, as quais vão para além da linguagem, os gestos, os movimentos dos corpos, as expressões faciais, existem nesses elementos uma riqueza de comunicação que em grande medida se perde. Ainda cabe registrar os compromissos com a devolução desse trabalho, compromisso esse que deve ser cumprido.

Dito isso, para lembrar que esse estudo pautou-se pelo objetivo de identificar quais as atribuições de sentidos designados ao trabalho, herdados pela geração que nasceu na década de noventa, filhos e filhas de famílias pobres, desempregadas ou subempregadas, habitantes das periferias das grandes cidades. Além de identificar os sentidos, também se propôs a compreendê-los, buscando ler, nas trajetórias de vida, como se dá a transmissão dos mesmos.

Com esse traçado a frente, operando, sobretudo com teóricos brasileiros e com o método de educação popular, centrado na escuta das trajetórias de vida, foi possível sistematizar que as atribuições de sentidos percorrem em duas direções. *Uma direção objetiva, racional, articulada com a sobrevivência individual e familiar, expressa na forma de ganhar algum dinheiro, para o pagamento das contas elementares, principalmente garantir a comida.*

Quanto a atribuição de sentidos no campo subjetivo, a palavra síntese foi *humilhação*. Nessa direção observaram-se aspectos que exprimem a subordinação a trabalhos que exigem esforços físicos. O trabalho tem conotações de peso, de fardo que castiga os corpos, que pouco

ou nada agrega em termos de proporcionar prazer, acesso a direitos, recompensas ou algum tipo de conforto.

Diante dessas atribuições de sentido, algumas jovens conseguiram verbalizar que detestam a faxina, o trabalho doméstico, embora estejam ligadas a ele; os rapazes, também a seu modo, manifestaram que estão na construção civil, porque é o que tem para eles. Essas expressões são acompanhadas de olhares baixos, de poucas palavras, seguidas de silêncio.

Nesse contexto de atribuição de sentidos observa-se também a dimensão do tempo no presente, não há passado, memória, pertencimento, existe um hoje, um agora; logo, o futuro não está em pauta. Os jovens, da periferia, fazem parte da geração digital, mas acessam o mundo digital tangencialmente; já com o mundo tradicional, não possuem laços de solidariedade de classe.

Na dimensão do tempo, tem outra contradição. Se nas classes médias os jovens estão com seu tempo consumido entre escola, cursos de inglês, natação, dança, os jovens do setor precarizado da classe trabalhadora, em não estarem trabalhando, têm tempo livre. Um tempo livre, mas para o qual não têm ferramentas para “consumi-lo” em uma conjuntura histórica em que todas as mediações sociais passam pelo mercado, através do consumo.

Um tempo livre, sonhado e desejado por muitos, é vivido pelos jovens como um fardo, letárgico, que se arrasta demoradamente produzindo uma espécie de sono, uma sonolência, uma apatia, um nada para fazer. Não se tem o que fazer com esse tempo, sem dinheiro, essa é lógica da sociedade moderna capitalista.

Dois temas emergiram com força no trabalho de campo, um deles a ausência da figura paterna; em outras palavras, como a pobreza atuou e atua de modos diferentes sobre o gênero masculino e sobre o gênero feminino. Nesse sentido, o segundo tema que emerge desse primeiro é a feminilização das referências sociais na periferia e a elevação do estatuto simbólico da instituição Mãe.

Esses temas dialogam com a atribuição de sentidos ao trabalho, pelos jovens, mas para além disso, eles se constituem como outras possibilidades de reflexões, pesquisas e análises. Na atualidade, ocorre um conjunto de políticas públicas voltadas para atender as necessidades das mulheres, seja no campo econômico, seja no campo da violência em suas diferentes versões, em que seus agressores são seus próprios maridos, namorados, os quais em muitos casos têm um passivo de filhos sobrantes de outros casamentos.

Não está em questão o atendimento da pauta das necessidades de proteção das mulheres, o que este estudo quer chamar a atenção é que o Estado acomoda-se em atender a pauta da

violência contra as mulheres, mas não escrutina os fundamentos de tanta violência e nem formas de intervenção junto ao gênero masculino.

Outro fator a ser destacado e que percorreu todas as trajetórias de vida, foi o estado de saúde das mães; o fato de que todas estão doentes. Não foi possível investigar o padrão de repetição desse fenômeno, mas é possível aventurar-se na hipótese de que uma massa humana, empobrecida e doente é um produto; a doença é uma mercadoria que demanda produtos, como remédios e tratamentos, ainda que financiados pelo Estado. Evidentemente que uma hipótese dessa ordem requer um aparato de pesquisa, interdisciplinar, com forte diálogo com áreas como a saúde e a nutrição.

Finalizando esse conjunto de considerações, compartilho das provocações de Abramo (1997), que considera a tematização da juventude como um desafio. Um desafio que deve romper com a lógica de tratá-la como um problema social e isto vale também para o aspecto do trabalho. Enfrentar essa lógica requer uma pressão minimamente organizada dos jovens, para que consigam abrir espaços políticos de negociação de suas necessidades.

Negociação que deve vir também acompanhada de uma sensibilização junto aos gestores públicos de que não se trata de elaborar mais um programa social, à luz de grandes ideólogos. Os jovens são sujeitos sociais, históricos e têm o direito de exercitar, negociar, inventar e definir suas demandas, suas necessidades e seus direitos. Isso exige uma inversão de lógica, exige a criação de método, espaços e definição de princípios de atuação, centrados em relações respeitadas, capazes de incorporar as formulações produzidas por esses sujeitos.

Essa chave de raciocínio abordada por Gadea ao refletir as relações dos jovens com a escola, vale para a reflexão em torno da elaboração de políticas públicas para a juventude. Um debate dessa natureza, preocupado com o como construir políticas públicas, trabalharia não com a lógica de *para* a juventude e sim *com* a juventude.

Nessa direção, vale o aporte de Frigotto (2011) que defende um processo educativo, cujas bases facultem aos jovens os pilares dos conhecimentos, com os quais possam analisar e compreender o mundo da natureza, das coisas e o mundo humano, social, político, cultural, estético e artístico. Isso dentro de um processo mais amplo, construído a várias mãos, sobretudo pelas mãos juvenis, pode ser capaz de não simplesmente criar um programa que alimente a formação de mais cidadãos produtivos, despolitizados e que façam bem feito o que o mercado determina.

Em resumo, mesmo envoltos nas estruturas de uma vida precarizada, os rapazes e as moças, quando em relação com outros jovens, com grupos ou movimentos sociais organizados,

encontram canais de fruição de suas posições, ideias, visões de mundo. Afirmam-se como sujeitos, como detentores de suas verdades, revelam-se possuidores de uma energia, aparentemente dissipada.

Faltam-lhes mais canais de fruição, mais possibilidades de intercâmbios com outras experiências e vivências. Os jovens da periferia não necessitam de piedade ou compaixão. Eles necessitam de espaços sociais, culturais, políticos e de recursos que permitam o rompimento da cortina de fumaça que discute a pobreza com tabelas, números e dados estatísticos.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n 5-6, p. 25-36, 1997.

ABRANTES, Pedro. **Os sentidos da escola**: identidades juvenis e dinâmicas de escolaridade. Oeiras: Celta Editora, 2003.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo, Boitempo, 2011.

_____. **Dimensões da precarização do trabalho**: ensaios de sociologia do trabalho, Bauru, São Paulo, Canal Editora, 2013.

ANTUNES, Ricardo (org.). **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels, São Paulo, Expressão Popular, 2004.

_____. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho, São Paulo, Boitempo, 2005.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, Boitempo, 2006.

ANTUNES, Ricardo e Maria Aparecida Moraes Silva (org.). **O avesso do trabalho**, São Paulo, Expressão Popular, 2004.

ARIÈS, Philip. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo**: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana, 4 ed. São Paulo: Global, 2008, cap. 3, pp. 154-189.

BASTOS, L. A. Raul (coord.). **Dimensões da precarização do mercado de trabalho na região metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: FEE, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BECKER S. Howard. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro. Zahar, 2007.

_____. **Outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BEZERRA JUNIOR, B. C.. **Cadernos juventude saúde e desenvolvimento**, Brasília, v. 1, 1999.

_____. A subjetividade humana na sociedade de indivíduos. **UNIrevista**, São Leopoldo, v. 4, p. 14-18, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. “Por uma ciência das obras”; “É possível um ato desinteressado?”; “Um fundamento paradoxal da moral”. In: **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 2003, p. 53-89; 137- 156; 217-222.

_____. “O habitus e o espaço dos estilos de vida”; “O senso de distinção”. In: **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk; São Paulo: Edusp, 2007, pp. 162-166; 240-297.

CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

_____. “**Escravidão e sociabilidade capitalista**”: um ensaio sobre a inércia social. *Novos Estudos*, CEBRAP, 2008, pp. 71-88.

CARDOSO, Ruth C. L.; SAMPAIO, Helena M. S. (orgs.). **Bibliografia sobre juventude**. São Paulo: Edusp, 1995.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome – o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CORDEIRO, Denise M. A. **Juventude nas Sombras: Escola, trabalho e moradia em territórios de precariedade**. Niterói, 2008. (Doutorado em Educação), Centro de Estudos Sociais Aplicados, Faculdade de Educação. Universidade Federal Fluminense.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci um Estudo sobre seu Pensamento Político**, Rio de Janeiro: Campusrio, 1989.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, set./dez. 2003.

DOMINGUES, Álvaro. (Sub)úrbios e (Sub)urbanos o mal estar da periferia ou a mistificação de conceitos. **Revista da Faculdade de Letras-Geografia**, Porto, v. X/XI, Porto, 1945/5, p. 5-18.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FERRARO, R. Alceu. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 81, p. 21-47, dez. 2002.

FERRAZ, Deise L. da Silva. **Desemprego, exército de reserva, mercado formal-informal: rediscutindo categorias**. Porto Alegre, 2010. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

FILHO, M. G. José. Humilhação social: um problema político em Psicologia. **Psicologia**, São Paulo, v. 9, n. 2, 1998.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a prática da liberdade e outros escritos**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 32 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 27 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômica na sociedade capitalista**. São Paulo: Cortez, 1984.

_____. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**, v.16, n. 46, jan/abr. 2011.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 10 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GADEA, Carlos A. Educação e mundo jovem em tempos pós-modernos. **Educação em revista**, Marília, v.6, p. 1-8, 2005.

GALEANO, Eduardo. **Mulheres**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GUIMARÃES, A. Nádia. Por uma sociologia do desemprego, **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 50, 2002.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

HOOKER, Juliet. **Inclusão indígena e exclusão dos afro-descendentes na América Latina**. Tempo Social, v.18, n.2, pp. 89-111, 2006.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: 34, 2003.

_____. Trabalho e reconhecimento: tentativa de uma definição. **Civitas**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 46-47, 2008.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre a consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Dados de Analfabetismo no Brasil (2001). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 nov. 2012.

IBGE; MEC/INEP. **Censo escolar 2001**. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 16 nov. 2012.

INEP-INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Mapa do analfabetismo no Brasil**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/estatisticas/analfabetismo>> Acesso em: 18 nov. 2012.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Texto para discussão nº 1335**: Juventude e Políticas Sociais no Brasil. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em: 15 nov. 2012.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

JÚNIOR, Caio Prado. **História Econômica do Brasil**. 44 ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LEITE, Márcia de Paula. Inovação tecnológica e relações de trabalho: a experiência brasileira à luz do quadro internacional. In: CASTRO, Nadya A. de (org.). **A máquina e o equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995 p. 335-360.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. A atualidade da abolição da família monogâmica. **Revista crítica marxista**, n. 35, 2012.

MAFFESSOLI, Michel. **No fundo das aparências**. Petrópolis: Vozes, 1996.

MARICATO, Hermínia. Dimensões da Tragédia Humana. **Com ciência**: revista eletrônica de jornalismo científico, São Paulo, v, 29, p. 18, 2002.

MARTIN, W. Bauer; GASKELL, George (Orgs). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2011.

MARTINS, S. José. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus. 1997.

_____. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Volume 1.

_____. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. **Miséria da Filosofia**: resposta à filosofia da miséria do Sr. Proudhon, São Paulo, Expressão Popular, 2009.

_____. **Trabalho assalariado e capital&lucro, preço e lucro**. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

MEIRA, Marisa E. M. Para uma crítica da medicalização da educação. **Revista semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 16, nº 1, , p. 135-142, jan./jun. 2012.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>>. Acesso em: 29 set. 2012.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e a ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 2007.
NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

OBSERVAPOA – OBSERVATÓRIO DE PORTO ALEGRE. **Atlas do desenvolvimento humano**. 2011. Disponível em: <<http://www.observapoa.com.br>>. Acesso em: 29 set. 2012.
OBSERVATÓRIO DO TRABALHO – Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em:<<http://www.geo.dieese.org.br/poa>>. Acesso em: 29 set. 2012.

OLIVEIRA, Eurenice. **Toyotismo no Brasil: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

PIAGET, Jean. **O desenvolvimento do pensamento: equilíbrio das estruturas cognitivas**. Lisboa: Dom Quixote, 1977.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999.

PRATES, Jane C. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma reflexão necessária. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v.11, n 1, p.116-128, jan/jul. 2012.

ROMERO, Daniel. **Marx e a técnica: um estudo dos manuscritos de 1861 – 1863**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, Milton. **Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

SANTOS, Wanderley G. dos. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. 25 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan/abr. 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e da diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia da modernidade periférica. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

_____. A Gramática Social da Desigualdade Brasileira. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 54, 2004.

_____. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEISHEIMER, Nilson. **A situação juvenil na agricultura familiar**. Porto Alegre, 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

WILLIS, Paul. **Aprendendo a ser trabalhador**: escola, resistência e reprodução cultural. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

WINNICOTT, W. Donald. **A família e o desenvolvimento individual**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

ZAMORA, H.R.N. Maria. Reflexões sobre jovens antissociais e seus atos destrutivos: algumas contribuições da teoria de Winnicott. **Revista brasileira de adolescência e conflitualidade**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 140-156, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO ELABORADO PARA A PESQUISA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

TRABALHO DE CAMPO – Roteiro exploratório para narrativas das trajetórias de vida dos jovens, suas famílias e observações.

Nome:.....

Gênero, idade:

- 1) As lembranças mais fortes da infância?
- 2) Com quem mais conviveu, as brincadeiras, a rotina, as tarefas, as cobranças?
- 3) A mãe.....
- 4) O pai.....
- 5) O trabalho da mãe..... te diz o quê? Por quê?
- 6) O trabalho do pai te diz o quê? Por quê?
- 7) Questão racial afeta (em que)
- 8) Questão de gênero (o que e como difere) ...
- 9) A escola o que é forte e importante nela? Por quê?
- 10) A escola o que é mais difícil nela? Por quê?
- 11) A escola possibilita o acesso a novas tecnologias?
- 12) A escola é uma ponte para
- 13) A convivência no bairro (amigos, parentes, colegas, vizinhos) quais os destaques
- 14) Dos jovens homens e das jovens mulheres, como isso aparece?
- 15) Como os jovens de periferia são tratados no bairro (e na sociedade)?
- 16) O que os jovens fazem para chamar a atenção? Por quê?
- 17) O que um jovem na Vila Cruzeiro não pode fazer?
- 18) Na sociedade são construídos modelos idealizados de sucesso, qual te chama a atenção e por quê?
- 19) Trabalho: como ele aparece para você hoje?
- 20) Trabalho: como ele é pensado para o futuro?
- 21) No que você investiria? Por quê?
- 22) Quais experiências com este tema?
- 23) Onde e como tem acesso a informações sobre empregos, cursos de qualificações?
- 24) Qual a rede de relações, (contatos, indicações) que te apoiam?
- 25) Quais as dificuldades, possibilidades, problemas, importância?
- 26) Quem são os responsáveis pelas dificuldades?
- 27) Planos de formação profissional.... projeção, onde chegar e como chegar?
- 28) Entraves?
- 29) Os responsáveis por estes entraves?
- 30) O que fazer e como fazer para superá-los?